

Formulário para Solicitação de Autorização de Inexigibilidade de Licitação

Unidade Solicitante:

DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Objeto:

Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema web denominado Gestão Tributária, Plano Diamante.

Finalidade / Objetivo da Contratação:

Capacitação continuada dos agentes públicos envolvidos nos processos de execução e liquidação orçamentária, bem como o acesso fácil e contínuo a bancos de dados e de informações, que possibilitem a observância às regras legais e ao entendimento doutrinário.

Fornecedor Selecionado

1 - Fornecedor (Nome/Razão Social):

OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA - EPP

1 - Endereço:

Rua Edístio Ponde, nº 2353, Cj 909/910, Stiep, Salvador/BA, CEP 41.770-395

1 - CPF/CNPJ:

09.094.300/0001-51

1 - Valor (R\$):

10.788,00

Anexar:

1 - Certidões - prova de regularidade do fornecedor escolhido, conforme descritas na base de conhecimento.

2 - Minuta do Contrato - Contrato preenchido com as informações orçamentárias (Código da Unidade Gestora, deverá ser verificado na Base de Conhecimento), quando for o caso.

3 - Procedimento Padrão do Contrato (Disponível da Base de Conhecimento).

Fiscais Do Contrato

Fiscal

Nome completo:

Jessé Lopes de Santana

Matrícula:

353677

Suplente

Nome completo (suplente):

Victor Lordelo San Martin

Matrícula (suplente):

353676

Responsável pelo preenchimento:

Jessé Lopes de Santana

Fundamentação Legal: Art. 60 Incisos I, II e II



Documento assinado eletronicamente por **Jesse Lopes De Santana** em 22/07/2021, às 12:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0162308** e o código CRC **41FBB87E**.

Comunicação Interna nº 29 / DICOFIN - CONTR CONTAB FINAN - COORDENAÇÃO DE CONTROLE, CONTABILIDADE E FINANÇAS - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Em 22 de julho de 2021.

De: COORDENAÇÃO DE CONTROLE, CONTABILIDADE E FINANÇAS - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Para: DIRETOR - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Assunto: SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE - OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA - EPP

Senhor Diretor,

Tendo em vista a necessidade de garantir a prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema web denominado "Gestão Tributária", versão diamante, encaminhamos o presente expediente solicitando **autorização para inexigibilidade de licitação**, visando a contratação da empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda - EPP.

É inegável que a legislação tributária é complexa e pulverizada, variando conforme o objeto contratado e o local de incidência, não havendo, portanto, sistematização nem compilação das bases normativas aplicáveis à Administração Pública. Ademais, é cediço que o País passa por conjuntura econômica desfavorável, com consequente escassez dos recursos públicos, tornando imperiosa a atuação eficaz dos gestores e operadores do orçamento público.

Por tal razão, faz-se necessária a capacitação continuada dos agentes públicos envolvidos nos processos de execução e liquidação orçamentária, bem como o acesso fácil e contínuo a bancos de dados e de informações, que possibilitem a observância às regras legais e ao entendimento da melhor doutrina acerca de pontos de discussão e omissão legislativa.

Assim, a fim de subsidiar o processo de contratação da supramencionada plataforma, esta Coordenação de Controle, Contabilidade e Finanças apresentou pesquisa de mercado em anexo, a qual mostra os preços cotados para contratações de diversos órgãos públicos, além de justificativa pormenorizada da necessidade de se manter os serviços em epígrafe.

Por fim, considerando tratar-se de sistema singular, com conteúdo peculiar e específico, produzido por profissionais especializados em gestão tributária, e sobre a qual existe certidão de exclusividade lavrada por associação patronal competente (em anexo), entende-se pela inviabilidade de competição, a ensejar a contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, com supedâneo no art. 60, inciso II, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, sem prejuízo do entendimento da Assessoria Técnico-Jurídica.

Segue anexa ao presente expediente, a seguinte documentação:

- a. Termo de referência, no qual constam as justificativas da necessidade da contratação e da escolha da solução que se pretende adquirir;
- b. Proposta da empresa;
- c. Certidão de propriedade e exclusividade da ferramenta;
- d. Documentos comprobatórios da compatibilidade com o preço de mercado;
- e. Certidões negativas de débitos tributários.

Com os nossos cordiais cumprimentos,

Jessé Lopes de Santana

Analista Técnico Contador



Documento assinado eletronicamente por **Jesse Lopes De Santana** em 27/07/2021, às 22:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0162448** e o código CRC **A8E899F1**.



| | | |
|------------------------------|--|--|
| 1. OBJETO | | |
| 1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO | Especificação do Objeto Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema web denominado "Gestão Tributária", versão diamante, com acesso via Internet, para até 12 (doze) usuários do MPBA, mediante autenticação por login/senha. | |
| 1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO | <input type="radio"/> | A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO) |
| ESCOLHER UMA DAS TRÊS OPÇÕES | <input type="radio"/> | B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA |
| (Marcar com X): | <input checked="" type="radio"/> | C) OUTROS: Serviço prestado de forma contínua pelo prazo de 12 meses. |
| 1.3 JUSTIFICATIVA: | <p><u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u></p> <p>É cediço que tanto a legislação quanto a doutrina e a jurisprudência pátria se renovam a todo o momento, exigindo dos agentes públicos uma constante atualização, com a finalidade de possibilitar que a Administração Pública execute o orçamento e realize o adimplemento dos tributos devidos com segurança, eficiência e em estrita observância legal, diminuindo, assim, os riscos de irregularidades e apontamentos por parte dos órgãos de controle interno e externo.</p> <p>É inegável que a legislação tributária é complexa e pulverizada, variando conforme o objeto contratado e o local de incidência, não havendo, portanto, sistematização nem compilação das bases normativas aplicáveis à Administração Pública. Ademais, é cediço que o País passa por conjuntura econômica desfavorável, com consequente escassez dos recursos públicos, tornando imperiosa a atuação eficaz dos gestores e operadores do orçamento público.</p> <p>Por tal razão, faz-se necessária a capacitação continuada dos agentes públicos envolvidos nos processos de execução e liquidação orçamentária, bem como o acesso fácil e contínuo a bancos de dados e de informações, que possibilitem a observância às regras legais e ao entendimento da melhor doutrina acerca de pontos de discussão e omissão legislativa.</p> <p>Além de manter-se em constante capacitação, é salutar que os agentes possam contar com um suporte especializado, que auxilie rapidamente no deslinde de impasses e na solução de dúvidas do dia-a-dia, passíveis de gerar insegurança, aplicação de multas e, até mesmo, inscrição no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN.</p> <p>Ao passo que o Agente Público deve garantir a eficiência da contratação, deve igualmente</p> | |



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

se prevenir de eventual responsabilização, administrativa ou por Tribunal de Contas, pela inobservância de deveres e obrigações. São reiterados os acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que responsabilizam os agentes por atos ilegais decorrentes, muitas vezes, de desconhecimento ou despreparo: Acórdão nº 1.048/2008 – 1ª Câmara, Acórdão nº 1.450/2011 – Plenário, Acórdão nº 3.625/2011 – 2ª Câmara, Acórdão nº 206/2007 – Plenário, Acórdão nº 839/2011 – Plenário, Acórdão nº 319/2010 – Plenário, Acórdão nº 915/2015, entre outros.

Há uma tendência jurisprudencial, advinda especialmente dos órgãos de controle, de reconhecer a necessidade de capacitação dos agentes públicos para garantir que o servidor conte com os pressupostos profissionais e técnicos necessários para bem desempenhar a função para a qual foi designado:

Acórdão nº 1.709/2013 – TCU – Plenário Acórdão (...) 9.1.3. institua política de capacitação para os profissionais do (*omissis*), de forma regulamentada, com o objetivo de estimular o aprimoramento de seus recursos humanos, especialmente aqueles correlacionados com as áreas de licitações e contratos, **planejamento e execução orçamentária**, acompanhamento e fiscalização contratual e **outras áreas da esfera administrativa**, de modo a subsidiar melhorias no desenvolvimento de 1/8 atividades nas áreas de suprimentos/compras, licitações/contratos e recebimento e atesto de serviços.” (Grifamos.)

Por sua vez, considerando as restrições orçamentárias cada vez maiores, há necessidade de buscar alternativas economicamente viáveis que complementem a eventual participação em eventos e treinamentos externos, aumente a capacitação dos agentes envolvidos e possibilite melhores condições ao desempenho das funções correlatas.

A solução proposta visa alcançar os objetivos acima mencionados, e é de natureza estritamente técnica e necessária para o alcance das diretrizes propostas, visto que se trata de ferramenta de grande valia para agregar entendimento, dados e informações necessárias à segurança dos processos internos de pagamento e substituição tributária, possibilitando, assim, o cumprimento das diretrizes legais, além de otimizar as atividades diárias e possibilitar a rápida obtenção de informações e saneamento de dúvidas, o que viabiliza maior segurança à obrigatória gestão tributária.

Ademais, ao promover o acesso a conteúdos produzidos pela doutrina especializada, bem como a acervo de vídeos e aulas elaborados pela empresa detentora do sistema que se pretende contratar, a contratação almejada viabiliza a atualização e a capacitação de servidores públicos a baixo custo e sem necessidade de deslocamento.

1.4 JUSTIFICATIVA: DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

Considerando tratar-se de sistema singular, com conteúdo peculiar e específico, produzido por profissionais especializados em gestão tributária, e sobre a qual existe certidão de exclusividade lavrada por associação patronal competente (em anexo), entende-se pela inviabilidade de competição, a ensejar a contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, com supedâneo no art. 60, inciso II, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, sem prejuízo do entendimento da Assessoria Técnico-Jurídica.

Com efeito, o art. 23 da legislação estadual de licitações e contratos administrativos define os serviços técnicos profissionais como aqueles que requerem o domínio de uma área delimitada do conhecimento humano e formação além da capacitação profissional comum, elencando, exemplificativamente, a elaboração de pareceres e avaliações em geral (inciso II),



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

assessoramento técnico (inciso III) e o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (inciso VI). Tais atividades, por conseguinte, são abrangidas pelas funcionalidades e ferramentas disponibilizadas pelo sistema que se visa contratar.

Ademais, a singularidade do serviço consiste no fato de se tratar de sistema criado pela empresa a ser contratada, com conteúdos e peculiaridades próprias da atividade intelectual dos seus consultores, palestrantes e doutrinadores. Tanto a empresa a ser contratada – Open Treinamentos e Editora - quanto os profissionais que alimentam a plataforma com conteúdo gozam de notória especialização no tema das licitações e contratações públicas, inclusive com livros, periódicos e artigos publicados, além de ministrarem hodiernamente curso e capacitações para agentes públicos.

() SIM

(x) NÃO

1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRIOS

ESCOLHER UMA
OPÇÃO (Marcar com
X):

1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:

1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

()

A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

(x)

B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

()

C) Artigo 60, caput - quando caracterizada a inviabilidade de competição;

3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

(x) A SIM

() B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:

() Empreitada por preço unitário



3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL

(x) Empreitada por preço global

() Outro:

3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:

- __10__ dias () Úteis (X) Corridos.
- Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO

- __3__ dias () Úteis (X) Corridos
- O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

() A) NÃO

(x)

B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

- Por até __3__ dias () Úteis (x) Corridos

3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL

3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS – SEDE CAB

3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):
(X) A) NÃO () B) SIM
- Unidade responsável: DICOFIN
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (71) 3103-0199 e dir.financas@mp-



ba.mp.br

- Dias para realização da entregados serviços: *o acesso ao sistema gestão tributária deverá estar disponível todos os dias da semana.*
- Horários para execução: *o acesso ao sistema gestão tributária deverá estar disponível 24 horas por dia.*
- Condições especiais adicionais:

3.2.6.1 - A contratação se destina à assinatura anual para utilização dos serviços do sistema “Gestão Tributária” da Contratada, com acesso via Internet pelo site www.gestaotributaria.com.br, para até 12 (doze) usuários do Contratante, mediante autenticação por login/senha;

3.2.6.1.1 Os perfis de acessos (login/senha individualizados) à plataforma deverão ser disponibilizados no prazo máximo de até 01 (um) dia útil, a contar da data de solicitação;

3.2.6.1.2 O prazo de duração da assinatura de será de 01 (um) ano, contado a partir da liberação da primeira senha de acesso solicitada, independentemente do prazo de vigência contratual;

3.2.6.1.3 Admite-se a substituição de usuários do MPBA ao sistema no curso da vigência contratual, mediante solicitação expressa, respeitado sempre o número máximo de perfis contratado;

3.2.6.2 O sistema Gestão Tributária deverá permitir acesso e utilização contínuos de todas as ferramentas, funcionalidades e conteúdos disponíveis aos usuários, englobando minimamente:

3.2.6.2.1 Ferramenta e funcionalidades:

3.2.6.2.1.1 GT-Fácil: ferramenta de consulta sobre as retenções e encargos tributários relativos ao INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS aplicáveis conforme cada tipo de serviço. A ferramenta deverá operar com as seguintes funcionalidades mínimas:

a) oferecer informações relevantes, de maneira objetiva;

b) a partir da indicação, pelo usuário, do tipo de serviço, indicar quais os tributos que incidem sobre a operação, além do fundamento legal, base de cálculo, alíquota, vencimento, tratamento do optante do Simples Nacional, dentre outros detalhes. Para tanto, deverá disponibilizar, pelo menos, as seguintes formas de pesquisa:

b.1) pesquisa livre;

b.2) pesquisa por CNAE (baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas);

b.3) pesquisa pela lista da Lei Complementar nº 116/2003 (que trata do ISS);

c) gerar informações e respostas específicas sobre o Imposto sobre Serviços – ISS aplicável por Município, a partir da indicação, pelo usuário, acerca do local de incidência do tributo;



d) disponibilizar simulador de cálculos das retenções tributárias (INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS);

e) possibilitar a geração de relatório(s) em formato PDF, com opções de salvamento e impressão;

f) permitir a realização de consultas ilimitadas por todos os usuários cadastrados;

3.2.6.2.2 Conteúdos de capacitação e orientação, através da disponibilização de:

3.2.6.2.2.1 Disponibilização de compêndio de legislação filtrada, voltada às retenções e encargos que incidem sobre os contratos, direcionados às temáticas sobre INSS, IRRF, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/PASEP e COFINS) e ISS incidentes na fonte nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas;

3.2.6.2.2.2 vídeos explicativos acerca de questões polêmicas, proporcionando orientações técnicas especializadas sobre como proceder diante de dúvidas comuns relacionadas à gestão tributária;

3.2.6.2.2.3 séries exclusivas produzidas pelo corpo de especialistas da Contratada, voltadas à orientação acerca das principais polêmicas relacionadas às retenções e encargos tributários incidentes na fonte;

3.2.6.2.2.4 Acesso às seguintes publicações periódicas, produzidas pela empresa Contratada:

a) **Descomplicando +:** Vídeos instrutores sobre a aplicação prática daquilo que se mostra complexo quando da leitura da legislação;

b) **GT Resolve:** Orientações sobre a utilização da ferramenta GT-Fácil para a solução de dúvidas bastante comuns no dia a dia da Administração;

c) **Dica Rápida:** Orientações objetivas sobre como proceder diante de dúvidas comuns acerca da apuração e recolhimento dos principais tributos incidentes na fonte;

d) **Alerta GT:** Compilação das principais novidades da legislação tributária ou da jurisprudência, que exijam revisão de procedimentos adotados pela Administração;

e) **Caça-Obrigações:** Comentários e vídeos sobre obrigações acessórias, tais como eSocial, EFD-Reinf, DCTFWeb, DIRF, GFIP e outras, sobre as quais as entidades públicas devem apresentar;

f) **ISS in Loco:** Explicações acerca de aspectos específicos da legislação do ISS dos principais municípios do Brasil;

3.2.6.2.3 Serviço de informação fiscal (IF), o qual viabiliza o envio de questionamentos específicos acerca da incidência de INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS sobre os pagamentos a seus contratados, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas;

3.2.6.2.3.1 Deverá a Contratada apresentar resposta(s) aos questionamentos sempre por escrito, com indicação da fundamentação necessária, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis;



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.2.6.3 O objeto contratual engloba a realização de treinamentos e/ou suporte técnico a todos os servidores do Contratante que utilizarão o sistema contratado, sempre que lhe for solicitado;

3.2.6.3.1 Os treinamentos/suportes técnicos deverão ocorrer nas seguintes modalidades:

3.2.6.3.1.1 Telefônica, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;

3.2.6.3.1.2 Eletrônica, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por videoconferência, comunicadores VoIP (tais como o programa Skype), e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do sistema **Gestão Tributária**;

3.2.6.3.1.3 Presencial, na sede do Contratante na cidade de Salvador - BA, mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao Contratante;

3.2.6.3.2 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação destas, conforme a seguir discriminado:

3.2.6.3.2.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema, devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

3.2.6.3.2.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos, devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas;

3.2.6.3.2.3 Solicitações do tipo padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 24 (vinte e quatro) horas, ou mediante prazo ajustado entre as partes;

3.2.6.4 A execução dos serviços deverá garantir a atualização do sistema sempre que houver melhorias ou implementação de novas versões, decorrentes de alterações legais, tecnológicas e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela Contratada;

3.2.6.5 A Contratada informará, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, o lançamento de novas versões do Sistema que eventualmente exijam evolução no ambiente tecnológico do Contratante, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

3.2.6.6 O sistema deverá ter a devida garantia até o término contratual, ficando a Contratada obrigada a realizar manutenções corretivas e preventivas necessárias ao seu pleno funcionamento, de modo a impedir ocorrência de solução de continuidade;

3.2.6.7 Os serviços correlatos deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da Contratada, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

3.2.6.8 A execução dos serviços deverá ocorrer integralmente na sede da Contratada. Deste modo, não haverá empregado desta à disposição do MPBA, em tempo integral, nas suas instalações;

3.2.6.9 O recebimento provisório dos serviços ficará a cargo de servidor(es) vinculado(s) à Diretoria de Contabilidade e Finanças do MPBA, cabendo à fiscalização contratual o recebimento definitivo e posterior habilitação para pagamentos;



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.3 GARANTIA DO OBJETO

ESCOLHER UMA
OPÇÃO
(Marcar com X):

(x) A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA

()

B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:

➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) CONTRATADA (Regra geral)

() B) FABRICANTE (Exceção)

➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):

➤ DURAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) 01 ANO

() B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)

() C) OUTRO. Especificar:

➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) _____ HORAS () Úteis () Corridas

() B) _____ DIAS () Úteis () Corridos

➤ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) SIM

() B) NÃO

➤ FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador

() B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)

() C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção).

Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

() D) Outra. Especificar:

➤ DEMAIS REGRAMENTOS:



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

| | | |
|---|---|--|
| 3.4 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO | 3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: __3__ dias <input checked="" type="checkbox"/> Úteis <input type="checkbox"/> Corridos | |
| | 3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: __3__ dias <input checked="" type="checkbox"/> Úteis <input type="checkbox"/> Corridos | |
| | 3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS | |
| | 3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X): | |
| | <input type="checkbox"/> A) NÃO SE APLICA <input checked="" type="checkbox"/> B) PRAZO: <input type="checkbox"/> __24__ HORAS <input type="checkbox"/> Úteis <input checked="" type="checkbox"/> Corridas <input type="checkbox"/> ____ DIAS <input type="checkbox"/> Úteis <input type="checkbox"/> Corridos | |
| DEMAIS REGRAMENTOS: | | |
| 3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho. | | |
| 3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo; | | |
| 3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005; | | |
| 3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor. | | |
| 3.5 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO | <input checked="" type="checkbox"/> | A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO |
| | <input type="checkbox"/> | B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS. ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação: |
| ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X): | | |



**3.6 CONDIÇÕES DE
PAGAMENTO**

3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

- | | |
|-------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS |
| <input type="checkbox"/> | B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA |
| <input type="checkbox"/> | C) PAGAMENTO PARCELADO: <ul style="list-style-type: none">➤ Quantidade de parcelas:➤ Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.): |
| <input type="checkbox"/> | C) PAGAMENTO MENSAL |
| <input checked="" type="checkbox"/> | D) OUTRA: Pagamento único, no valor global referente à 12 meses de prestação dos serviços. |

3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

- | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | A) NÃO SE APLICA |
| <input type="checkbox"/> | B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar: |

3.6.3 DEMAIS REGRAS:

3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

()

A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS

(x)

B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

(x) A) INPC/IBGE

() B) OUTRO. Indicar:

- A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;
- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.
- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

()

() Opção 1: _____ meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

() Opção 2: _____ dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

3.7 POSSIBILIDADE
OU NÃO DE REAJUS-
TAMENTO, COM IN-
DICAÇÃO DE ÍNDICE
OFICIAL

ESCOLHER UMA OP-
ÇÃO
(*Marcar com X*):

3.8 DEFINIÇÃO DE
VIGÊNCIAS



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(X) Opção 1: 12 meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

(x) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

() Opção 2: ____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) NÃO

(x) B) SIM. Mediante termo(s) aditivo(s), até o limite de 60 (sessenta) meses, em concordância das partes contratantes e em conformidade com o Art. 140, inciso II da lei 9.433/05

3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o MPBA, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao MPBA e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao MPBA todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do MPBA;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo MPBA, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o MPBA;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao MPBA qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPBA.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

() **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

definidos no subitem anterior.

B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.

3.9.16 Prestar diretamente os serviços de atualização e suporte técnico do sistema objeto deste instrumento;

3.9.17 Manter o sistema sempre atualizado e em plena operação, garantindo a execução integral das suas funcionalidades;

3.9.18 Informar à Contratada sempre que houver qualquer alteração no sistema que influencie a operacionalização do mesmo;

(x)

3.9.19 Disponibilizar, durante toda a vigência do contrato, treinamentos ao Contratante sobre o sistema objeto da presente contratação, sempre que por este solicitado, nos termos e condições consignados na Cláusula 3.2;

3.9.20 Realizar suas atividades utilizando profissionais capacitados e especializados, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

3.9.21 Abster-se, em quaisquer que sejam as hipóteses, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do Contratante;

3.9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE*

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

(x) A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

() B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:

3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL

ESCOLHER UMA OPÇÃO
(Marcar com X):

() A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)

(x) B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL

() C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:

- Percentual exigido:
() 5% (cinco por cento) OU () Outro. Indicar: _____ % (_____ por cento)
- Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.

ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

| Item | Descrição (Especificações técnicas) | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor unitário | Valor total por item |
|------|---|-------------------------|------------|----------------|----------------------|
| 1 | ASSINATURA ANUAL DO SISTEMA WEB GESTÃO TRIBUTÁRIA | UN | 1 | R\$ 10.788,00 | R\$ 10.788,00 |
| | | | | | R\$ 10.788,00 |

Salvador – Bahia, 18 de junho de 2021

Validade – 24 de julho de 2021

Ao

Ministério Público do Estado da Bahia.

A/C. Diego Peres Gomes Valentim

Em atendimento à solicitação enviada por e-mail, encaminhamos a proposta para licenciamento do sistema *web* **GESTÃO TRIBUTÁRIA** (www.gestaotributaria.com.br).

1. Apresentação

O sistema *web* **GESTÃO TRIBUTÁRIA**, de titularidade da **Open Treinamentos e Editora Ltda.**, foi concebido com o intuito de oferecer aos assinantes acesso a informações relevantes acerca da tributação de seus contratos, abordando os principais impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS). A partir de outubro/2015 foi disponibilizada nova versão que incorporou uma ferramenta inovadora: o **GT-Fácil**.

Por meio do novo recurso, os clientes terão a oportunidade de simular com grande facilidade a tributação incidente sobre seus pagamentos, obtendo instantaneamente a orientação correta sobre como proceder em cada espécie de serviço contratado, diferenciando também o tratamento das entidades públicas (especialmente da área federal), das demais espécies de contratantes.

Atrelada ao **GT-Fácil** teremos o simulador de cálculo, que após a consulta das possíveis retenções o usuário poderá saber o valor exato a ser pago. Será necessário apenas preencher alguns campos e o sistema, puxando os dados da consulta realizada dará, em valor de moeda, os valores a serem retidos em cada um dos tributos. O sistema fará o cálculo levando em consideração a natureza jurídica do contratado e as possíveis deduções da base de cálculo.

Além das especificações técnicas do produto que constam da parte final deste documento, o folder de apresentação do site **Gestão Tributária** também integra a presente proposta, detalhando melhor algumas de suas funcionalidades.

2. Planos

Os planos de acesso oferecidos aos clientes apresentam números de usuários distintos, possibilitando que as entidades contratem a opção que melhor se adequa ao seu perfil. São eles:

| | | Ideal | | |
|---------------------------------|--|------------|------------|------------------|
| Recurso / Plano | | Prata | Ouro | Diamante |
| Usuários | | 3 | 6 | 12 |
| Acesso aos artigos publicados | | Sim | Sim | Sim |
| Acesso à legislação selecionada | | Sim | Sim | Sim |
| Acesso aos vídeos | | Sim | Sim | Sim |
| Acesso ao GT-Fácil | | Sim | Sim | Sim |
| Recursos do GT-Fácil | Nº de consultas/mês | 100 | 500 | Ilimitado |
| | Geração de relatório PDF das consultas | Não | Sim | Sim |
| | Simulador de Cálculo | Não | Sim | Sim |
| | Consulta de legislação por município* | Não | Não | Sim |

A licença adquirida é de uso exclusivo do servidor identificado pelo contratante, sendo vedado o compartilhamento de seus dados de acesso com outros usuários, ainda que da mesma instituição, bem como vedada a realização de consultas com o objetivo de difundir as informações pesquisadas com pessoas não pertencentes aos quadros da instituição.

3. Preços

Os preços cobrados pelo licenciamento anual do sistema, que garante o acesso dos usuários cadastrados pelo prazo ininterrupto de 12 (doze) meses, contados a partir da celebração do contrato, são variáveis de acordo com o plano escolhido e apresenta os valores a seguir:

| Plano | | Valor Anual |
|----------|--|--------------|
| Prata | | R\$ 4.794,00 |
| Ouro | | R\$ 7.188,00 |
| Diamante | | R\$10.788,00 |

O pagamento será feito de forma antecipada, em cota única, no valor total equivalente ao plano anual que for escolhido, após a celebração do contrato e no prazo a ser acordado com o cliente, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, em conta corrente de titularidade da *Open Treinamentos e Editora Ltda. EPP*.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

DADOS DA EMPRESA:

Open Treinamentos Empresariais e Editora

CNPJ 09.094.300/0001-51

Inscrição Estadual: 010.764.886

Conta: Banco do Brasil

C/C: [REDACTED]

[REDACTED]

Atenciosamente,



Alexandre Marques Andrade Lemos
Open Treinamentos e Editora
0800 888 1482

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

SISTEMA WEB GESTÃO TRIBUTÁRIA

www.gestaotributaria.com.br

O sistema web **GESTÃO TRIBUTÁRIA**, de titularidade da **Open Treinamentos e Editora Ltda.**, foi concebido com o intuito de oferecer aos assinantes acesso a informações relevantes acerca da tributação de seus contratos, abordando os principais impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS). A partir de outubro/2015 foi disponibilizada nova versão que incorporou uma ferramenta inovadora: o **GT-Fácil**.

Por meio do novo recurso, os clientes terão a oportunidade de simular com grande facilidade a tributação incidente sobre seus pagamentos, obtendo instantaneamente a orientação correta sobre como proceder em cada espécie de serviço contratado, diferenciando também o tratamento das entidades públicas (especialmente da área federal), das demais espécies de contratantes.

Atrelada ao **GT-Fácil** teremos o simulador de cálculo, que após a consulta das possíveis retenções o usuário poderá saber o valor exato a ser pago. Será necessário apenas preencher alguns campos e o sistema, puxando os dados da consulta realizada dará, em valor de moeda, os valores a serem retidos em cada um dos tributos. O sistema fará o cálculo levando em consideração a natureza jurídica do contratado e as possíveis deduções da base de cálculo.

Além das especificações técnicas do produto que constam da parte final deste documento, o folder de apresentação do site **Gestão Tributária** também integra a presente proposta, detalhando melhor algumas de suas funcionalidades.

1. Necessidade da contratação

Atualmente, os órgãos e entidades da administração pública dos diversos níveis de governos são obrigados a proceder a diversos recolhimentos tributários, sendo a maioria relacionada a retenções de impostos e contribuições nos pagamentos aos prestadores de serviços.

Diante das grandes dificuldades que encontramos na legislação tributária, especialmente no que diz respeito às obrigações incidentes na contratação de pessoas físicas e jurídicas, devido às imprecisões e contornos das normas vigentes a respeito do tema, faz-se necessária a contratação de soluções tecnológicas de apoio que permitam ao servidor enfrentar as dúvidas existentes com maior objetividade.

Em pesquisa realizada através da Internet foi possível identificar diversas empresas que oferecem soluções visando atender a esta demanda, com softwares de acesso a banco de dados contendo informações atualizadas sobre legislação tributária.

Para analisar a viabilidade pela escolha de determinada empresa foi necessário elaborar um estudo comparativo entre elas. Para tanto, foram analisadas três empresas que oferecem como parte de suas soluções “simuladores das incidências tributárias na fonte”, uma vez que essa ferramenta se apresenta como a mais importante na realidade atual. Isso porque, no dia a dia, os servidores não têm disponibilidade de tempo para realizar pesquisas em relação a todos os pagamentos que efetua, tampouco pode aguardar as respostas dos órgãos de assessoria jurídica acerca das dúvidas que surgem, inclusive em função da grande demanda dessas áreas por outras questões, relacionadas normalmente a licitações, contratos, legislação de pessoal e afins.

Dessa forma, as empresas que oferecem ferramentas para consulta imediata da orientação (simuladores de tributação) se destacam com as soluções mais adequadas para a instituição.

Nesse sentido, foram identificadas três empresas que licenciam softwares web para acesso a banco de dados e simulação das incidências de tributos na fonte, visando auxiliar o cliente nas retenções dos impostos e contribuições sob sua responsabilidade, de forma a evitar erros e as consequências daí decorrentes, tais como autuações fiscais, recolhimentos indevidos, incidência de multa e juros, etc. São elas:

- IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.

- Econet Editora e Consultoria Empresarial Ltda.
- Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda.

Antes de descer aos detalhes que caracterizam os sistemas de cada empresa, importante destacar as linhas gerais das soluções por ela oferecidas. O quadro comparativo abaixo auxilia nessa visão:

| Itens abrangidos | Oferecem a funcionalidade? | | |
|--|----------------------------|--------|------|
| | IOB | Econet | Open |
| 1 – Ferramenta de consulta online da tributação na fonte por tipo de serviço (simulador) | Sim | Sim | Sim |
| 2 – Acesso a banco de dados com informação sobre legislação tributária | Sim | Sim | Sim |
| 3 – Acesso a banco de dados com artigos sobre interpretação da legislação tributária | Sim | Sim | Sim |

O quadro apresentado dá uma visão geral que aparenta ser de equivalência entre as soluções oferecidas. Entretanto, a análise de cada um dos itens revela grande diversidade entre as ferramentas ofertadas. Vejamos as características de cada um deles:

2 – Ferramenta de consulta online da tributação na fonte por tipo de serviço (simulador)

Embora as três empresas ofereçam software de simulação das incidências tributárias na fonte, há diferenças consideráveis entre as várias soluções.

Somente a Open Treinamentos, por meio do site Gestão Tributária, oferece a ferramenta GT-Fácil, contendo orientação acerca das retenções de INSS, Imposto de Renda, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS) e ISS – Imposto Sobre Serviços.

O simulador da IOB (Simulador de Retenções na Fonte) abrange apenas o Imposto de Renda e as Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS).

O simulador da Econet (Retenserv) abrange apenas a retenção do INSS na cessão de mão de obra, o Imposto de Renda e as Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS).

Também é uma característica exclusiva do GT-Fácil, que integra o site Gestão Tributária, a abordagem acerca do recolhimento do INSS sobre serviços prestados por cooperativas de trabalho, bem como da obrigação de reter e recolher o INSS na contratação de contribuintes individuais (incluindo aí o Microempreendedor Individual). As demais ferramentas nada oferecem a esse respeito.

Importante ainda destacar que a ferramenta de simulação disponível no site Gestão Tributária (GT-Fácil) é a única que permite diferenciar também o tratamento da operação de acordo com a natureza jurídica do contratado. Ou seja, caso o pagamento seja efetuado a pessoa física, pessoa jurídica, cooperativa de trabalho ou Microempreendedor Individual (MEI), a orientação apresentada sofre alteração, mas as ferramentas da IOB e da Econet não fazem essa distinção.

A ferramenta do sistema Gestão Tributária (GT-Fácil) também distingue o tratamento das entidades contratantes de acordo com sua natureza jurídica, o que não é feito pela ferramenta da IOB, por exemplo. Ou seja, para entidades que integram a Administração Pública Federal (órgãos públicos, autarquias, fundações públicas e empresas da União) o simulador precisa apresentar orientações específicas acerca da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, mas isso não é trazido. O Retenserv, da Econet, traz orientações específicas sobre tal norma, embora sem a riqueza de detalhes apresentada pelo GT-Fácil.

Somente o GT-Fácil permite a análise das atividades que podem ser exercidas por Microempreendedor Individual – MEI. Ou seja, é a única das três ferramentas que faz a simulação levando em consideração a natureza jurídica do contratado e, por isso, indica quais atividades podem ser exercidas pelo MEI, evitando contratações irregulares. Dessa forma se o cliente indicar um serviço e selecionar que ele será prestado por MEI, automaticamente o GT-Fácil indica se aquele serviço pode ser prestado por esse tipo de empresário. Essa ferramenta se mostra útil, dessa forma, não somente ao pessoal do pagamento, mas também ao pessoal responsável pelas contratações, para que a irregularidade não seja percebida somente na etapa final do processo.

Todas as ferramentas se propõem a abordar o Imposto de Renda Retido na Fonte, mas somente o GT-Fácil trata também da hipótese de pagamento a pessoa física.

Quanto às Contribuições Sociais na fonte (CSLL, PIS/Pasep e COFINS), também consta em todos a abordagem a seu respeito, embora somente o GT-Fácil diferencie o tratamento dos órgãos, autarquias e fundações de direito público dos Estados e Municípios, que não tem essa obrigação na hipótese de inexistir convênio com a União (o Retenserv faz essa ressalva, porém após apresentar uma série de outras informações que dependeriam do convênio, até então não celebrado por nenhum desses entes públicos).

O simulador da IOB sequer distingue o tratamento específico da retenção do IR de pessoa jurídica pelos entes federais (IN RFB 1.234/2012), algo que a Econet (Retenserv) e o GT-Fácil fazem.

Embora os três sistemas permitam a consulta utilizando o código do serviço na Lei Complementar nº 116/2003, que trata do ISS – Imposto Sobre Serviços, somente o GT-Fácil traz orientações acerca do recolhimento deste tributo municipal, indicando ao contratante como proceder em relação a várias situações polêmicas.

Somente o GT-Fácil possibilita a consulta pelo código ou pela descrição do serviço na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, enriquecendo em muito as formas de pesquisa, já que as atividades que constam deste banco de dados são descritas com nível de detalhamento muito maior que na LC 116/2003.

A ferramenta da Econet não permite a geração de relatórios em PDF da situação pesquisada, enquanto a solução da IOB e da Open oferecem este recurso. No caso da IOB, importante lembrar que seu relatório se restringe apenas ao IR e às Contribuições Sociais, não abrangendo os tributos mais polêmicos (INSS e ISS).

Sendo assim, pra resumir as características listadas, o quadro-resumo abaixo pode auxiliar:

| 1 – Ferramenta de consulta online da tributação na fonte por tipo de serviço (simulador) | IOB | Econet | Open |
|---|------------|---------------|-------------|
|---|------------|---------------|-------------|

| | | | |
|---|-----|----------------|-----|
| 1.1 – Abrange a retenção do INSS na cessão de mão de obra (retenção de 11% ou 3,5% sobre a nota fiscal das empresas terceirizadas). | Não | Sim | Sim |
| 1.2 – Abrange a incidência do INSS na contratação de cooperativas de trabalho. | Não | Não | Sim |
| 1.3 – Abrange a incidência do INSS na contratação de pessoas físicas autônomas (contribuição patronal e retenção na fonte). | Não | Não | Sim |
| 1.4 – Diferencia a natureza jurídica do contratado para oferecer a orientação específica, de acordo com a referida informação (pessoa física, pessoa jurídica, cooperativa de trabalho ou MEI). | Não | Não | Sim |
| 1.5 – Diferencia a natureza jurídica do contratante, evitando oferecer orientações que não se aplicam à fonte pagadora, por causa de sua natureza jurídica. | Não | Sim (em parte) | Sim |
| 1.6 – Orienta acerca da retenção de INSS na contratação de empresa optante do Simples Nacional | Não | Sim | Sim |
| 1.7 – Identifica quando um serviço não pode ser executado por MEI, evitando contratação irregular que ponha o tomador do serviço em risco perante os órgãos de controle e de arrecadação. | Não | Não | Sim |
| 1.8 – Abrange a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte nos pagamentos a pessoas físicas. | Não | Não | Sim |
| 1.9 – Abrange a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte nos pagamentos a pessoas jurídicas. | Não | Não | Sim |

| | | | |
|---|-----|-----|-----|
| 1.10 – Orienta acerca da retenção do Imposto de Renda na contratação de empresa optante do Simples Nacional | Sim | Sim | Sim |
| 1.11 – Abrange a incidência das Contribuições Sociais na fonte (CSLL, PIS/Pasep e COFINS) | Sim | Sim | Sim |
| 1.12 – Orienta acerca da retenção das Contribuições Sociais na fonte (CSLL, PIS/Pasep e COFINS) na contratação de empresa optante do Simples Nacional | Sim | Sim | Sim |
| 1.13 – Abrange a incidência do ISS – Imposto Sobre Serviços | Não | Não | Sim |
| 1.14 – Permite consulta da tributação pelo código da atividade ou sua descrição na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. | Não | Não | Sim |
| 1.15 – Permite consulta da tributação pelo código da atividade ou sua descrição na Lei Complementar nº 116/2003. | Sim | Sim | Sim |
| 1.16 – Realiza cálculos a partir de informação dos valores a serem pagos ao prestador. | Sim | Sim | Sim |
| 1.17 – Gera relatórios em PDF para anexação aos processos de contratação ou pagamento. | Sim | Não | Sim |
| 1.18 – Promove atualizações e disponibiliza sem custo adicional. | Sim | Sim | Sim |

Portanto, é patente que a existência de recursos únicos na ferramenta de simulação do sistema web Gestão Tributária o torna singular, sendo sua escolha a que melhor atende às necessidades da instituição.

Ainda assim, necessário se faz analisar outros aspectos, conforme abaixo.

3 – Acesso a banco de dados com informação sobre legislação tributária

No que diz respeito ao segundo item característico das soluções tecnológicas pesquisadas (acesso a banco de dados com informação sobre legislação tributária), há diversas características que também diferenciam as opções examinadas.

No site da IOB e da Econet há informação sobre todos os principais tributos devidos pelas empresas em geral, o que torna a seleção daquilo que é relevante extremamente complexa. Além dos tributos incidentes na fonte, há publicação diária de normas relacionadas ao ICMS, IPI, IOF, Imposto de Exportação, Imposto de Importação, dentre outros. São serviços voltados principalmente para as empresas privadas.

O site Gestão Tributária se propõe a falar não apenas para entidades públicas, mas seu foco está limitado aos principais tributos devidos por órgãos, autarquias e fundações dos diversos níveis de governo. Ou seja, ao eleger os principais encargos e retenções de natureza tributária como alvo de sua abordagem, o site não polui seu conteúdo com informações pouco relevantes para os entes públicos. Não aborda, por exemplo, o ICMS e o IPI, que são extremamente complexos, mas cujas legislações têm pouca ou nenhuma relevância para as instituições públicas.

Outro detalhe interessante é que o Gestão Tributária faz uma vinculação das normas de acordo com a natureza jurídica do contratante. Assim, se o tomador do serviço é da área federal, pode filtrar apenas a legislação que diz respeito ao seu perfil, excluindo da pesquisa as leis, instruções normativas e outras normas que se aplicam, por exemplo, apenas para empresas privadas.

Essa filtragem, que não é realizada na pesquisa oferecida pela IOB e Econet, é baseada no Quadro Sinótico de Obrigações – QSO, constante da proposta do Gestão Tributária e concebido pelo coordenador do serviço, Alexandre Marques Andrade Lemos, autor da obra Gestão Tributária de Contratos e Convênios, que está em sua 4ª. edição.

As diferenças apresentadas podem ser resumidas no quadro abaixo:

| 2 – Acesso a banco de dados com informação sobre legislação tributária | IOB | Econet | Open |
|---|------------|---------------|-------------|
| 2.1 – Abrange a legislação relativa ao ICMS. | Sim | Sim | Não |
| 2.2 – Abrange a legislação relativa ao IPI. | Sim | Sim | Não |
| 2.3 – Abrange a legislação relativa ao Imposto de Renda e à Contribuição Social devidos sobre o lucro das pessoas jurídicas. | Sim | Sim | Não |
| 2.4 – Abrange a legislação relativa ao PIS/Pasep e COFINS devidos sobre o faturamento das pessoas jurídicas. | Sim | Sim | Não |
| 2.5 – Abrange a legislação relativa aos principais encargos e retenções de natureza tributária incidentes sobre os tomadores de serviços em geral | Sim | Sim | Sim |
| 2.5.1 – Possui filtro de pesquisa de acordo com a natureza jurídica do contratante. | Não | Não | Sim |
| 2.5.2 – Possui filtro de pesquisa de acordo com a obrigação examinada (exemplo: pesquisa sobre tributação do serviço de manutenção de elevadores somente em relação ao INSS). | Não | Não | Sim |
| 2.6 – Acompanha e atualiza as alterações na legislação tributária | Sim | Sim | Sim |

Apesar de, neste quesito, a ferramenta Gestão Tributária não apresentar tantas informações quanto as demais, este aspecto se revela uma vantagem para o ente público contratante.

Para o servidor filtrar a grande variedade de normas publicadas diariamente nos serviços IOB Online ou Econet, seria necessário um enorme esforço intelectual e uma disponibilidade considerável

de tempo. Como o Gestão Tributária se propõe a abordar essencialmente o que interessa aos entes públicos, as informações podem ser filtradas com muito maior facilidade pelo usuário do sistema.

3 – Acesso a banco de dados com artigos sobre interpretação da legislação tributária

Em relação a este último aspecto, dentre as ferramentas analisadas, também há diversas características que também diferenciam as opções pesquisadas.

O serviço IOB Online disponibiliza diversos artigos, mas também dificulta a localização dos conteúdos por abordar uma variedade de temas muito grande, sendo que a maioria não está no foco principal de interesse das entidades públicas.

Já a Econet disponibiliza pareceres de especialistas, muitos deles também desconexos em relação ao dia a dia do contratante, cujo principal foco está nas retenções e encargos tributários na contratação de terceiros.

Também por essa razão a solução Gestão Tributária se revela a mais interessante, uma vez que aborda essencialmente as retenções e encargos na contratação de pessoas físicas e jurídicas, apenas no tocante ao INSS, IRRF, Contribuições Sociais na fonte e ISS. O número de artigos publicados é consideravelmente menor, mas os temas são de maior aplicação prática.

Para acesso a tais informações o Gestão Tributária também oferece a segmentação baseada no QSO, possibilitando que determinada pesquisa na seção de Artigos seja efetuada apenas em relação a um dos tributos abrangidos pelo sistema web. Dessa forma, querendo realizar uma pesquisa sobre o tratamento tributário a ser dispensado no contrato de manutenção de elevadores, o ente público pode filtrar apenas os conteúdos que dizem respeito à matéria no âmbito da legislação do INSS.

Também só identificamos a existência de vídeos explicativos acerca de temas polêmicos no site Gestão Tributária. Os demais não abordam assuntos utilizando esse recurso de exposição, que facilita bastante a compreensão de questões mais complexas.

Dessa forma, considerando as características apresentadas, o conteúdo acessado pelo sistema Gestão Tributária acaba se revelando mais adequado que os demais, principalmente em função de sua especialidade.

B) Preços

As soluções oferecidas pelas empresas acima citadas possuem características de preços distintas.

A IOB cobra um valor anual pelo IOB Online (que permite o acesso a legislação e artigos) em separado do valor pelo Simulador Tributário (que inclui o simulador de retenções na fonte do Imposto de Renda das Contribuições Sociais). Enquanto o primeiro custa R\$ 2.347,00, o segundo custa R\$ 2.240,00, para até 5 usuários e com uma limitação muito negativa: permite apenas 100 consultas mensais. Para que as consultas no simulador sejam ilimitadas é necessário contratar o licenciamento para 10 usuários, elevando o custo anual para R\$ 3.332,00. Somando o custo dos dois sistemas, o valor anual total fica entre R\$ 4.587,00 (com limitação a 100 consultas no simulador) e R\$ 5.679,00 (sem limite de consultas).

A Econet, por sua vez, cobra um valor mensal único pelo acesso ao seu portal, onde as informações estão disponíveis, inclusive a ferramenta de simulação de retenções, denominada de Retenserv.

O valor mensal, multiplicado por 12 (doze), equivale a R\$ 2.496,00 para um usuário.

Já a Open Treinamentos e Editora cobra um valor anual para acesso ao site Gestão Tributária, o qual inclui o acesso ilimitado à ferramenta GT-Fácil, de acordo com o plano escolhido (variável conforme o número de usuários). As opções são as seguintes:

| Plano | Valor Mensal | Valor Anual |
|----------|--------------|--------------|
| Prata | R\$399,50 | R\$ 4.794,00 |
| Ouro | R\$599,00 | R\$ 7.188,00 |
| Diamante | R\$899,00 | R\$10.788,00 |

Apesar de os valores da solução Gestão Tributária estarem acima do quanto proposto pelas outras empresas, há duas ponderações importantes:

- na proposta apresentada pela Open Treinamentos e Editora foi oferecida uma condição especial para os primeiros doze meses de licenciamento, garantindo um desconto de 50% (cinquenta por cento) para os contratos celebrados até 31/12/2015. Com a redução oferecida, o novo valor do plano Prata (R\$ 4.794,00) se aproxima daquele proposto pelas demais empresas, ficando entre a opção da Econet (R\$ 2.496,00) e a da IOB, na modalidade de consultas ilimitadas (R\$ 5.679,00), que se revela a mais cara;

- as soluções pesquisadas, mesmo a que oferece preço inferior, não abrangem tantos recursos como os apresentados no sistema web Gestão Tributária, especialmente no tocante ao simulador de retenções na fonte (GT-Fácil), o que deixaria o ente contratante carente de orientações sobre determinados fatos de extrema relevância para a aplicação correta da legislação tributária (retenção do ISS, por exemplo), expondo-o a risco maior de autuações fiscais.

C) Conclusão

Uma vez apresentadas e comprovadas as razões para a escolha do sistema web Gestão Tributária, é possível afirmar que sua contratação direta atende aos requisitos legais e orientações dos órgãos de controle, em plena consonância também com os princípios fundamentais da Administração Pública.

O enquadramento da aquisição ora proposta no art. 25, I, da Lei nº 8.666/93, justifica-se pela exclusividade do produto fornecido, devidamente comprovada pela certidão de exclusividade fornecida pela Assespro-BA, que abrange a área onde está situada a contratada.

Sabemos que diversas são as dificuldades enfrentadas pelos tomadores quando a legislação tributária não é observada no momento de formação do contrato. Principalmente porque estes erros podem ser percebidos apenas no momento de pagamento da nota fiscal, quando, na maioria das vezes, já não é mais possível sanar as consequências de retenções equivocadas.

Considerando isso, separamos um vídeo exclusivo para assinantes, mostrando como o GT-Resolve te ajuda a agir preventivamente analisando de forma cautelosa os contratos que ocorrem no dia-a-dia das empresas. Clique na imagem e assista ao vídeo.



The image shows a video player interface. At the top, the title 'Importância da análise tributária no momento de formação do contrato' is displayed in white text on a blue background. Below the title, there are three social media sharing buttons: 'Compartilhar' (Facebook), 'Tweetar' (Twitter), and 'Compartilhar' (LinkedIn). The video player itself features a blue robot character on the left and a purple speech bubble on the right containing the text 'GT-RESOLVE'. Below the speech bubble, it says 'IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE TRIBUTÁRIA NO MOMENTO DE FORMAÇÃO DO CONTRATO' and 'ASSISTA AQUI'. The video player controls at the bottom show a play button, a progress bar with a timestamp of 04:58, and icons for volume, settings, and full screen.

Não consegue acessar, clique: <https://conteudo.gestaotributaria.com.br/importancia-da-analise-tributaria>

LISTA DE CLIENTES

| |
|---|
| ANTAQ - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS |
| CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. |
| TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE |
| PRODAP - CENTRO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI |
| DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ |
| JUSTIÇA FEDERAL DA BAHIA |
| DNIT SP |
| TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO |
| SENAC/AL - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL |
| PROVÍNCIA CARMELITANA DE SANTO ELIAS |
| INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA |
| COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MACAPÁ |
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA |
| SESC PANTANAL |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO |
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM MATO GROSSO DO SUL |
| CELESC DISTRIBUIÇÃO SA |
| TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ |
| CENTRO ESPÍRITA CAMINHO DA REDENÇÃO |
| TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA |
| CLUBE ATLÉTICO MINEIRO |
| TRT CONTABILIDADE |
| ARTCONTA – ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA |
| SENAC |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RIO GRANDE DO NORTE |
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA - MPRR |
| TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO |
| FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE |
| SEBRAE DF |
| SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA |
| COMPESA - COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO |
| JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO |

| |
|---|
| TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS |
| TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA |
| CODEMIG - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS |
| TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS |
| TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE |
| CARAMURU |
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA |
| TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - TCE-SC |
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO EM CATU - BAHIA |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA |
| SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO (SEGPLAN) GOIÁS |
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP |
| FUNDAÇÃO HEMOMINAS - FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLÓGIA E HEMOTERAPIA DE MINAS GERAIS |
| TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ |
| TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL |
| SANEAMENTO DE GOIÁS S.A |
| UNIDADE GESTORA DE PROJETOS ESPECIAIS - UGPE |
| INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL |
| TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL |
| SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DR – PE |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE TOCANTINS |
| FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (FIERN) |
| ELETOBRAS ELETRONUCLEAR RJ |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA |
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA |
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO - IFMT |
| UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO |
| BANCO DA AMAZONIA |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DE AMAPÁ |
| TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RODÔNIA |
| TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE-ES |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDONIA |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO |

| |
|---|
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA |
| TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS |
| SISTEMA FIBRA |
| SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO SESC AR/SE |
| SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - MT |
| SEBRAE AMAZONAS |
| SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE ALAGOAS |
| PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO |
| PROCURADORIA DA REPUBLICA NO ESTADO DO PARÁ-MPF |
| PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO |
| MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO |
| MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS |
| OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA |
| MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE GOIÁS |
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL |
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO |
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE |
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS |
| MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS |
| MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO DO AMAZONAS |
| LANXESS INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS E PLÁSTICOS LTDA. |
| JUSTIÇA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL |
| INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE |
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA |
| FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE TOCANTINS - FIETO |
| ELETRONORTE-MT |
| DNIT-PR |
| CODESA - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESPÍRITO SANTO |
| CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS-AL |

CARTA DE EXCLUSIVIDADE

(Caso precise de uma exclusividade separadamente, favor solicitar a equipe de vendas)




A ASSEPRO – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega e representa as empresas nacionais fornecedoras de software e prestadoras de serviços de informática, atendendo a solicitação de sua empresa associada, e com fundamento nos documentos regularmente registrados em nossos arquivos, vem certificar, em atendimento ao que reza o art. 25, nº I da Lei 8666 de 21.06.93, que segundo estas informações, a **Open Treinamentos Empresariais e Editoria**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.094.300/0001-51, Inscrição Estadual nº 010.764.886, Inscrição Municipal nº 290.076/001-40 é autora e fornecedora exclusiva, e detentora dos códigos fontes no Brasil do(s) produtos abaixo descritos.

NOME DO PRODUTO: Sistema Web Gestão Tributária

O Gestão Tributária oferece informações acerca das retenções e encargos tributários relativos ao INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS. O sistema, conforme descrição do requerente, dispõe de uma ferramenta de consulta por tipo de serviço chamada GT-Fácil. Basta digitar o tipo de serviço tomado e visualizar instantaneamente quais os tributos que incidem sobre a operação, além do fundamento legal, base de cálculo, alíquota, vencimento, tratamento dos Optantes do Simples Nacional entre outros detalhes. O usuário que lida com o Imposto Sobre Serviços – ISS pode informar inclusive os municípios envolvidos na operação e obter respostas específicas, indicando qual o local da incidência, além de outros detalhes que só podem ser encontrados na legislação de cada cidade.

O usuário também pode usufruir de todo o conteúdo selecionado disponível no sistema, tais como artigos, normas legais e vídeos, além de ter acesso irrestrito ao blog, além de permitir o envio de questionamentos por e-mail sobre os assuntos descritos acima.


Sandro Lisboa
Vice-Presidente de Associativismo


Ricardo Couto
Vice-presidente de Articulação



MODELO DE CONTRATO

CONTRATO N° XX/XXXX

CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE WEB QUE ENTRE SI
CELEBRAM XXXXXX E A OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA
LTDA – EPP.

A XXXXXXXXXXXXXXXX com sede XXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.094.300/0001-51, com sede na Rua Edísio Pondé, nº 353, sala 909, Stiep, Salvador-BA, CEP 41770-395, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, nos termos gerais descritos abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto

O objeto deste contrato é o licenciamento anual do **Sistema Web Gestão Tributária**, acessível por meio do endereço eletrônico www.gestaotributaria.com.br, que fornece conteúdo especializado na área tributária através de notícias, artigos, legislação e vídeos, além de ferramenta *online* de consulta das retenções na fonte do INSS, Imposto de Renda, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS) e ISS - Imposto Sobre Serviços, denominado **GT-Fácil**.

§ 1º – O plano de licenciamento **DIAMANTE** assegura o acesso simultâneo e irrestrito ao sistema para até 12 (doze) colaboradores, os quais serão cadastrados pela contratante, por meio do painel administrativo do sistema, os quais poderão realizar consultas ilimitadas ao banco de dados disponibilizado, bem como utilizar a ferramenta **GT-Fácil** sem restrição quanto ao número de consultas durante o período de vigência do contrato.

§ 2º – As orientações disponibilizadas no sistema tem caráter informativo, sendo sua aplicação nas operações da **Contratante** de exclusiva responsabilidade dos seus colaboradores, aos quais cabe a obrigação de avaliar a julgar a pertinência e conveniência de adotar os procedimentos informados.

§ 3º – O acesso ao sistema web não inclui o direito à solicitação de pareceres jurídico-tributários acerca de dúvidas específicas, os quais são disponibilizados por meio da ferramenta denominada Informação Fiscal – IF.

CLÁUSULA SEGUNDA: Das condições gerais do fornecimento

A **Contratada** deverá disponibilizar o acesso eletrônico ao **Sistema Web Gestão Tributária** à **Contratante** durante o período ininterrupto de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente contrato.



Rua Edísio Pondé, 353, Ed. Empresarial Tancredo Neves, cj. 909, Stiep • Salvador • Bahia • CEP 41770-395
Tel.: 0800 888 1482 | www.gestaotributaria.com.br | contato@gestaotributaria.com.br

§ 1º – As senhas de acesso serão disponibilizadas para os usuários designados pela Contratante, cabendo exclusivamente a esta o controle e a definição de quais colaboradores serão habilitados, podendo inclusive alterar livremente os referidos dados durante a vigência do contrato.

§ 2º – Opcionalmente, a Contratante pode solicitar por e-mail o cadastramento dos usuários por ela designados, o que será realizado pela equipe de suporte da Contratada, que informará os dados de acesso dos colaboradores designados.

CLÁUSULA TERCEIRA: Das Obrigações da Contratante

São obrigações da **Contratante**, além de outras previstas neste contrato:

- a) efetuar o pagamento dos valores devidos, no prazo e condições pactuadas;
- b) utilizar o sistema web e todas as informações obtidas por meio dele exclusivamente para atender aos interesses da Contratante, fiscalizando e coibindo o uso da ferramenta em negócios particulares de seus colaboradores ou estranhos aos interesses da entidade;
- c) manter sob sigilo as informações de acesso ao sistema, evitando a propagação dos dados e consequente utilização por terceiros que não integrem o quadro de colaboradores da Contratante;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio do colaborador por ela designado, que deverá anotar todas as ocorrências relacionadas à referida execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos detectados e comunicar, antes de expirada a vigência contratual, as irregularidades apuradas aos seus superiores, caso as decisões e medidas corretivas a serem adotadas se situem fora do seu âmbito de competência.

CLÁUSULA QUARTA: Das Obrigações da Contratada

São obrigações da **Contratada**, além de outras previstas neste contrato:

- a) disponibilizar o acesso eletrônico ao Sistema Web Gestão Tributária, nos termos indicados na cláusula segunda, oferecendo suporte aos usuários para a adequada utilização dos recursos disponíveis;
- b) arcar com todas as despesas pertinentes à execução do objeto contratado, tais como salários, impostos, taxas, fretes, custos com mobilização, encargos sociais e trabalhistas, etc., mantendo em dia os seus recolhimentos;
- c) responder por danos causados à **Contratante** ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual por parte da **Contratante**;
- d) submeter à apreciação da **Contratante**, para análise e deliberação, qualquer alteração nas cláusulas e condições do presente contrato que se fizer necessária;

e) comunicar à **Contratante** a ocorrência de quaisquer fatos que possam impedir ou retardar a execução do contrato, apresentando soluções para sanar tais impedimentos;

f) manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de regularidade fiscal, trabalhista e de qualificação exigidas e apresentadas para a assinatura do presente contrato, inclusive as relativas à regularidade para com o INSS, o FGTS, a Justiça do Trabalho, a Secretaria de Fazenda do Estado e a do Município onde está instalada, apresentando à **Contratante** as certidões referentes às condições supramencionadas sempre que tiverem suas validades vencidas e quando solicitadas;

g) informar, no corpo da nota fiscal ou por outra forma (correspondência, e-mail, etc.), seus dados bancários, a fim de possibilitar ao setor financeiro da **Contratante** a realização dos depósitos pertinentes;

h) efetuar a devolução proporcional dos valores pagos a título de licenciamento, na hipótese de rescisão deste contrato e suspensão do acesso eletrônico ao sistema web.

i) submeter à apreciação da **Contratante**, antes de expirado o prazo previsto para o acesso ao sistema web, solicitação de prorrogação, se assim entender necessário, quando da ocorrência de quaisquer das situações contempladas no art. 57, § 1º da Lei n.º 8.666/93, fundamentando e comprovando a hipótese legal aplicável.

CLÁUSULA QUINTA: Do Preço

O preço da aquisição da assinatura objeto desse contrato é de **R\$ 10.788,00 (dez mil setecentos e oitenta e oito reais)** e está de acordo com a proposta da **Contratada**, nela estando incluídas todas as despesas necessárias à disponibilização do acesso eletrônico ao sistema web.

CLÁUSULA SEXTA: Da Forma de Pagamento

O pagamento será feito mediante a apresentação da nota fiscal, que corresponderá ao valor do licenciamento, seguindo os critérios abaixo:

a) A **Contratada** apresentará aos setores competentes a nota fiscal correspondente ao licenciamento do sistema objeto do presente contrato, emitida em nome da **Contratante**, constando em seu corpo os dados da operação.

b) Os responsáveis pela gestão do contrato encaminharão a nota fiscal já atestada à área de finanças da **Contratante**, a qual terá o prazo designado na proposta para conferi-la e efetuar o pagamento através de depósito ou boleto bancário, necessariamente em nome da **Contratada**, cujos dados bancários deverão constar no corpo da nota fiscal ou em outro documento a ser encaminhado;

c) Em caso de não aprovação da nota fiscal por motivo de incorreção, rasura ou imprecisão, esta será devolvida à **Contratada** para a devida regularização, caso em que os prazos referidos na alínea "b" começarão a fluir a partir da reapresentação da nota fiscal devidamente regularizada;

d) Ocorrendo mora na disponibilização do acesso eletrônico ao sistema, a **Contratada** deverá anexar à respectiva nota fiscal justificativa pela ocorrência do atraso verificado e documentação comprobatória dos motivos alegados;

e) Na hipótese de mora na execução do objeto deste contrato, a área financeira efetuará o pagamento pertinente, retendo o valor correspondente à multa pelo atraso, conforme cláusula oitava, até a conclusão do processo administrativo instaurado para avaliação da justificativa a que se refere a alínea “d” supra, que se encerrará com o ato decisório da autoridade competente, a qual, motivadamente, julgará acerca da incidência ou não de penalidade. Julgada procedente a justificativa apresentada, o valor retido será restituído à **Contratada**, convertendo-se em penalidade, caso seja considerada improcedente.

CLÁUSULA SÉTIMA: Dos Acréscimos ou supressões

A **Contratada** fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que a **Contratante**, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar no valor inicial atualizado deste contrato, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento). Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA: Das Penalidades

A inadimplência da **Contratada**, sem a devida justificativa aceita pela **Contratante**, no cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato a sujeitará às sanções a seguir discriminadas, de acordo com a natureza da infração, mediante processo administrativo pertinente, observada a aplicação da Lei Federal nº 8.666/93:

I – advertência escrita, quando a **Contratada** cometer faltas consideradas leves pela **Contratante**;

II – multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, **até o trigésimo dia**, ou multa de 20% (vinte por cento), **após o trigésimo dia**, pelo atraso injustificado na execução do objeto, sobre o valor do não realizado, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo estipulado para cumprimento da obrigação;

III – multa de 20% (vinte por cento) em razão da não execução do objeto, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à **Contratante**;

IV – multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor contratado, contada da comunicação da **Contratante** (via internet, fax, correio, etc.), até cessar a inadimplência, limitada a 20% (vinte por cento) desse valor.

§ 1º - Após o 30º (trigésimo) dia de inadimplência, a **Contratante** terá direito de recusar o objeto contratado, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando a perda de interesse em sua entrega, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 2º - A inexecução parcial ou total do contratado, nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, independentemente do prazo estipulado na alínea anterior, poderá implicar a rescisão unilateral deste contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente.

§ 3º - Aplicadas as multas previstas, poderá a **Contratante** notificar a **Contratada** a recolher a quantia devida no prazo de 10 dias contados da data do recebimento do comunicado formal da decisão definitiva proferida pela autoridade competente ou realizar compensação, existindo pagamento vincendo a ser realizado pela **Contratante** ou valores retidos dos pagamentos devidos por esta.

§ 4º - Na impossibilidade de recebimento das multas nos termos da alínea anterior, a importância aplicada, ou seu remanescente, deverá ser cobrada judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

§ 5º - Para todas as penalidades aqui previstas será garantida a defesa prévia da **Contratada** que deverá ser apresentada no prazo de até 5 dias úteis, contado do recebimento da notificação encaminhada pela **Contratante**.

§ 6º - Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da **Contratante**, o pagamento será realizado acrescido de multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor vencido, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA NONA: Da Vigência

A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a partir de **XX/XX/2016**, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse das partes, através de termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA: Do Reajuste

Durante o período de vigência do presente contrato não se admitirá a aplicação de quaisquer reajustes decorrentes de atualização monetária, alteração nos custos de insumos ou componentes de custos da **Contratada**, ressalvadas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro previstas na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Da Rescisão

Constituem motivos para a rescisão deste contrato os casos enumerados nos incisos I a XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

A rescisão deste contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da **Contratante**, independentemente de aviso ou notificação judicial, sem que caiba ressarcimento à **Contratada**, se a mesma incorrer em qualquer dos motivos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do supracitado artigo, ressalvado o disposto no art. 79, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Fica ressalvado que, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no inciso VI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, admite-se a possibilidade da continuidade contratual, a critério da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Da Publicidade

A **Contratante** dará publicidade ao presente contrato nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Salvador, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Dos Documentos Integrantes

Integram o presente contrato, independentemente de transcrição e para todos os efeitos, a proposta de preços da **Contratada**, o ato de motivação da unidade requisitante, com a respectiva autorização do departamento competente e da assessoria jurídica, que ratifica a inexigibilidade de licitação.

Assim ajustadas, as partes celebram o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Salvador-BA, ____/____/2018

Contratante:

Defensoria Pública do Estado do Paraná

Contratada:



Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. EPP
p/Alexandre Marques Andrade Lemos

Testemunhas:

1) _____

2) _____

PLANOS

Os planos de acesso oferecidos aos clientes apresentam números de usuários distintos, possibilitando que as entidades contratem a opção que melhor se adequa ao seu perfil. São eles:

| | | Ideal | | |
|---------------------------------|--|-------|------|-----------|
| Recurso / Plano | | Prata | Ouro | Diamante |
| Usuários | | 3 | 6 | 12 |
| Acesso aos artigos publicados | | Sim | Sim | Sim |
| Acesso à legislação selecionada | | Sim | Sim | Sim |
| Acesso aos vídeos | | Sim | Sim | Sim |
| Acesso ao GT-Fácil | | Sim | Sim | Sim |
| Recursos do GT-Fácil | Nº de consultas/mês | 100 | 500 | Ilimitado |
| | Geração de relatório PDF das consultas | Não | Sim | Sim |
| | Simulador de Cálculo | Não | Sim | Sim |
| | Consulta de legislação por município* | Não | Não | Sim |

A licença adquirida é de uso exclusivo do servidor identificado pelo contratante, sendo vedado o compartilhamento de seus dados de acesso com outros usuários, ainda que da mesma instituição, bem como

vedada a realização de consultas com o objetivo de difundir as informações pesquisadas com pessoas não pertencentes aos quadros da instituição.

PREÇOS

PRATA

R\$ **399** /mês

*No plano anual (Total = R\$ 4.794,00/ano)

CADASTRO DE 3 USUÁRIOS
ACESSO AOS ARTIGOS PUBLICADOS
ACESSO À LEGISLAÇÃO SELECIONADA
ACESSO A VÍDEOS
ACESSO AO GT-FÁCIL
RECURSOS DO GT-FÁCIL DISPONÍVEIS:
100 CONSULTAS /MÊS

ASSINE AGORA

OURO

R\$ **599** /mês

*No plano anual (Total = R\$ 7.188,00/ano)

CADASTRO DE 6 USUÁRIOS
ACESSO AOS ARTIGOS PUBLICADOS
ACESSO À LEGISLAÇÃO SELECIONADA
ACESSO A VÍDEOS
ACESSO AO GT-FÁCIL
RECURSOS DO GT-FÁCIL DISPONÍVEIS:
500 CONSULTAS /MÊS
GERAÇÃO DE RELATÓRIOS PDF DAS CONSULTAS
SIMULADOR DE CÁLCULO

ASSINE AGORA

DIAMANTE

R\$ **899** /mês

*No plano anual (Total = R\$ 10.788,00/ano)

CADASTRO DE 12 USUÁRIOS
ACESSO AOS ARTIGOS PUBLICADOS
ACESSO À LEGISLAÇÃO SELECIONADA
ACESSO A VÍDEOS
ACESSO AO GT-FÁCIL
RECURSOS DO GT-FÁCIL DISPONÍVEIS:
CONSULTAS ILIMITADAS
GERAÇÃO DE RELATÓRIOS PDF DAS CONSULTAS
SIMULADOR DE CÁLCULO
CONSULTA DE LEGISLAÇÃO POR MUNICÍPIO

ASSINE AGORA

O pagamento deverá ser feito, após 30 dias da apresentação da nota fiscal, que será enviada logo quando o Sistema tiver sido liberado e testado pelo contratante, em cota única, no valor total equivalente ao plano anual que for escolhido, em conta corrente de titularidade da *Open Treinamentos e Editora Ltda. EPP*.

O valor da proposta abrange todos os cursos do fornecedor.



Nota de Empenho

Identificação

| | | |
|---|--|-----------------------------|
| Unidade Gestora 050101 - MINISTÉRIO PÚBLICO | Número do Documento 2021NE00701 | Data de Emissão 19/05/21 |
| Credor 09094300000151 - OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS LTDA ME | Valor 10.788,00 (Dez mil e setecentos e oitenta e oito reais) | |
| Tipo de Empenho | NE Original | |

Classificação

| | |
|-----------------------|---|
| Nota de Reserva | 2021NR00409 |
| Programa de trabalho | 10.05.101.03.128. 0024. 2089 - QUALIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MEMBROS E SERVIDORES |
| Microrregião | 00 - ESTADO |
| Município | Não informado |
| Emenda Parlamentar | 0000 / E0000 |
| Id. uso | 0 - RECURSOS NÃO DESTINADOS À CONTRAPARTIDA |
| Fonte | 101 - RECURSOS ORDINÁRIOS |
| Detalhamento de Fonte | 000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS |
| Natureza | 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA |
| Plano Orçamentário | 001698 - CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO |
| Convênio Recebido | 000000 - Convênio não identificado |
| Convênio Concedido | 000000 - Convênio não identificado |
| Contrato | 00000000 - Sem contrato |

Detalhamento

| | | |
|---|---|---|
| Modalidade do empenho Ordinário | Modalidade de Licitação 06 - DISPENSA DE LICITAÇÃO | Embasamento Legal Lei nº 8.666/1993 - Art. 24 - Inciso II. |
| Origem de Material 1 - Origem nacional | Data de Entrega 31/12/2021 | Local de Entrega MP/ES |
| Processo 0008754202154 | UF Espírito Santo | Município Vitória |

Itens

| Tipo Patrimonial | Sub-item da Despesa | Classificação Complementar | Valor |
|---|--|----------------------------|-----------|
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | 48 - SERVIÇOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO | | 10.788,00 |

Cronograma

| | | | | | |
|-----------|------|--------|-----------|----------|------|
| Janeiro | 0,00 | Maio | 10.788,00 | Setembro | 0,00 |
| Fevereiro | 0,00 | Junho | 0,00 | Outubro | 0,00 |
| Março | 0,00 | Julho | 0,00 | Novembro | 0,00 |
| Abril | 0,00 | Agosto | 0,00 | Dezembro | 0,00 |

Saldo Dotação

| | | | |
|----------------------------------|-----------------------------------|-----------|--------------------|
| Saldo Anterior | Valor do Empenho | | Saldo Após Empenho |
| Crédito disponível 413.034,67 | Crédito indisponível 10.788,00 | 10.788,00 | 413.034,67 |

Observação

27905751856 - LUCIANA GOMES FERREIRA DE ANDRADE
Ordenador de Despesas

55753965768 - MARIA HELENA GASPARINI COLA
Gerência OF

Emitido/contabilizado por Márcio Rufino Barbosa em 19/05/21 às 17:42.

Impresso por Márcio Rufino Barbosa em 19/05/21 às 17:42.



Identificação

| | | |
|--|---|------------------------------------|
| Unidade Gestora 050101 - MINISTÉRIO PÚBLICO | Número do Documento 2021NE00701 | Data de Emissão 19/05/21 |
| Credor 09094300000151 - OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS LTDA ME | Valor 10.788,00 (Dez mil e setecentos e oitenta e oito reais) | |
| Tipo de Empenho | NE Original | |

I) DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA OPEN TREINAMENTOS E EDITORA, COM O OBJETIVO DE RENOVAR O LICENCIAMENTO ANUAL DO SISTEMA WEB GESTÃO TRIBUTÁRIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DO MP/ES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO QUADRO DEMONSTRATIVO E DOCUMENTOS CONSTANTES DESTE PROCESSO; II) A PRESENTE NOTA DE EMPENHO SUBSTITUI O CONTRATO, NA FORMA DO § 2º DO ART. 62, DA LEI N.º 8.666/1993, APLICANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DA REFERIDA LEI, PARA A CONTRATAÇÃO; III) SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI N.º 8.666/1993, A CONTRATADA, POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, ESTARÁ SUJEITA A MULTA, NA ORDEM DE 10%, INCIDENTE SOBRE O VALOR EXPRESSO NA NOTA; IV) ESTA NOTA DE EMPENHO GUARDA CONFORMIDADE COM A PROPOSTA DA CONTRATADA E DEMAIS DOCUMENTOS CONSTANTES DO PROCESSO MP Nº 0008754/2021-54 QUE, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO.

Produtos

| Produto | Quantidade | Und. Fornec. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------------|---------------------|-----------------------|--------------------|
| LICENCIAMENTO ANUAL DO SISTEMA WEB GESTÃO TRIBUTÁRIA. | 1 | SERVIÇO | 10.788,00 | 10.788,00 |

Descrição: RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO ANUAL DO SISTEMA WEB GESTÃO TRIBUTÁRIA - CFIN, NO PLANO DIAMANTE.

[REDACTED] - LUCIANA GOMES FERREIRA DE ANDRADE
Ordenador de Despesas

[REDACTED] - MARIA HELENA GASPARINI COLA
Gerência OF

Emitido/contabilizado por Márcio Rufino Barbosa em 19/05/21 às 17:42.



Impresso por Márcio Rufino Barbosa em 19/05/21 às 17:42.



Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

Página 2/2

| | | |
|---|---|----------------------------------|
| RECEBEMOS DE OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA -EPP OS PRODUTOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO. | | NF-e Nº1712 SÉRIE:1 |
| DATA DE RECEBIMENTO | IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR | |

| | | | |
|---|------------------------------|--|--|
| OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA -EPP  R EDISTIO PONDE, 353, SL 909 STIEP - 41770-395 Salvador - BA 7133400603 | | DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA 1712 SÉRIE: 1 FOLHA 1 / 1 | CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO 2921 0609 0943 0000 0151 5500 1000 0017 1210 3549 9983 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora. PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 129211612167516 21/06/2021 14:51:22 |
| NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda a Nao Contribuinte | | CNPJ 09.094.300/0001-51 | |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL 010764886 | INSCRIÇÃO ESTADUAL DE SUBST. | | |

| | | | |
|--|--|---|---|
| DESTINATÁRIO / REMETENTE NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - SESP | | CNPJ / CPF 03.507.415/0028-64 | DATA EMISSÃO 21/06/2021 |
| ENDEREÇO Rua Julio Domingos de Campos, S/N BLOCO B ANEXO II | BAIRRO / DISTRITO CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO | CEP 78049-927 | DATA ENTRADA / SAÍDA 21/06/2021 |
| MUNICÍPIO Cuiaba | FONE / FAX 6536135500 | UF MT | INSCRIÇÃO ESTADUAL 14:51:02 |

| | |
|--|--|
| FATURA / DUPLICATA 001 21/07/2021 10.786,50 | |
|--|--|

| | | | | | |
|--|--------------------------------|------------------------------|---|-------------------------------------|--|
| BASE DE CALCULO DO ICMS 0,00 | | VALOR DO ICMS 0,00 | BASE DE CALCULO DO ICMS SUBST. 0,00 | VALOR DO ICMS SUBST. 0,00 | VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 10.786,50 |
| VALOR DO FRETE 0,00 | VALOR DO SEGURO 0,00 | DESCONTO 0,00 | OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00 | VALOR TOTAL DO IPI 0,00 | VALOR TOTAL DA NOTA 10.786,50 |



| | | | | | | |
|--|---------|---------------------------------------|-------------|----------------------------|------------------------------|--------------------|
| TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS NOME / RAZÃO SOCIAL 9-SEM FRETE | | FRETE POR CONTA 9-SEM FRETE | CÓDIGO ANTT | PLACA DO VEICULO | UF | CNPJ / CPF |
| ENDEREÇO | | MUNICÍPIO | | UF | | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| QUANTIDADE 0 | ESPÉCIE | MARCA | NUMERAÇÃO | PESO BRUTO 0,000 | PESO LIQUIDO 0,000 | |

| DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|---|----------|-------|------|------|--------|----------------|-------------|---------|-------|------|----------|-------|--|
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS | NCM/SH | CSOSN | CFOP | UNID | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL | BASE | VALOR | | ALÍQUOTA | | |
| | | | | | | | | | Cálculo | ICMS | IPI | ICMS % | IPI % | |
| 02 | LICENCA ANUAL DE USO DO SISTEMA WEB GESTAO TRIBUTARIA | 85234920 | 0400 | 6102 | UN | 1 | 10786,5000 | 10.786,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0 | |

| | | | | |
|---|--|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|
| CÁLCULO DO ISSQN INSCRIÇÃO MUNICIPAL 29007600140 | | VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS | BASE DE CALCULO DO ISSQN | VALOR DO ISSQN 0,00 |
|---|--|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|

| | |
|---|--------------------|
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOCUMENTO EMITIDO POR EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI, N35345673. CONTRATO N 080/2021/SESP DADOS BANCARIOS: BB (001) AG:5737-1 C/C: 8193-0 Trib aprox R\$: 2.857,34 Federal, R\$: 539,32 Estadual e R\$: 0,00 Municipal Fonte: IBPT/empresometro.com.br B8217A DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI. | RESERVADO AO FISCO |
|---|--------------------|

| | | |
|---|---|----------------------------------|
| RECEBEMOS DE OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA -EPP OS PRODUTOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO. | | NF-e Nº1576 SÉRIE:1 |
| DATA DE RECEBIMENTO | IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR | |

| | | |
|---|--|---|
|  OPEN TREINAMENTOS E EDITORA R EDISTIO PONDE, 353, SL 909 STIEP - 41770-395 Salvador - BA 7133400603 | DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA <div>1</div> 1576 SÉRIE: 1 FOLHA 1 / 1 | CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO 2920 1209 0943 0000 0151 5500 1000 0015 7617 2748 8671 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora. |
|---|--|---|

| | | |
|---|------------------------------|--|
| NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda a Nao Contribuinte | | PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 129200322173277 15/12/2020 11:36:44 |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL 010764886 | INSCRIÇÃO ESTADUAL DE SUBST. | CNPJ 09.094.300/0001-51 |

| | | | |
|---|------------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|
| DESTINATÁRIO / REMETENTE | | CNPJ / CPF 13.950.733/0001-39 | DATA EMISSÃO 15/12/2020 |
| NOME / RAZÃO SOCIAL DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA | | | |
| ENDEREÇO RUA MATEUS LEME, 1908 | BAIRRO / DISTRITO CENTRO CIVICO | CEP 80530-010 | DATA ENTRADA / SAÍDA 15/12/2020 |
| MUNICÍPIO Curitiba | FONE / FAX | UF PR | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| | | | HORA ENTRADA / SAÍDA 11:31:30 |

| | |
|--------------------------------|--|
| FATURA / DUPLICATA | |
| 001 15/12/2020 10.788,00 | |

| | | | | | |
|-------------------------|-----------------|---------------|--------------------------------|----------------------|--------------------------|
| BASE DE CALCULO DO ICMS | | VALOR DO ICMS | BASE DE CALCULO DO ICMS SUBST. | VALOR DO ICMS SUBST. | VALOR TOTAL DOS PRODUTOS |
| 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.788,00 |
| VALOR DO FRETE | VALOR DO SEGURO | DESCONTO | OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS | VALOR TOTAL DO IPI | VALOR TOTAL DA NOTA |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.788,00 |



| | | | | | |
|---------------------------------------|--------------------------------|-------------|------------------|---------------------|-----------------------|
| TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS | | | | | |
| NOME / RAZÃO SOCIAL | FRETE POR CONTA 9-SEM FRETE | CÓDIGO ANTT | PLACA DO VEICULO | UF | CNPJ / CPF |
| ENDEREÇO | MUNICÍPIO | | | UF | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| QUANTIDADE 0 | ESPÉCIE | MARCA | NUMERAÇÃO | PESO BRUTO 0,000 | PESO LIQUIDO 0,000 |

| DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS | | | | | | | | | | BASE | VALOR | | ALÍQUOTA | |
|-------------------------------|---|----------|-------|------|------|--------|----------------|-------------|--|---------|-------|------|----------|-------|
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS | NCM/SH | CSOSN | CFOP | UNID | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL | | Cálculo | ICMS | IPI | ICMS % | IPI % |
| 002 | LICENCA ANUAL DE USO DO SISTEMA WEB GESTAO TRIBUTARIA | 85234920 | 0400 | 6102 | UN | 1 | 10788,0000 | 10.788,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0 |

| | |
|------------------------------------|--|
| CALCULO DO ISSQN | |
| INSCRIÇÃO MUNICIPAL 29007600140 | VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS BASE DE CALCULO DO ISSQN VALOR DO ISSQN 0,00 |

| | |
|--|--------------------|
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | RESERVADO AO FISCO |
| DOCUMENTO EMITIDO POR EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI. N 35345673. Trib aprox R\$: 1.859,85 Federal, R\$: 539,40 Estadual e R\$: 0,00 Municipal Fonte: IBPT/empresometro.com.br B6443B DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI. | |

| | | |
|---|---|----------------------------------|
| RECEBEMOS DE OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA -EPP OS PRODUTOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO. | | NF-e Nº1589 SÉRIE:1 |
| DATA DE RECEBIMENTO | IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR | |

| | | | |
|---|------------------------------|--|--|
|  OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA -EPP R EDISTIO PONDE, 353, SL 909 STIEP - 41770-395 Salvador - BA 7133400603 | | DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA 1589 SÉRIE: 1 FOLHA 1 / 1 | CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO 2920 1209 0943 0000 0151 5500 1000 0015 8917 8238 7774 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora. PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 129200622512306 30/12/2020 11:56:55 |
| NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda a Nao Contribuinte | | | |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL 010764886 | INSCRIÇÃO ESTADUAL DE SUBST. | | CNPJ 09.094.300/0001-51 |

| | | | | |
|--|------------------------------------|---|---|---|
| DESTINATÁRIO / REMETENTE | | CNPJ / CPF 63.595.557/0001-32 | | DATA EMISSÃO 30/12/2020 |
| NOME / RAZÃO SOCIAL SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO A | | | | |
| ENDEREÇO CEARA, 3693 | BAIRRO / DISTRITO 70 BEC | CEP 69918-108 | DATA ENTRADA / SAÍDA 30/12/2020 | |
| MUNICÍPIO Rio Branco | FONE / FAX 6832162100 | UF AC | INSCRIÇÃO ESTADUAL | HORA ENTRADA / SAÍDA 11:51:59 |

| | |
|--------------------------------|--|
| FATURA / DUPLICATA | |
| 001 30/12/2020 10.788,00 | |

| | | | | | |
|--|--------------------------------|------------------------------|---|-------------------------------------|--|
| BASE DE CALCULO DO ICMS 0,00 | | VALOR DO ICMS 0,00 | BASE DE CALCULO DO ICMS SUBST. 0,00 | VALOR DO ICMS SUBST. 0,00 | VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 10.788,00 |
| VALOR DO FRETE 0,00 | VALOR DO SEGURO 0,00 | DESCONTO 0,00 | OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00 | VALOR TOTAL DO IPI 0,00 | VALOR TOTAL DA NOTA 10.788,00 |

| | | | | | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|-------------|------------------|----------------------------|------------------------------|
| TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS | | | | | |
| NOME / RAZÃO SOCIAL | FRETE POR CONTA 9-SEM FRETE | CÓDIGO ANTT | PLACA DO VEICULO | UF | CNPJ / CPF |
| ENDEREÇO | MUNICÍPIO | | | UF | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| QUANTIDADE 0 | ESPÉCIE | MARCA | NUMERAÇÃO | PESO BRUTO 0,000 | PESO LIQUIDO 0,000 |

| DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS | | | | | | | | | | ALÍQUOTA | | | | |
|-------------------------------|---|----------|-------|------|------|--------|----------------|-------------|--------------|------------|------|--------|-------|--|
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS | NCM/SH | CSOSN | CFOP | UNID | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL | BASE Cálculo | VALOR ICMS | IPI | ICMS % | IPI % | |
| 002 | LICENCA ANUAL DE USO DO SISTEMA WEB GESTAO TRIBUTARIA | 85234920 | 0400 | 6102 | UN | 1 | 10788,0000 | 10.788,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0 | |

| | | | |
|---|---|--------------------------|-------------------------------|
| CALCULO DO ISSQN | | | |
| INSCRIÇÃO MUNICIPAL 29007600140 | VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS 0,00 | BASE DE CALCULO DO ISSQN | VALOR DO ISSQN 0,00 |

| | |
|--|--------------------|
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | RESERVADO AO FISCO |
| Trib aprox R\$: 1.859,85 Federal, R\$: 539,40 Estadual e R\$: 0,00 Municipal Fonte: IBPT/empresometro.com.br B6443B DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI. | |

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **Open Treinamentos Empresariais e Editora LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.094.300/0001-51, estabelecida na Rua Edístio Pondé, nº353, bairro Stiep, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, prestou serviços ao Ministério Público do Estado da Bahia, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, de licença de uso do Software Sistema Web Gestão Tributária.

Registramos, ainda, que a prestação do serviço acima referido apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Salvador, em 16 de março de 2018.



Almiro Sacramento da Cunha
Diretor de Finanças

ALMIRO SACRAMENTO DA CUNHA
Diretor-Diretoria de Finanças MPBA

DADOS EMPRESA

Razão Social: Open Treinamentos Empresariais e Editora LTDA- EPP
CNPJ: 09.094.300/0001-51
Endereço: Rua Edístio Pondé, 353, Edifício Empresarial Tancredo Neves, CJ. 909/910, Stiep.
Inscrição Estadual: 010.764.886
Inscrição Municipal: 290.076/001-40
Fones: (71) 3341-2720 fax: 3011-3040
Cidade: salvador
Estado: Bahia
CEP: 41770-395
Dados bancários da empresa: (conta jurídica)
Banco: banco do brasil 001
Agência: [REDACTED]
[REDACTED]

Documentos de regularidade fiscal da empresa: <https://opentreinamentos.com.br/certidoes-open-treinamentos-e-editora/>

CERTIDÃO**Ao****Ministério Público do Estado da Bahia**

A ASSESPRO – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega e representa as empresas nacionais fornecedoras de software e prestadoras de serviços de informática, atendendo a solicitação de sua empresa associada, e com fundamento nos documentos regularmente registrados em nossos arquivos, vem certificar, em atendimento ao que reza o art. 25, nº I da Lei 8666 de 21.06.93, que segundo estas informações, a **Open Treinamentos Empresarias e Editoria**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.094.300/0001-51, Inscrição Estadual nº 010.764.886, Inscrição Municipal nº 290.076/001-40 é autora e fornecedora exclusiva, e detentora dos códigos fontes no Brasil do(s) produtos abaixo descritos

NOME DO PRODUTO: Sistema Web Gestão Tributária

O Gestão Tributária oferece informações acerca das retenções e encargos tributários relativos ao INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS. O sistema, conforme descrição do requerente, dispõe de uma ferramenta de consulta por tipo de serviço chamada GT-Fácil. Basta digitar o tipo de serviço tomado e visualizar instantaneamente quais os tributos que incidem sobre a operação, além do fundamento legal, base de cálculo, alíquota, vencimento, tratamento dos Optantes do Simples Nacional entre outros detalhes. O usuário que lida com o Imposto Sobre Serviços – ISS pode informar inclusive os municípios envolvidos na operação e obter respostas específicas, indicando qual o local da incidência, além de outros detalhes que que só podem ser encontrados na legislação de cada cidade.

O usuário também pode usufruir de todo o conteúdo selecionado disponível no sistema, tais como artigos, normas legais e vídeos, além de ter acesso irrestrito ao blog, além de permitir o envio de questionamentos por e-mail sobre os assuntos descritos acima.

A presente certidão é válida por 90 (noventa) dias.

Salvador, 22 de junho de 2021



Sandro Lisboa
Presidente



Isamar Maia
Vice-presidente de Articulação

☎ 55 (71) 99175-0523

✉ assespro-ba@assespro.org.br

📍 Av. Orlando Gomes, 1845, Cimatec 2
Depart. de Tecnologia da Informação, Piatã
Cep: 41650-010 – Salvador/BA

ASSESPRO - B A . O R G . B R

Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação



22/07/2021

005034439

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 005034439**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/sco/abrirConferencia.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 22/07/2021, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA.EPP, portador do CNPJ: 09.094.300/0001-51, estabelecida na RUA EDSITIO PONDE, 353, CONJ 909/910, EDF EMPRESARIAL T. NEVES, STIEP, CEP: 41770-395, Salvador - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quinta-feira, 22 de julho de 2021.

PEDIDO Nº:**005034439**



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão N°: **20212697684**

| | |
|--|---------------------------|
| RAZÃO SOCIAL | |
| OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA | |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL | CNPJ |
| 010.764.886 | 09.094.300/0001-51 |

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 05/07/2021, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS
FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.094.300/0001-51

Razão Social: PEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS LTDA

Endereço: R EDISTIO PONDE 353 EMP T NEVES SL 909 / STIEP /
SALVADOR / BA / 41770-395

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/04/2021 a 10/08/2021

Certificação Número: 2021041301300538607305

Informação obtida em 10/05/2021 08:43:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PMS - Prefeitura Municipal do Salvador

Secretaria Municipal da Fazenda

Coordenadoria de Recuperação de Crédito - CRC

PGMS - Coordenadoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Mobiliários

Inscrição Municipal: 290.076/001-40

CNPJ: 09.094.300/0001-51

Contribuinte: OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA - EPP
Endereço: Rua Edístio Pondé, Nº 353
SALA 909
STIEP
41.770-395

Certifico que a inscrição acima está em situação regular, até a presente data, ressalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, conforme artigo 277, § 3º, da Lei 7.186/2006.

Emissão autorizada as 15:55:33 horas do dia 22/06/2021.

Válida até dia 19/12/2021.

Código de controle da certidão: **491F.7153.E020.1B98.4949.EF66.A8B4.6654**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.094.300/0001-51

Certidão nº: 15148799/2021

Expedição: 10/05/2021, às 09:05:06

Validade: 05/11/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.094.300/0001-51**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA
CNPJ: 09.094.300/0001-51

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:28:44 do dia 08/02/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/08/2021.

Código de controle da certidão: **27D5.23F5.8306.D690**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Prezado Sr. Diretor,
Segue expediente para avaliação e autorização.
Atenciosamente,
Jessé Lopes de Santana



Documento assinado eletronicamente por **Jesse Lopes De Santana** em 28/07/2021, às 12:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0165142** e o código CRC **DE2E46AF**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À UG 40101-0003 DADM,

De acordo com a contratação por inexigibilidade da forma apresentada pela DICOFIN / CCCF, com os fundamentos elencados no processo.

Para os devidos fins.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Diretor de Contabilidade e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 28/07/2021, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0165249** e o código CRC **D2582209**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À CEOA/UAD para informar saldo orçamentário.

Mariana de Araujo Pimentel
Assistente Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Mariana De Araujo Pimentel** em 28/07/2021, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0165270** e o código CRC **8570610F**.

Formulário de Informações Orçamentárias

Projeto / Ação / Atividade (número e nome):

2000 - Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo

Código da Unidade Orçamentária:

40.101

Código da Unidade Gestora:

0003

Saldo Orçamentário:

485.249,69

Natureza da Despesa:

33.90.39.00

Responsável pela Informação:

MICHELA CORDEIRO DE ARAÚJO

Responsável pela Unidade Gestora:

MARIA AMALIA BORGES FRANCO

Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):

06/2021-DADM



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 29/07/2021, às 09:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 0165573 e o código CRC 92B08F31.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Diretoria Administrativa,

Segue informações orçamentárias, conforme consulta ao FIPLAN/PLAN60, para autorização da despesa conforme documento 0162308:

PAOE: 2000 - Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo

Unidade Orçamentária: 40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência

Unidade Gestora: 0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público

Região/Fonte: 9900 - Estado / 0100 - Destinação

Elemento de despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Saldo de dotação:

Saldo concedido: 5.444.411,00

Saldo disponível: 485.249,69



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 29/07/2021, às 09:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0165575** e o código CRC **8701890F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL - Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios,

Pelos motivos expostos na Comunicação Interna 29 da DICOFIN (0162448), bem como por haver disponibilidade orçamentária, conforme consta no Formulário de Informações Orçamentárias (0162448), esta Diretoria está de acordo com a referida despesa, entretando, ressaltamos a necessidade de submissão desta ao Comitê de Repactuação Orçamentária, por força do Ato Normativo nº 07/2020 que dispõe sobre medidas de redução, contenção e controle de gastos com custeio e investimento para o ano de 2020, alterado pelo Ato Normativo nº 035, de 28 de junho 2021, com efeitos extensivos até 30 de setembro de 2021.

Michela Cordeiro de Araújo
Diretora Administrativa em exercício



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 29/07/2021, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0165673** e o código CRC **7F1C003C**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Após análise preliminar do Termo de Referência e considerando determinadas cláusulas constantes na contratação anterior e ausentes nesta, devolvemos o expediente à Diretoria de Contabilidade e Finanças, **sugerindo os seguintes ajustes no referido documento:**

1. Item 3.6.2 - Acréscimo das seguintes condições especiais de pagamento:

" A documentação relativa ao pagamento (nota fiscal e certidões) deverá ser apresentada ao CONTRATANTE, após a devida liberação de acessos/senhas e comprovação do funcionamento da plataforma;

A nota fiscal deverá ser direcionada à Diretoria de Contabilidade e Finanças do CONTRATANTE, e protocolizada na Sede CAB deste, localizada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia CAB, Salvador/BA; "

2. Item 3.8.2: Entendemos que a contratação se enquadra na hipótese do inciso III do artigo 140, de modo que a prorrogação de vigência encontra-se limitada a 48 (quarenta e oito) meses. Caso a área demandante mantenha entendimento em sentido diverso, o tópico deve ser analisado pela Assessoria Jurídica.

Quanto à instrução do expediente, **sugerimos a juntada do ato constitutivo (contrato social ou estatuto) da empresa**, para que se comprove quem efetivamente tem poderes para representá-la no que diz respeito à presente contratação.

Por fim, informamos que anexamos ao expediente a minuta do contrato elaborada por esta Coordenação, com base no Termo de Referência e nas considerações feitas acima, para análise e manifestação quanto à aprovação do seu teor ou eventual necessidade de modificação.

Após ajustes e manifestação, solicitamos a devolução do expediente a esta unidade.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Nascimento Sotero Campos** em 27/08/2021, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0165825** e o código CRC **1C9BA4B0**.



Contrato nº XXX/2019-SGA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXXX/2021 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP**, CNPJ nº 09.094.300/0001-51, estabelecida à Rua Edístio Pondé, nº 353, Cj 909/910, Stiep, Salvador/BA, representada por seu/sua **(cargo), (nome)**, CPF/MF nº **XXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2021-DADM, protocolado sob o nº 19.09.02353.0011630/2021-29, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema web denominado “Gestão Tributária”, versão diamante, com acesso via Internet, para até 12 (doze) usuários do Ministério Público do Estado da Bahia, mediante autenticação por login/senha.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O regime de execução a ser adotado deverá ser o de empreitada por preço global;

2.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;



Contrato nº XXX/2019-SGA

2.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.3 O prazo para execução dos serviços é de 03 (três) dias, contados da data da entrega à **CONTRATADA**, da Nota de empenho, acompanhada, se for o caso, da autorização de serviços, e do instrumento contratual;

2.3.1 O prazo de execução poderá ser prorrogado por mais 03 (três) dias, desde que seja formalmente solicitado pela **CONTRATADA** antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pela Instituição.

2.4 O recebimento dos serviços prestados ficará sob a responsabilidade de um representante da Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**, em conjunto com o fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, caso este não seja integrante daquela Diretoria;

2.4.1 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

2.4.2 O recebimento provisório se dará no prazo de 03 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização do sistema ao Ministério Público do Estado da Bahia. E ficará a cargo de servidor vinculado à Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**;

2.4.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato se dará no prazo de 03 (três) dias úteis, e será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

2.5 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;



Contrato nº XXX/2019-SGA

2.5.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a adequar ou refazer o serviço, às suas expensas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação expedida pelo **CONTRATANTE**;

2.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.7 A contratação se destina à assinatura anual para utilização dos serviços do sistema “Gestão Tributária” da **CONTRATADA**, com acesso via Internet pelo site www.gestaotributaria.com.br, para até 12 (doze) usuários do **CONTRATANTE**, mediante autenticação por login/senha;

2.7.1 Os perfis de acessos (login/senha individualizados) à plataforma deverão ser disponibilizados no prazo máximo de até 01 (um) dia útil, a contar da data de solicitação;

2.7.2 O prazo de duração da assinatura de será de 01 (um) ano, contado a partir da liberação da primeira senha de acesso solicitada, independentemente do prazo de vigência contratual;

2.7.3 Admite-se a substituição de usuários do **CONTRATANTE** ao sistema no curso da vigência contratual, mediante solicitação expressa, respeitado sempre o número máximo de perfis contratado;

2.8 O sistema Gestão Tributária deverá permitir acesso e utilização contínuos de todas as ferramentas, funcionalidades e conteúdos disponíveis aos usuários, englobando minimamente:

2.8.1 Ferramenta e funcionalidades:

2.8.1.1 GT-Fácil: ferramenta de consulta sobre as retenções e encargos tributários relativos ao INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS aplicáveis conforme cada tipo de serviço. A ferramenta deverá operar com as seguintes funcionalidades mínimas:

a) oferecer informações relevantes, de maneira objetiva;

b) a partir da indicação, pelo usuário, do tipo de serviço, indicar quais os tributos que incidem sobre a operação, além do fundamento legal, base de cálculo, alíquota, vencimento, tratamento do optante do Simples Nacional, dentre outros detalhes. Para tanto, deverá disponibilizar, pelo menos, as seguintes formas de pesquisa:



b.1) pesquisa livre;

b.2) pesquisa por CNAE (baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas);

b.3) pesquisa pela lista da Lei Complementar nº 116/2003 (que trata do ISS)

c) gerar informações e respostas específicas sobre o Imposto sobre Serviços – ISS aplicável por Município, a partir da indicação, pelo usuário, acerca do local de incidência do tributo;

d) disponibilizar simulador de cálculos das retenções tributárias (INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS);

e) possibilitar a geração de relatório(s) em formato PDF, com opções de salvamento e impressão;

f) permitir a realização de consultas ilimitadas por todos os usuários cadastrados;

2.8.2 Conteúdos de capacitação e orientação, através da disponibilização de:

2.8.2.1 Disponibilização de compêndio de legislação filtrada, voltada às retenções e encargos que incidem sobre os contratos, direcionados às temáticas sobre INSS, IRRF, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/PASEP e COFINS) e ISS incidentes na fonte nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas;

2.8.2.2 vídeos explicativos acerca de questões polêmicas, proporcionando orientações técnicas especializadas sobre como proceder diante de dúvidas comuns relacionadas à gestão tributária;

2.8.2.3 séries exclusivas produzidas pelo corpo de especialistas da **CONTRATADA**, voltadas à orientação acerca das principais polêmicas relacionadas às retenções e encargos tributários incidentes na fonte;

2.8.2.4 Acesso às seguintes publicações periódicas, produzidas pela empresa **CONTRATADA**:

a) Descomplicando +: Vídeos instrutores sobre a aplicação prática daquilo que se mostra complexo quando da leitura da legislação;



Contrato nº XXX/2019-SGA

- b) GT Resolve: Orientações sobre a utilização da ferramenta GT-Fácil para a solução de dúvidas bastante comuns no dia a dia da Administração;
- c) Dica Rápida: Orientações objetivas sobre como proceder diante de dúvidas comuns acerca da apuração e recolhimento dos principais tributos incidentes na fonte;
- d) Alerta GT: Compilação das principais novidades da legislação tributária ou da jurisprudência, que exijam revisão de procedimentos adotados pela Administração;
- e) Caça-Obrigações: Comentários e vídeos sobre obrigações acessórias, tais como eSocial, EFD-Reinf, DCTFWeb, DIRF, GFIP e outras, sobre as quais as entidades públicas devem apresentar;
- f) ISS in Loco: Explicações acerca de aspectos específicos da legislação do ISS dos principais municípios do Brasil;

2.8.3 Serviço de informação fiscal (IF), o qual viabiliza o envio de questionamentos específicos acerca da incidência de INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS sobre os pagamentos a seus contratados, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas;

2.8.3.1 Deverá a **CONTRATADA** apresentar resposta(s) aos questionamentos sempre por escrito, com indicação da fundamentação necessária, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis;

2.9 O objeto contratual engloba a realização de treinamentos e/ou suporte técnico a todos os servidores do **CONTRATANTE** que utilizarão o sistema contratado, sempre que lhe for solicitado;

2.9.1 Os treinamentos/suportes técnicos deverão ocorrer nas seguintes modalidades:

2.9.1.1 Telefônica, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;

2.9.1.2 Eletrônica, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por videoconferência, comunicadores VoIP (tais como o programa Skype), e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do sistema Gestão Tributária;



Contrato nº XXX/2019-SGA

2.9.1.3 Presencial, na sede do **CONTRATANTE** na cidade de Salvador - BA, mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao **CONTRATANTE**;

2.9.2 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação destas, conforme a seguir discriminado:

2.9.2.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema, devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

2.9.2.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos, devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas;

2.9.2.3 Solicitações do tipo padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 24 (vinte e quatro) horas, ou mediante prazo ajustado entre as partes;

2.10 A execução dos serviços deverá garantir a atualização do sistema sempre que houver melhorias ou implementação de novas versões, decorrentes de alterações legais, tecnológicas e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela **CONTRATADA**;

2.11 A **CONTRATADA** informará, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, o lançamento de novas versões do Sistema que eventualmente exijam evolução no ambiente tecnológico do **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

2.12 O sistema deverá ter a devida garantia até o término contratual, ficando a **CONTRATADA** obrigada a realizar manutenções corretivas e preventivas necessárias ao seu pleno funcionamento, de modo a impedir ocorrência de solução de continuidade;

2.13 Os serviços correlatos deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

2.14 A execução dos serviços deverá ocorrer integralmente na sede da **CONTRATADA**. Deste modo, não haverá empregado desta à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Contrato nº XXX/2019-SGA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

| Código Unidade Orçamentária/Gestora | Ação (P/A/OE) | Região | Destinação de Recursos (Fonte) | Natureza da Despesa |
|--|---------------|--------|-----------------------------------|------------------------|
| 40.101/0003 | 2000 | 9900 | 100 | 33.90.39 |

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 Dá-se ao presente Contrato o valor global de **R\$ 10.788,00 (dez mil, setecentos e oitenta e oito reais)**, equivalente a 12 (doze) meses de execução contratual;

4.1.1 O valor estipulado refere-se a 01 (uma) assinatura versão “diamante”, para acesso e utilização integral do sistema Gestão Tributária em todas as suas funcionalidades, para até 12 (doze) usuários;

4.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, sistemas, manutenções, insumos e materiais empregados, inclusive ferramentas, mídias e fardamentos, depreciação, aluguéis, seguros, franquias, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes;

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato deverão ser efetuados em parcela única mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões cabíveis, documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**;



Contrato nº XXX/2019-SGA

6.1.1 A documentação deverá ser apresentada ao **CONTRATANTE**, para fins de recebimento e posterior pagamento, após a devida liberação de acessos/senhas e comprovação do funcionamento da plataforma;

6.1.2 A nota fiscal deverá ser direcionada à Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**, e protocolizada na Sede CAB deste, localizada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador/BA;

6.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação integral e regular da documentação, e desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item 6.2.1;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inciso XXV do art. 8º c/c artigo 144 e seguintes da Lei Estadual – BA nº 9.433/2005, fica condicionada à apresentação de



Contrato nº XXX/2019-SGA

requerimento formal pela **CONTRATADA**, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

7.1.1 Adotar-se-á o **INPC/IBGE** como índice oficial para o cálculo da variação de preços, tendo como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede o a data de aniversário, a saber:

7.1.1.1 Mês 1: junho/2021;

7.1.1.2 Mês 12: maio/2022;

7.1.2 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a parcelas de serviços empenhadas após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, observando-se ainda que:

7.1.2.1 Reajustamentos subsequentes deverão observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de aplicabilidade da concessão do último reajuste;

7.1.2.2 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.2.3 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inciso XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso III do artigo 140 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.



CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA**, e daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas, prazos e exigências constantes no procedimento de Inexigibilidade de Licitação e no presente contrato, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.3 Prestar diretamente os serviços de atualização e suporte técnico do sistema objeto da contratação, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.4 Manter o sistema sempre atualizado e em plena operação, garantindo a execução integral das suas funcionalidades;

9.5 Informar ao **CONTRATANTE** sempre que houver alguma alteração no sistema que influencie a operacionalização do mesmo;

9.6 Disponibilizar, durante toda a vigência do contrato, treinamentos ao **CONTRATANTE** sobre o sistema objeto da presente contratação, sempre que por este solicitado, nos termos e condições consignados na **Cláusula Segunda**;

9.7 Realizar suas atividades utilizando profissionais capacitados e especializados, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

9.8 Abster-se, em quaisquer que sejam as hipóteses, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste instrumento, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;

9.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



Contrato nº XXX/2019-SGA

9.10 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.11.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.12 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação vigente e com este instrumento, contendo os seguintes dados: descrição dos serviços, número deste contrato, competência do faturamento (mês/ano), dados bancários para pagamento (conta, agência e Banco) e valores;

9.13 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

9.14 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.15 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguida, sem o consentimento prévio e por escrito do **CONTRATANTE**;

9.16 Atender às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo que o originou, providenciando sua reparação, substituição e/ou realização no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação pelo **CONTRATANTE**, sem ônus adicional para este;

9.17 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.18 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato;



Contrato nº XXX/2019-SGA

9.19 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

9.20 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato e no termo de referência constante no procedimento de Inexigibilidade de licitação que o originou, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**;

10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.5 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.



Contrato nº XXX/2019-SGA

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender a execução contratual, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

11.2.3 Promover a verificação dos serviços efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar a desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do procedimento licitatório que o originou, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito, reparado ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

12.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

12.2.1 Multa;

12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 12.2.2 a 12.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

12.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **principal**:

12.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

12.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:



Contrato nº XXX/2019-SGA

12.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do contrato;

12.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor do contrato;

12.4.2.3 - Para **cada** obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

12.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE**



Contrato nº XXX/2019-SGA

poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo de Inexigibilidade de licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido procedimento, naquilo em que não diverjam deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador/BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor



Contrato nº **XXX/2019-SGA**

adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador, ____ de _____ de 2021.

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente

EMPRESA OPEN TREINAMENTOS
EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP
Nome completo
Representante Legal



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À DCCL:

Prezados, informo que todas as sugestões de ajuste contidas no despacho nº 0165825, anexo ao presente expediente, foram acolhidas.

Dessa forma, segue Termo de Referência atualizado com as devidas alterações bem como o contrato social da empresa Open Treinamentos Empresariais Ltda.

Atenciosamente,

Jessé Lopes de Santana



Documento assinado eletronicamente por **Jesse Lopes De Santana** em 31/08/2021, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0186155** e o código CRC **1EF54E44**.



| 1. OBJETO | | |
|---|---|--|
| 1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO | Especificação do Objeto Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema web denominado "Gestão Tributária", versão diamante, com acesso via Internet, para até 12 (doze) usuários do MPBA, mediante autenticação por login/senha. | |
| 1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA DAS TRÊS OPÇÕES (Marcar com X): | () | A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO) |
| | () | B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA |
| | (x) | C) OUTROS: Serviço prestado de forma contínua pelo prazo de 12 meses. |
| 1.3 JUSTIFICATIVA: <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u> | <p>É cediço que tanto a legislação quanto a doutrina e a jurisprudência pátria se renovam a todo o momento, exigindo dos agentes públicos uma constante atualização, com a finalidade de possibilitar que a Administração Pública execute o orçamento e realize o adimplemento dos tributos devidos com segurança, eficiência e em estrita observância legal, diminuindo, assim, os riscos de irregularidades e apontamentos por parte dos órgãos de controle interno e externo.</p> <p>É inegável que a legislação tributária é complexa e pulverizada, variando conforme o objeto contratado e o local de incidência, não havendo, portanto, sistematização nem compilação das bases normativas aplicáveis à Administração Pública. Ademais, é cediço que o País passa por conjuntura econômica desfavorável, com consequente escassez dos recursos públicos, tornando imperiosa a atuação eficaz dos gestores e operadores do orçamento público.</p> <p>Por tal razão, faz-se necessária a capacitação continuada dos agentes públicos envolvidos nos processos de execução e liquidação orçamentária, bem como o acesso fácil e contínuo a bancos de dados e de informações, que possibilitem a observância às regras legais e ao entendimento da melhor doutrina acerca de pontos de discussão e omissão legislativa.</p> <p>Além de manter-se em constante capacitação, é salutar que os agentes possam contar com um suporte especializado, que auxilie rapidamente no deslinde de impasses e na solução de dúvidas do dia-a-dia, passíveis de gerar insegurança, aplicação de multas e, até mesmo, inscrição no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN.</p> <p>Ao passo que o Agente Público deve garantir a eficiência da contratação, deve igualmente</p> | |



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

se prevenir de eventual responsabilização, administrativa ou por Tribunal de Contas, pela inobservância de deveres e obrigações. São reiterados os acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que responsabilizam os agentes por atos ilegais decorrentes, muitas vezes, de desconhecimento ou despreparo: Acórdão nº 1.048/2008 – 1ª Câmara, Acórdão nº 1.450/2011 – Plenário, Acórdão nº 3.625/2011 – 2ª Câmara, Acórdão nº 206/2007 – Plenário, Acórdão nº 839/2011 – Plenário, Acórdão nº 319/2010 – Plenário, Acórdão nº 915/2015, entre outros.

Há uma tendência jurisprudencial, advinda especialmente dos órgãos de controle, de reconhecer a necessidade de capacitação dos agentes públicos para garantir que o servidor conte com os pressupostos profissionais e técnicos necessários para bem desempenhar a função para a qual foi designado:

Acórdão nº 1.709/2013 – TCU – Plenário Acórdão (...) 9.1.3. institua política de capacitação para os profissionais do (*omissis*), de forma regulamentada, com o objetivo de estimular o aprimoramento de seus recursos humanos, especialmente aqueles correlacionados com as áreas de licitações e contratos, planejamento e execução orçamentária, acompanhamento e fiscalização contratual e outras áreas da esfera administrativa, de modo a subsidiar melhorias no desenvolvimento de 1/8 atividades nas áreas de suprimentos/compras, licitações/contratos e recebimento e atesto de serviços.” (Grifamos.)

Por sua vez, considerando as restrições orçamentárias cada vez maiores, há necessidade de buscar alternativas economicamente viáveis que complementem a eventual participação em eventos e treinamentos externos, aumente a capacitação dos agentes envolvidos e possibilite melhores condições ao desempenho das funções correlatas.

A solução proposta visa alcançar os objetivos acima mencionados, e é de natureza estritamente técnica e necessária para o alcance das diretrizes propostas, visto que se trata de ferramenta de grande valia para agregar entendimento, dados e informações necessárias à segurança dos processos internos de pagamento e substituição tributária, possibilitando, assim, o cumprimento das diretrizes legais, além de otimizar as atividades diárias e possibilitar a rápida obtenção de informações e saneamento de dúvidas, o que viabiliza maior segurança à obrigatória gestão tributária.

Ademais, ao promover o acesso a conteúdos produzidos pela doutrina especializada, bem como a acervo de vídeos e aulas elaborados pela empresa detentora do sistema que se pretende contratar, a contratação almejada viabiliza a atualização e a capacitação de servidores públicos a baixo custo e sem necessidade de deslocamento.

1.4 JUSTIFICATIVA: DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

Considerando tratar-se de sistema singular, com conteúdo peculiar e específico, produzido por profissionais especializados em gestão tributária, e sobre a qual existe certidão de exclusividade lavrada por associação patronal competente (em anexo), entende-se pela inviabilidade de competição, a ensejar a contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, com supedâneo no art. 60, inciso II, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, sem prejuízo do entendimento da Assessoria Técnico-Jurídica.

Com efeito, o art. 23 da legislação estadual de licitações e contratos administrativos define os serviços técnicos profissionais como aqueles que requerem o domínio de uma área delimitada do conhecimento humano e formação além da capacitação profissional comum, elencando, exemplificativamente, a elaboração de pareceres e avaliações em geral (inciso II),



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

assessoramento técnico (inciso III) e o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (inciso VI). Tais atividades, por conseguinte, são abrangidas pelas funcionalidades e ferramentas disponibilizadas pelo sistema que se visa contratar.

Ademais, a singularidade do serviço consiste no fato de se tratar de sistema criado pela empresa a ser contratada, com conteúdos e peculiaridades próprias da atividade intelectual dos seus consultores, palestrantes e doutrinadores. Tanto a empresa a ser contratada – Open Treinamentos e Editora - quanto os profissionais que alimentam a plataforma com conteúdo gozam de notória especialização no tema das licitações e contratações públicas, inclusive com livros, periódicos e artigos publicados, além de ministrarem hodiernamente curso e capacitações para agentes públicos.

() SIM

(x) NÃO

1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRIOS

ESCOLHER UMA
OPÇÃO (Marcar com
X):

1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:

1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

()

A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

(x)

B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

()

C) Artigo 60, caput - quando caracterizada a inviabilidade de competição;

3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

(x) A SIM

() B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:

() Empreitada por preço unitário



3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL

(x) Empreitada por preço global

() Outro:

3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:

- __10__ dias () Úteis (X) Corridos.
- Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO

- ____3__ dias () Úteis (X) Corridos
- O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

() A) NÃO

(x)

B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

- Por até ____3__ dias () Úteis (x) Corridos

3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL

3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS – SEDE CAB

3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):
(X) A) NÃO () B) SIM
- Unidade responsável: DICOFIN
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (71) 3103-0199 e dir.financas@mp-



ba.mp.br

- Dias para realização da entregados serviços: *o acesso ao sistema gestão tributária deverá estar disponível todos os dias da semana.*
- Horários para execução: *o acesso ao sistema gestão tributária deverá estar disponível 24 horas por dia.*
- Condições especiais adicionais:

3.2.6.1 - A contratação se destina à assinatura anual para utilização dos serviços do sistema “Gestão Tributária” da Contratada, com acesso via Internet pelo site www.gestaotributaria.com.br, para até 12 (doze) usuários do Contratante, mediante autenticação por login/senha;

3.2.6.1.1 Os perfis de acessos (login/senha individualizados) à plataforma deverão ser disponibilizados no prazo máximo de até 01 (um) dia útil, a contar da data de solicitação;

3.2.6.1.2 O prazo de duração da assinatura de será de 01 (um) ano, contado a partir da liberação da primeira senha de acesso solicitada, independentemente do prazo de vigência contratual;

3.2.6.1.3 Admite-se a substituição de usuários do MPBA ao sistema no curso da vigência contratual, mediante solicitação expressa, respeitado sempre o número máximo de perfis contratado;

3.2.6.2 O sistema Gestão Tributária deverá permitir acesso e utilização contínuos de todas as ferramentas, funcionalidades e conteúdos disponíveis aos usuários, englobando minimamente:

3.2.6.2.1 Ferramenta e funcionalidades:

3.2.6.2.1.1 GT-Fácil: ferramenta de consulta sobre as retenções e encargos tributários relativos ao INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS aplicáveis conforme cada tipo de serviço. A ferramenta deverá operar com as seguintes funcionalidades mínimas:

a) oferecer informações relevantes, de maneira objetiva;

b) a partir da indicação, pelo usuário, do tipo de serviço, indicar quais os tributos que incidem sobre a operação, além do fundamento legal, base de cálculo, alíquota, vencimento, tratamento do optante do Simples Nacional, dentre outros detalhes. Para tanto, deverá disponibilizar, pelo menos, as seguintes formas de pesquisa:

b.1) pesquisa livre;

b.2) pesquisa por CNAE (baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas);

b.3) pesquisa pela lista da Lei Complementar nº 116/2003 (que trata do ISS);

c) gerar informações e respostas específicas sobre o Imposto sobre Serviços – ISS aplicável por Município, a partir da indicação, pelo usuário, acerca do local de incidência do tributo;



d) disponibilizar simulador de cálculos das retenções tributárias (INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS);

e) possibilitar a geração de relatório(s) em formato PDF, com opções de salvamento e impressão;

f) permitir a realização de consultas ilimitadas por todos os usuários cadastrados;

3.2.6.2.2 Conteúdos de capacitação e orientação, através da disponibilização de:

3.2.6.2.2.1 Disponibilização de compêndio de legislação filtrada, voltada às retenções e encargos que incidem sobre os contratos, direcionados às temáticas sobre INSS, IRRF, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/PASEP e COFINS) e ISS incidentes na fonte nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas;

3.2.6.2.2.2 vídeos explicativos acerca de questões polêmicas, proporcionando orientações técnicas especializadas sobre como proceder diante de dúvidas comuns relacionadas à gestão tributária;

3.2.6.2.2.3 séries exclusivas produzidas pelo corpo de especialistas da Contratada, voltadas à orientação acerca das principais polêmicas relacionadas às retenções e encargos tributários incidentes na fonte;

3.2.6.2.2.4 Acesso às seguintes publicações periódicas, produzidas pela empresa Contratada:

a) **Descomplicando +:** Vídeos instrutores sobre a aplicação prática daquilo que se mostra complexo quando da leitura da legislação;

b) **GT Resolve:** Orientações sobre a utilização da ferramenta GT-Fácil para a solução de dúvidas bastante comuns no dia a dia da Administração;

c) **Dica Rápida:** Orientações objetivas sobre como proceder diante de dúvidas comuns acerca da apuração e recolhimento dos principais tributos incidentes na fonte;

d) **Alerta GT:** Compilação das principais novidades da legislação tributária ou da jurisprudência, que exijam revisão de procedimentos adotados pela Administração;

e) **Caça-Obrigações:** Comentários e vídeos sobre obrigações acessórias, tais como eSocial, EFD-Reinf, DCTFWeb, DIRF, GFIP e outras, sobre as quais as entidades públicas devem apresentar;

f) **ISS in Loco:** Explicações acerca de aspectos específicos da legislação do ISS dos principais municípios do Brasil;

3.2.6.2.3 Serviço de informação fiscal (IF), o qual viabiliza o envio de questionamentos específicos acerca da incidência de INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS sobre os pagamentos a seus contratados, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas;

3.2.6.2.3.1 Deverá a Contratada apresentar resposta(s) aos questionamentos sempre por escrito, com indicação da fundamentação necessária, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis;



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.2.6.3 O objeto contratual engloba a realização de treinamentos e/ou suporte técnico a todos os servidores do Contratante que utilizarão o sistema contratado, sempre que lhe for solicitado;

3.2.6.3.1 Os treinamentos/suportes técnicos deverão ocorrer nas seguintes modalidades:

3.2.6.3.1.1 Telefônica, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;

3.2.6.3.1.2 Eletrônica, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por videoconferência, comunicadores VoIP (tais como o programa Skype), e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do sistema **Gestão Tributária**;

3.2.6.3.1.3 Presencial, na sede do Contratante na cidade de Salvador - BA, mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao Contratante;

3.2.6.3.2 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação destas, conforme a seguir discriminado:

3.2.6.3.2.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema, devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

3.2.6.3.2.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos, devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas;

3.2.6.3.2.3 Solicitações do tipo padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 24 (vinte e quatro) horas, ou mediante prazo ajustado entre as partes;

3.2.6.4 A execução dos serviços deverá garantir a atualização do sistema sempre que houver melhorias ou implementação de novas versões, decorrentes de alterações legais, tecnológicas e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela Contratada;

3.2.6.5 A Contratada informará, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, o lançamento de novas versões do Sistema que eventualmente exijam evolução no ambiente tecnológico do Contratante, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

3.2.6.6 O sistema deverá ter a devida garantia até o término contratual, ficando a Contratada obrigada a realizar manutenções corretivas e preventivas necessárias ao seu pleno funcionamento, de modo a impedir ocorrência de solução de continuidade;

3.2.6.7 Os serviços correlatos deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da Contratada, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

3.2.6.8 A execução dos serviços deverá ocorrer integralmente na sede da Contratada. Deste modo, não haverá empregado desta à disposição do MPBA, em tempo integral, nas suas instalações;

3.2.6.9 O recebimento provisório dos serviços ficará a cargo de servidor(es) vinculado(s) à Diretoria de Contabilidade e Finanças do MPBA, cabendo à fiscalização contratual o recebimento definitivo e posterior habilitação para pagamentos;



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.3 GARANTIA DO OBJETO

ESCOLHER UMA
OPÇÃO
(Marcar com X):

(x) A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA

()

B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:

➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) CONTRATADA (Regra geral)

() B) FABRICANTE (Exceção)

➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):

➤ DURAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) 01 ANO

() B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)

() C) OUTRO. Especificar:

➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) _____ HORAS () Úteis () Corridas

() B) _____ DIAS () Úteis () Corridos

➤ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) SIM

() B) NÃO

➤ FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador

() B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)

() C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção).

Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

() D) Outra. Especificar:

➤ DEMAIS REGRAMENTOS:



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

| | | |
|--|---|---|
| 3.4 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO | 3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: __3__ dias <input checked="" type="checkbox"/> Úteis () Corridos | |
| | 3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: __3__ dias <input checked="" type="checkbox"/> Úteis () Corridos | |
| | 3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS | |
| | 3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X): () A) NÃO SE APLICA (x) B) PRAZO: () __24__ HORAS () Úteis <input checked="" type="checkbox"/> Corridas () ____ DIAS () Úteis () Corridos | |
| | DEMAIS REGRAMENTOS: 3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho. 3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo; 3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005; 3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor. | |
| 3.5 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): | <input checked="" type="checkbox"/> | A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO |
| | <input type="checkbox"/> | B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS. ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação: |



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

()

A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

()

B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA

()

C) PAGAMENTO PARCELADO:

➤ Quantidade de parcelas:

➤ Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):

()

C) PAGAMENTO MENSAL

(x)

D) OUTRA: Pagamento único, no valor global referente à 12 meses de prestação dos serviços.

3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

()

A) NÃO SE APLICA

(x)

B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar:

A documentação relativa ao pagamento (nota fiscal e certidões) deverá ser apresentada ao CONTRATANTE, após a devida liberação de acessos/senhas e comprovação do funcionamento da plataforma;

A nota fiscal deverá ser direcionada à Diretoria de Contabilidade e Finanças do CONTRATANTE, e protocolizada na Sede CAB deste, localizada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador/BA.

3.6.3 DEMAIS REGRAS:

3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

()

A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS

3.7 POSSIBILIDADE OU NÃO DE REAJUS- TAMENTO, COM IN- DICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL

ESCOLHER UMA OP-
ÇÃO
(Marcar com X):

(x)

B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:

➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(x) A) INPC/IBGE

() B) OUTRO. Indicar:

➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.

➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

3.8 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS

3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

()

A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() Opção 1: _____ meses , contados do recebimento do empenho pelo



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

fornecedor

() Opção 2: _____ dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

(X) Opção 1: 12 meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

(x) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

(x)

() Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) NÃO

(x)

B) SIM. Mediante termo(s) aditivo(s), até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, em concordância das partes contratantes e em conformidade com o Art. 140, inciso III da lei 9.433/05.

3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);



3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o MPBA, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao MPBA e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao MPBA todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do MPBA;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo MPBA, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o MPBA;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao MPBA qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPBA.



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

- () A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.
- (x) B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.
- 3.9.16 Prestar diretamente os serviços de atualização e suporte técnico do sistema objeto deste instrumento;
- 3.9.17 Manter o sistema sempre atualizado e em plena operação, garantindo a execução integral das suas funcionalidades;
- 3.9.18 Informar à Contratada sempre que houver qualquer alteração no sistema que influencie a operacionalização do mesmo;
- 3.9.19 Disponibilizar, durante toda a vigência do contrato, treinamentos ao Contratante sobre o sistema objeto da presente contratação, sempre que por este solicitado, nos termos e condições consignados na Cláusula 3.2;
- 3.9.20 Realizar suas atividades utilizando profissionais capacitados e especializados, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;
- 3.9.21 Abster-se, em quaisquer que sejam as hipóteses, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do Contratante;
- 3.9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE*

OBRIGAÇÕES GERAIS

- 3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;
- 3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;
- 3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instala-



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

ções físicas do MPBA, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

☒ A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

☐ B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:

3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL

ESCOLHER UMA OPÇÃO
(Marcar com X):

☐ A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)

☒ B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL

☐ C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:

- ☐ ➤ Percentual exigido:
() 5% (cinco por cento) OU () Outro. Indicar: _____ % (_____ por cento)
- ☐ ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.

ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

| Item | Descrição (Especificações técnicas) | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor unitário | Valor total por item |
|------|---|-------------------------|------------|----------------|----------------------|
| 1 | ASSINATURA ANUAL DO SISTEMA WEB GESTÃO TRIBUTÁRIA | UN | 1 | R\$ 10.788,00 | R\$ 10.788,00 |
| | | | | | R\$ 10.788,00 |

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN TREINAMENTOS
EMPRESARIAIS LTDA.

Os signatários deste, ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS,

JOÃO DAMASCENO BORGES DE MIRANDA,

Bertino de Carvalho, 172, Condomínio Ed. Charles Goulart, apto. 102, Brotas,

RESOLVEM pactuar a

constituição da pessoa jurídica de direito privado a seguir identificada, com natureza jurídica de *sociedade empresária limitada*, que reger-se-á pelo disposto na legislação pertinente e nas disposições clausulares abaixo estereotipadas:

CAPÍTULO — I

DO NOME SOCIAL, DA SEDE, DAS FILIAIS E DO FORO

CLÁUSULA PRIMEIRA

O nome da sociedade é Open Treinamentos Empresariais Ltda., sob o qual realizará todos os atos e negócios jurídicos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sede social da pessoa jurídica aqui identificada está localizada na Rua Edístio Pondé, n.º 353, sala 909, edifício Empresarial Tancredo Neves, Stiep, CEP 41770-395, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

CLÁUSULA TERCEIRA

Poderá a sociedade instalar filiais em qualquer parte do território nacional, atendidas as determinações legais sobre a espécie.

CLÁUSULA QUARTA

O foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, fica eleito como o único competente para conhecer e julgar as causas nas quais a sociedade seja parte ativa ou passiva, bem assim dirimir as questões porventura oriundas de fatos relacionados com este contrato, com renúncia de qualquer outro por mais especial que seja.

CAPÍTULO — II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

CLÁUSULA QUINTA

A pessoa jurídica ora constituída tem por objetivos sociais primordiais a prestação de serviços de treinamentos empresariais.

CLÁUSULA SEXTA

Para a consecução dos seus objetivos sociais, a sociedade poderá associar-se a empresários, firmar contratos de parceria com outras pessoas jurídicas e contratar estagiários.

CAPÍTULO — III

DO CAPITAL SOCIAL E DE SUAS COTAS REPRESENTATIVAS

CLÁUSULA SÉTIMA

O **Capital Social** é de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), dividido em **5.000** (cinco mil) cotas, no valor nominal de **R\$ 1,00** (um real) cada uma, cabendo a cada sócio os seguintes números e valores:

I) a Alexandre Marques Andrade Lemos, 4.950 (quatro mil novecentos e cinquenta) cotas, no valor total de **R\$ 4.950,00** (quatro mil novecentos e cinquenta reais);

II) a João Damasceno Borges de Miranda, 50 (cinquenta) cotas, no valor total de **R\$ 50,00** (cinquenta reais).

PARÁGRAFO ÚNICO – A subscrição das sobreditas cotas opera-se de pleno direito logo no ato da assinatura deste instrumento contratual, ficando a integralização das mesmas para ser realizada no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do registro deste contrato no órgão competente; o que deverá ser feito em dinheiro ou mediante depósito bancário, em parcela única.

CLÁUSULA OITAVA

As cotas representativas do Capital Social só poderão ser transferidas para outro quotista, ou terceiro, seja a que título for, notadamente por venda, troca ou cessão, depois do titular da mesma conceder aos demais cotistas prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência à aquisição das cotas que pretenda transferir.

PARÁGRAFO ÚNICO – O cumprimento da condição prevista no "*caput*" desta cláusula dar-se-á mediante o endereçamento a cada cotista de um **instrumento de opção**, por escrito e em caráter irrevogável, onde conste o número de cotas a serem transferidas, o preço, as condições de pagamento, a identificação e domicílio de quem pretenda adquiri-las e tudo o mais que for

pertinente ao negócio jurídico respectivo.

CLÁUSULA NONA

O disposto na **Cláusula Oitava** aplica-se também, sem restrição, às novas quotas que futuramente sejam acrescidas ao Capital Social, inclusive em virtude de elevação deste com aproveitamento de reservas e/ou lucros sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA

Estão imunes às normas contempladas na **Cláusula Oitava** e seus parágrafos, portanto inaplicáveis às hipóteses aqui elencadas, as transferências da titularidade das referidas cotas quando a alteração deste contrato for o instrumento utilizado para tanto e conte com a assinatura de todos os sócios, bem assim por decorrência dos seguintes fatos jurídicos:

- I) na modalidade de adiantamento de legítima a sucessores do quotista;
- II) nas transferências por "causa mortis" do sócio.

CAPÍTULO — IV

DA ADMINISTRAÇÃO, SUAS PRERROGATIVAS E DEVERES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade será administrada isoladamente por todos os sócios, ficando autorizada a representação isolada para todos os casos, inclusive para representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, observadas as prescrições restritivas deste contrato e da lei sobre a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O uso do nome social caberá aos administradores, vedada sua utilização em atos ou negócios estranhos aos fins ou interesses sociais, notadamente a prestação de aval, endosso, fiança ou outras garantias em favor de terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os administradores somente farão jus a uma retirada a título de "**pro labore**", com periodicidade mensal e em valor a ser determinado entre si, em caso de aprovação pela assembléia geral ou através de resolução conjunta, e que será contabilizada como despesa operacional da sociedade.

CAPÍTULO — V

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DOS LUCROS E DOS PREJUÍZOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O **exercício social** da pessoa jurídica neste ato criada coincidirá com o ano civil, pelo que no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano será realizado Balanço Geral do seu ativo e passivo, com todas as demonstrações financeiras previstas na legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Do **lucro líquido** obtido pela sociedade – como tal entendido o que resultar após a compensação de prejuízos de períodos anteriores e das deduções legalmente previstas – cada sócio terá direito a uma cota-parte proporcional a sua participação no Capital Social.

§ 1º. – A partilha do sobredito lucro dar-se-á ordinariamente no encerramento do exercício social, ficando a data do seu efetivo pagamento condicionada a existência de disponibilidade financeira imediata da sociedade para tanto. Entretanto, poderá a mesma ser antecipada no decorrer do retro referido período, na medida da ocorrência do lucro, hipótese em que os valores antecipados serão objeto de compensação no encerramento do exercício social.

§ 2º. – Referida partilha, no todo ou em parte, pode ser sobrestada com a manutenção do lucro em conta específica do Patrimônio Líquido, sob a rubrica de "**Lucros Acumulados**", ou equivalente, até posterior deliberação da assembléia dos sócios sobre o destino do mesmo, que poderá consistir inclusive na sua utilização para aumento do Capital Social e/ou compensação de prejuízo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Também nos prejuízos porventura verificados os sócios participam na proporção da participação de cada um no Capital Social.

CAPÍTULO — VI

DA DURAÇÃO, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

A dissolução da sociedade dar-se-á por consenso unânime dos sócios, por determinação judicial e em razão dos demais fatos pertinentes previstos em lei.

§ 1º. – Não será determinante para a dissolução da sociedade o óbito de qualquer dos seus sócios na constância do prazo de duração da mesma.

§ 2º. – Se a sociedade tiver o seu quadro societário composto de mais de dois sócios na data do evento mencionado no parágrafo anterior, a sociedade sobrevirá incólume com herdeiros do “*de cujus*” ou com outros sócios que já façam parte do quadro societário.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Operando-se a dissolução da sociedade, a liquidação do seu acervo patrimonial será feita atendo às prescrições legais sobre a espécie, com base em Balanço Patrimonial especialmente levantado no dia da ocorrência, em harmonia com os princípios e normas contábeis vigentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Não querendo ou não podendo os herdeiros do sócio pré-morto exercerem o direito de ingresso na sociedade, ou sendo sua presença incompatível com a harmonia societária, serão apurados os haveres do “*de cujus*” com base em balanço patrimonial especialmente levantado no dia de sua morte, cujo pagamento far-se-á ao espólio em seis prestações mensais e consecutivas.

CAPÍTULO — VII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Os sócios reunir-se-ão em assembléia geral a qualquer instante em que os interesses sociais reclamem, onde será assegurado o direito de voto a todos indistintamente, cabendo a cada um o número de sufrágios equivalente a quantidade de cotas representativas do Capital Social de que é titular, ficando acordado que prevalecerão as deliberações tomadas por maioria absoluta de votos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Poderá a sociedade continuar usando nome social com os nomes dos sócios que a integram quando da morte de qualquer deles.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Os sócios declaram, para efeito do disposto do parágrafo 1.º, do art. 1011, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN TREINAMENTOS
EMPRESARIAIS LTDA.

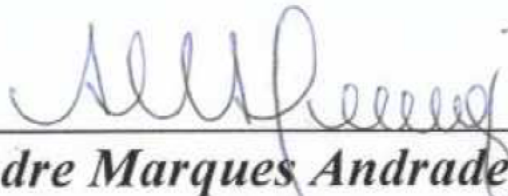
em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Os casos omissos serão resolvidos por assembléia dos sócios ou, facultativamente, por reunião dos mesmos, podendo ainda qualquer deliberação ser dispensada quando reduzida a termo e assinada pelos sócios.

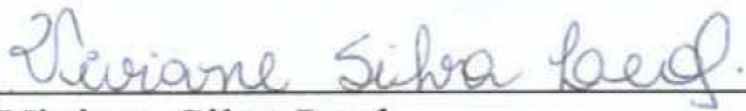
Com efeito, justas e contratadas, as partes contraentes lavraram este instrumento particular de Contrato Social em seis folhas grafadas somente no anverso e em três vias de igual forma e teor, assinando-as juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas, presente ao ato, para que este produza todos os efeitos legais.

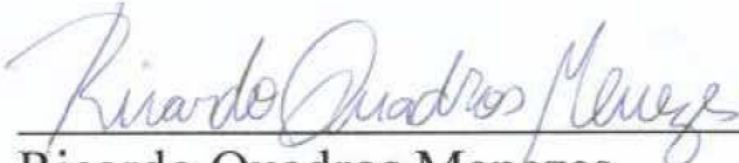
Salvador-Ba, 05 de setembro de 2007.


Alexandre Marques Andrade Lemos
Sócio


João Damasceno Borges de Miranda
Sócio

Testemunhas:


Viviane Silva Leal
RG: [REDACTED]


Ricardo Quadros Menezes
RG: [REDACTED]



ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN TREINAMENTOS
EMPRESARIAIS LTDA. EPP



Os signatários deste, ALEXANDRE MARQUES ANDRADE
LEMOS, [REDACTED]

e JOÃO DAMASCENO

BORGES DE MIRANDA, [REDACTED]

BA; únicos sócios da sociedade empresária denominada OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP, registrada na JUCEB sob o n. 29203075212, em 21/09/2007, inscrita no CNPJ sob o n. 09.094.300/0001-51, sediada na Rua Edístio Pondé, 353, sala 909, Ed. Empresarial Tancredo Neves, Stiep, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41770-395, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar a alteração do contrato social de acordo com as disposições clausulares abaixo estereotipadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade usará a denominação de Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. EPP, sob a qual realizará todos os atos e negócios jurídicos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETIVO SOCIAL

Fica incluído no objeto social da empresa a edição de livros (CNAE 5811-5/00), de revistas e outras publicações periódicas (CNAE 5813-1/00) e o comércio varejista de livros (CNAE 4761-0/01).

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS LUCROS E DOS PREJUÍZOS

Ajustam as partes que os lucros líquidos da sociedade serão distribuídos entre os sócios na forma e na proporção em que, por decisão unânime, estabelecerem os sócios. Caso não haja consenso entre os sócios, a

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN TREINAMENTOS
EMPRESARIAIS LTDA. EPP

totalidade dos lucros líquidos apurados será distribuída entre os mesmos na proporção de suas respectivas participações no capital social da sociedade.

CLÁUSULA QUARTA

As demais disposições não atingidas pelas alterações supra permanecem em pleno vigor e os sócios resolvem consolidar seu contrato social de acordo com as condições e cláusulas abaixo transcritas:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO



Os signatários deste, ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS,

e JOAO DAMASCENO BORGES DE MIRANDA,

BA; únicos sócios da sociedade empresária denominada OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP, registrada na JUCEB sob o n. 29203075212, em 21/09/2007, inscrita no CNPJ sob o n. 09.094.300/0001-51, sediada na Rua Edístio Pondé, 353, sala 909, Ed. Empresarial Tancredo Neves, Stiep, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41770-395.

CAPÍTULO — I

DO NOME SOCIAL, DA SEDE, DAS FILIAIS E DO FORO

CLÁUSULA PRIMEIRA

O nome da sociedade é Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. EPP, sob o qual realizará todos os atos e negócios jurídicos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.



CLÁUSULA SEGUNDA

A sede social da pessoa jurídica aqui identificada está localizada na Rua Edístio Pondé, n.º 353, sala 909, edifício Empresarial Tancredo Neves, Stiep, CEP 41770-395, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

CLÁUSULA TERCEIRA

Poderá a sociedade instalar filiais em qualquer parte do território nacional, atendidas as determinações legais sobre a espécie.

CLÁUSULA QUARTA

O foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, fica eleito como o único competente para conhecer e julgar as causas nas quais a sociedade seja parte ativa ou passiva, bem assim dirimir as questões porventura oriundas de fatos relacionados com este contrato, com renúncia de qualquer outro por mais especial que seja.

CAPÍTULO — II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

CLÁUSULA QUINTA

A pessoa jurídica ora constituída tem por objetivos sociais primordiais a prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (CNAE 8599-6/04), a edição de livros (CNAE 5811-5/00), de revistas e outras publicações periódicas (CNAE 5813-1/00) e o comércio varejista de livros (CNAE 4761-0/01).

CLÁUSULA SEXTA

Para a consecução dos seus objetivos sociais, a sociedade poderá associar-se a empresários, firmar contratos de parceria com outras pessoas jurídicas e contratar estagiários.

CAPÍTULO — III

DO CAPITAL SOCIAL E DE SUAS COTAS REPRESENTATIVAS

CLÁUSULA SÉTIMA

O Capital Social é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), dividido em 5.000 (cinco mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cabendo a cada sócio os seguintes números e valores:

I) a Alexandre Marques Andrade Lemos, 4.950 (quatro mil novecentos e cinquenta) cotas, no valor total de R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais);

II) a João Damasceno Borges de Miranda, 50 (cinquenta)

cotas, no valor total de **R\$ 50,00** (cinquenta reais).



CLÁUSULA OITAVA

As cotas representativas do Capital Social só poderão ser transferidas para outro quotista, ou terceiro, seja a que título for, notadamente por venda, troca ou cessão, depois do titular da mesma conceder aos demais cotistas prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência à aquisição das cotas que pretenda transferir.

PARÁGRAFO ÚNICO – O cumprimento da condição prevista no "*caput*" desta cláusula dar-se-á mediante o endereçamento a cada cotista de um **instrumento de opção**, por escrito e em caráter irrevogável, onde conste o número de cotas a serem transferidas, o preço, as condições de pagamento, a identificação e domicílio de quem pretenda adquiri-las e tudo o mais que for pertinente ao negócio jurídico respectivo.

CLÁUSULA NONA

O disposto na **Cláusula Oitava** aplica-se também, sem restrição, às novas quotas que futuramente sejam acrescidas ao Capital Social, inclusive em virtude de elevação deste com aproveitamento de reservas e/ou lucros sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA

Estão imunes às normas contempladas na **Cláusula Oitava** e seus parágrafos, portanto inaplicáveis às hipóteses aqui elencadas, as transferências da titularidade das referidas cotas quando a alteração deste contrato for o instrumento utilizado para tanto e conte com a assinatura de todos os sócios, bem assim por decorrência dos seguintes fatos jurídicos:

- I) na modalidade de adiantamento de legítima a sucessores do quotista;
- II) nas transferências por "causa mortis" do sócio.

CAPÍTULO — IV

DA ADMINISTRAÇÃO, SUAS PRERROGATIVAS E DEVERES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade será administrada isoladamente por **Alexandre Marques Andrade Lemos e João Damasceno Borges de Miranda**, ficando autorizada a representação isolada para todos os casos, inclusive para representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, podendo praticar todo e qualquer ato, sempre no interesse da sociedade e observadas às prescrições restritivas deste contrato e da lei sobre a matéria.

[Handwritten signatures in blue ink: Alexandre Marques Andrade Lemos and João Damasceno Borges de Miranda]

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA



O uso do nome social caberá aos administradores, vedada sua utilização em atos ou negócios estranhos aos fins ou interesses sociais, notadamente a prestação de aval, endosso, fiança ou outras garantias em favor de terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os administradores somente farão jus a uma retirada a título de "*pro labore*", com periodicidade mensal e em valor a ser determinado entre si, em caso de aprovação pela assembléia geral ou através de resolução conjunta, e que será contabilizada como despesa operacional da sociedade.

CAPÍTULO — V

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DOS LUCROS E DOS PREJUÍZOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O **exercício social** da pessoa jurídica neste ato criada coincidirá com o ano civil, pelo que no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano será realizado Balanço Geral do seu ativo e passivo, com todas as demonstrações financeiras previstas na legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Ajustam as partes que os lucros líquidos da sociedade serão distribuídos entre os sócios na forma e na proporção em que, por decisão unânime, estabelecerem os sócios. Caso não haja consenso entre os sócios, a totalidade dos lucros líquidos apurados será distribuída entre os mesmos na proporção de suas respectivas participações no capital social da sociedade.

§ 1º. — A partilha do sobredito lucro dar-se-á ordinariamente no encerramento do exercício social, ficando a data do seu efetivo pagamento condicionada a existência de disponibilidade financeira imediata da sociedade para tanto. Entretanto, poderá a mesma ser antecipada no decorrer do retro referido período, na medida da ocorrência do lucro, hipótese em que os valores antecipados serão objeto de compensação no encerramento do exercício social.

§ 2º. — Referida partilha, no todo ou em parte, pode ser sobrestada com a manutenção do lucro em conta específica do Patrimônio Líquido, sob a rubrica de "*Lucros Acumulados*", ou equivalente, até posterior deliberação da assembléia dos sócios sobre o destino do mesmo, que poderá consistir inclusive na sua utilização para aumento do Capital Social e/ou compensação de prejuízo.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Também nos prejuízos porventura verificados os sócios participam na proporção da participação de cada um no Capital Social.

CAPÍTULO — VI

DA DURAÇÃO, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A sociedade iniciou suas atividades em 05 de Setembro de 2007 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

A dissolução da sociedade dar-se-á por consenso unânime dos sócios, por determinação judicial e em razão dos demais fatos pertinentes previstos em lei.

§ 1º. – Não será determinante para a dissolução da sociedade o óbito de qualquer dos seus sócios na constância do prazo de duração da mesma.

§ 2º. – Se a sociedade tiver o seu quadro societário composto de mais de dois sócios na data do evento mencionado no parágrafo anterior, a sociedade sobrevirá incólume com herdeiros do “*de cujus*” ou com outros sócios que já façam parte do quadro societário.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Operando-se a dissolução da sociedade, a liquidação do seu acervo patrimonial será feita atendo às prescrições legais sobre a espécie, com base em Balanço Patrimonial especialmente levantado no dia da ocorrência, em harmonia com os princípios e normas contábeis vigentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Não querendo ou não podendo os herdeiros do sócio pré-morto exercerem o direito de ingresso na sociedade, ou sendo sua presença incompatível com a harmonia societária, serão apurados os haveres do “*de cujus*” com base em balanço patrimonial especialmente levantado no dia de sua morte, cujo pagamento far-se-á ao espólio em seis prestações mensais e consecutivas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

CAPÍTULO — VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Os sócios reunir-se-ão em assembléia geral a qualquer instante em que os interesses sociais reclamem, onde será assegurado o direito de voto a todos indistintamente, cabendo a cada um o número de sufrágios equivalente a quantidade de cotas representativas do Capital Social de que é titular, ficando acordado que prevalecerão as deliberações tomadas por maioria absoluta de votos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Poderá a sociedade continuar usando nome social com os nomes dos sócios que a integram quando da morte de qualquer deles.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Os sócios declaram, para efeito do disposto do parágrafo 1.º, do art. 1011, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

seef
jud
Roberto
[assinatura]

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN TREINAMENTOS
EMPRESARIAIS LTDA. EPP

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Os casos omissos serão resolvidos por assembléia dos sócios ou, facultativamente, por reunião dos mesmos, podendo ainda qualquer deliberação ser dispensada quando reduzida a termo e assinada pelos sócios.

Com efeito, justas e contratadas, as partes contraentes lavraram este instrumento particular de Contrato Social em oito folhas grafadas somente no anverso e em três vias de igual forma e teor, assinando-as juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas, presente ao ato, para que este produza todos os efeitos legais.

Salvador-Ba, 20 de setembro de 2011.



Alexandre Marques Andrade Lemos
Sócio




João Damasceno Borges de Miranda
Sócio

Testemunhas:



Deborah Franco de Moura Marques
RG: [REDACTED]



Rosana Márcia Menezes Portugal
RG: [REDACTED]



SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN
TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP

Os signatários deste, ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS,

[Redacted signature area]

[Redacted signature area] e JOÃO DAMASCENO BORGES DE MIRANDA,

[Redacted signature area]

BA, únicos sócios da sociedade empresária denominada OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP, registrada na JUCEB sob o n. 29203075212, em 21/09/2007, inscrita no CNPJ sob o n. 09.094.300/0001-51, sediada na Rua Edístio Pondé, 353, sala 909, Ed. Empresarial Tancredo Neves, Stiep, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41770-395, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar a alteração do contrato social de acordo com as disposições clausulares abaixo estereotipadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica admitida na sociedade, nesta data, EUZILDA MARQUES DA SILVA,

[Redacted signature area]

CLAUSULA SEGUNDA:

Retira-se da sociedade, nesta data, o sócio JOÃO DAMASCENO BORGES DE MIRANDA, que possui 50 (cinquenta) quotas, no valor total de R\$ 50,00 (cinquenta reais), já subscritas e integralizadas, transferindo-as todas para a sócia EUZILDA MARQUES DA SILVA, ora admitida.

[Handwritten signatures: Euzilda Marques da Silva, Alexandre Marques Andrade Lemos, João Damasceno Borges de Miranda]



SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN
TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP

CLÁUSULA TERCEIRA:

O sócio **JOÃO DAMASCENO BORGES DE MIRANDA**, que ora se retira da sociedade, declara haver recebido de **EUZILDA MARQUES DA SILVA**, neste ato e em moeda corrente do País, a quantia de R\$ 50,00 (cinquenta reais), e reconhece extintos todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, nem da cessionária, nem da sociedade, dando-lhes plena, geral e irrevogável quitação.

CLÁUSULA QUARTA:

A sociedade será administrada isoladamente por **ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS**, ficando autorizada sua representação para todos os casos, inclusive para representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, podendo praticar todo e qualquer ato, sempre no interesse da sociedade e observadas as prescrições restritivas deste contrato e da lei sobre a matéria.

CLÁUSULA QUINTA:

A sócia **EUZILDA MARQUES DA SILVA**, ora admitida na sociedade, declara, para efeito do disposto do parágrafo 1.º, do art. 1011, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SEXTA:

As demais disposições não atingidas pelas alterações supra permanecem em pleno vigor e os sócios resolvem consolidar seu contrato social de acordo com as condições e cláusulas abaixo transcritas:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

Os signatários deste, **ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS**,

[Redacted signature area]

[Handwritten signatures: Euzilda, Belf, Alexandre, and others]



Contrato Social (0166166) SEI 19.09.02353.0011630/2021-29 / pg. 119

SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN
TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP

SILVA,

e EUZILDA MARQUES DA

SSP-BA, únicos sócios da sociedade empresária denominada OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP, registrada na JUCEB sob o n. 29203075212, em 21/09/2007, inscrita no CNPJ sob o n. 09.094.300/0001-51, sediada na Rua Edístio Pondé, 353, sala 909, Ed. Empresarial Tancredo Neves, Stiep, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41770-395.

CAPÍTULO — I

DO NOME SOCIAL, DA SEDE, DAS FILIAIS E DO FORO

CLÁUSULA PRIMEIRA

O nome da sociedade é Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. EPP, sob o qual realizará todos os atos e negócios jurídicos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sede social da pessoa jurídica aqui identificada está localizada na Rua Edístio Pondé, n.º 353, sala 909, edifício Empresarial Tancredo Neves, Stiep, CEP 41770-395, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

CLÁUSULA TERCEIRA

Poderá a sociedade instalar filiais em qualquer parte do território nacional, atendidas as determinações legais sobre a espécie.

CLÁUSULA QUARTA

O foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, fica eleito como o único competente para conhecer e julgar as causas nas quais a sociedade seja parte ativa ou passiva, bem assim dirimir as questões porventura oriundas de fatos relacionados com este contrato, com renúncia de qualquer outro por mais especial que seja.

CAPÍTULO — II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Paula E. Silva

[Assinatura]

[Assinatura]



SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN
TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP

CLÁUSULA QUINTA

A pessoa jurídica ora constituída tem por objetivos sociais primordiais a prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (CNAE 8599-6/04), a edição de livros (CNAE 5811-5/00), de revistas e outras publicações periódicas (CNAE 5813-1/00) e o comércio varejista de livros (CNAE 4761-0/01).

CLÁUSULA SEXTA

Para a consecução dos seus objetivos sociais, a sociedade poderá associar-se a empresários, firmar contratos de parceria com outras pessoas jurídicas e contratar estagiários.

CAPÍTULO — III

DO CAPITAL SOCIAL E DE SUAS COTAS REPRESENTATIVAS

CLÁUSULA SÉTIMA

O Capital Social é de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), dividido em **5.000** (cinco mil) cotas, no valor nominal de **R\$ 1,00** (um real) cada uma, cabendo a cada sócio os seguintes números e valores:

I) a Alexandre Marques Andrade Lemos, 4.950 (quatro mil novecentos e cinquenta) cotas, no valor total de **R\$ 4.950,00** (quatro mil novecentos e cinquenta reais);

II) a Euzilda Marques da Silva, 50 (cinquenta) cotas, no valor total de **R\$ 50,00** (cinquenta reais).

CLÁUSULA OITAVA

As cotas representativas do Capital Social só poderão ser transferidas para outro quotista, ou terceiro, seja a que título for, notadamente por venda, troca ou cessão, depois do titular da mesma conceder aos demais cotistas prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência à aquisição das cotas que pretenda transferir.

PARÁGRAFO ÚNICO – O cumprimento da condição prevista no "*caput*" desta cláusula dar-se-á mediante o endereçamento a cada cotista de um **instrumento de opção**, por escrito e em caráter irrevogável, onde conste o número de cotas a serem transferidas, o preço, as condições de pagamento, a identificação e domicílio de quem pretenda adquiri-las e tudo o mais que for pertinente ao negócio jurídico respectivo.

CLÁUSULA NONA

O disposto na **Cláusula Oitava** aplica-se também, sem restrição, às

[Handwritten signatures in blue ink]



SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN
TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP

novas quotas que futuramente sejam acrescidas ao Capital Social, inclusive em virtude de elevação deste com aproveitamento de reservas e/ou lucros sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA

Estão imunes às normas contempladas na **Cláusula Oitava** e seus parágrafos, portanto inaplicáveis às hipóteses aqui elencadas, as transferências da titularidade das referidas cotas quando a alteração deste contrato for o instrumento utilizado para tanto e conte com a assinatura de todos os sócios, bem assim por decorrência dos seguintes fatos jurídicos:

- I) na modalidade de adiantamento de legítima a sucessores do quotista;
- II) nas transferências por "causa mortis" do sócio.

CAPÍTULO — IV

DA ADMINISTRAÇÃO, SUAS PRERROGATIVAS E DEVERES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade será administrada isoladamente por **Alexandre Marques Andrade Lemos**, ficando autorizada sua representação para todos os casos, inclusive para representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, podendo praticar todo e qualquer ato, sempre no interesse da sociedade e observadas as prescrições restritivas deste contrato e da lei sobre a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O uso do nome social caberá aos administradores, vedada sua utilização em atos ou negócios estranhos aos fins ou interesses sociais, notadamente a prestação de aval, endosso, fiança ou outras garantias em favor de terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os administradores somente farão jus a uma retirada a título de "**pro labore**", com periodicidade mensal e em valor a ser determinado entre si, em caso de aprovação pela assembléia geral ou através de resolução conjunta, e que será contabilizada como despesa operacional da sociedade.

CAPÍTULO — V

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DOS LUCROS E DOS PREJUÍZOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O **exercício social** da pessoa jurídica neste ato criada coincidirá com



SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN
TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP

o ano civil, pelo que no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano será realizado Balanço Geral do seu ativo e passivo, com todas as demonstrações financeiras previstas na legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Ajustam as partes que os lucros líquidos da sociedade serão distribuídos entre os sócios na forma e na proporção em que, por decisão unânime, estabelecerem os sócios. Caso não haja consenso entre os sócios, a totalidade dos lucros líquidos apurados será distribuída entre os mesmos na proporção de suas respectivas participações no capital social da sociedade.

§ 1º. – A partilha do sobredito lucro dar-se-á ordinariamente no encerramento do exercício social, ficando a data do seu efetivo pagamento condicionada a existência de disponibilidade financeira imediata da sociedade para tanto. Entretanto, poderá a mesma ser antecipada no decorrer do retro referido período, na medida da ocorrência do lucro, hipótese em que os valores antecipados serão objeto de compensação no encerramento do exercício social.

§ 2º. – Referida partilha, no todo ou em parte, pode ser sobrestada com a manutenção do lucro em conta específica do Patrimônio Líquido, sob a rubrica de "*Lucros Acumulados*", ou equivalente, até posterior deliberação da assembléia dos sócios sobre o destino do mesmo, que poderá consistir inclusive na sua utilização para aumento do Capital Social e/ou compensação de prejuízo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Também nos prejuízos porventura verificados os sócios participam na proporção da participação de cada um no Capital Social.

CAPÍTULO — VI
DA DURAÇÃO, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A sociedade iniciou suas atividades em 05 de Setembro de 2007 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

A dissolução da sociedade dar-se-á por consenso unânime dos sócios, por determinação judicial e em razão dos demais fatos pertinentes previstos em lei.

§ 1º. – Não será determinante para a dissolução da sociedade o óbito de qualquer dos seus sócios na constância do prazo de duração da mesma.

§ 2º. – Se a sociedade tiver o seu quadro societário composto de mais

[Handwritten signatures]



Contrato Social (0166166)
SEI 19.09.02353.0011630/2021-29 / pg. 123

SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN
TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP

de dois sócios na data do evento mencionado no parágrafo anterior, a sociedade sobrevirá incólume com herdeiros do "*de cujus*" ou com outros sócios que já façam parte do quadro societário.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Operando-se a dissolução da sociedade, a liquidação do seu acervo patrimonial será feita atendo às prescrições legais sobre a espécie, com base em Balanço Patrimonial especialmente levantado no dia da ocorrência, em harmonia com os princípios e normas contábeis vigentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Não querendo ou não podendo os herdeiros do sócio pré-morto exercerem o direito de ingresso na sociedade, ou sendo sua presença incompatível com a harmonia societária, serão apurados os haveres do "*de cujus*" com base em balanço patrimonial especialmente levantado no dia de sua morte, cujo pagamento far-se-á ao espólio em seis prestações mensais e consecutivas.

CAPÍTULO — VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Os sócios reunir-se-ão em assembléia geral a qualquer instante em que os interesses sociais reclamem, onde será assegurado o direito de voto a todos indistintamente, cabendo a cada um o número de sufrágios equivalente a quantidade de cotas representativas do Capital Social de que é titular, ficando acordado que prevalecerão as deliberações tomadas por maioria absoluta de votos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Poderá a sociedade continuar usando nome social com os nomes dos sócios que a integram quando da morte de qualquer deles.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Os sócios declaram, para efeito do disposto do parágrafo 1.º, do art. 1011, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a



SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN
TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP

pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

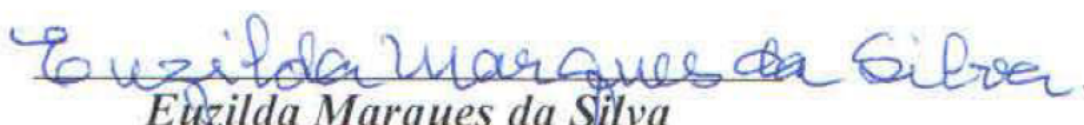
Os casos omissos serão resolvidos por assembléia dos sócios ou, facultativamente, por reunião dos mesmos, podendo ainda qualquer deliberação ser dispensada quando reduzida a termo e assinada pelos sócios.

Com efeito, justas e contratadas, as partes contraentes lavraram este instrumento particular de Contrato Social em oito folhas grafadas somente no anverso e em três vias de igual forma e teor, assinando-as juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas, presente ao ato, para que este produza todos os efeitos legais.

Salvador-Ba, 30 de abril de 2012.


Alexandre Marques Andrade Lemos
Sócio


João Damasceno Borges de Miranda
Sócio


Euzilda Marques da Silva
Sócia

Testemunhas:


Félix Pereira Rolim Esmeraldo
RG: [REDACTED]


Rosana Márcia Menezes Portugal
RG: [REDACTED]



TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN
TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP



Os signatários deste, ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS,

EUZILDA MARQUES DA SILVA,

únicos sócios da sociedade empresária denominada OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP, registrada na JUCEB sob o n. 29203075212, em 21/09/2007, inscrita no CNPJ sob o n. 09.094.300/0001-51, sediada na Rua Edístio Pondé, 353, sala 909, Ed. Empresarial Tancredo Neves, Stiep, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41770-395, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar a alteração do contrato social de acordo com as disposições clausulares abaixo estereotipadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A pessoa jurídica passa a ter por objetivos sociais primordiais a prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (CNAE 8599-6/04), a edição de livros (CNAE 5811-5/00), edição de revistas (CNAE 5813-1/00), o comércio varejista de livros (CNAE 4761-0/01), o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis (CNAE 6203-1/00) e atividades de consultoria em gestão empresarial (CNAE 7020-4/00).

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais disposições não atingidas pelas alterações supra permanecem em pleno vigor e os sócios resolvem consolidar seu contrato social de acordo com as condições e cláusulas abaixo transcritas:

[Handwritten signatures in blue ink: Alex Lemos, Euzilda Marques da Silva, and another signature]

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

Os signatários deste, ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS,

EUZILDA MARQUES DA SILVA,

únicos sócios da sociedade empresária denominada OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP, registrada na JUCEB sob o n. 29203075212, em 21/09/2007, inscrita no CNPJ sob o n. 09.094.300/0001-51, sediada na Rua Edístio Pondé, 353, sala 909, Ed. Empresarial Tancredo Neves, Stiep, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41770-395.

CAPÍTULO — I

DO NOME SOCIAL, DA SEDE, DAS FILIAIS E DO FORO

CLÁUSULA PRIMEIRA

O nome da sociedade é Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. EPP, sob o qual realizará todos os atos e negócios jurídicos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sede social da pessoa jurídica aqui identificada está localizada na Rua Edístio Pondé, n.º 353, sala 909, edifício Empresarial Tancredo Neves, Stiep, CEP 41770-395, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

CLÁUSULA TERCEIRA

Poderá a sociedade instalar filiais em qualquer parte do território


2

nacional, atendidas as determinações legais sobre a espécie.

CLÁUSULA QUARTA

O foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, fica eleito como o único competente para conhecer e julgar as causas nas quais a sociedade seja parte ativa ou passiva, bem assim dirimir as questões porventura oriundas de fatos relacionados com este contrato, com renúncia de qualquer outro por mais especial que seja.

CAPÍTULO — II DOS OBJETIVOS SOCIAIS

CLÁUSULA QUINTA

A pessoa jurídica ora constituída tem por objetivos sociais primordiais a prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (CNAE 8599-6/04), a edição de livros (CNAE 5811-5/00), de revistas e outras publicações periódicas (CNAE 5813-1/00), o comércio varejista de livros (CNAE 4761-0/01), desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis (CNAE 6203-1/00) e atividades de consultoria em gestão empresarial (CNAE 7020-4/00).

CLÁUSULA SEXTA

Para a consecução dos seus objetivos sociais, a sociedade poderá associar-se a empresários, firmar contratos de parceria com outras pessoas jurídicas e contratar estagiários.

CAPÍTULO — III DO CAPITAL SOCIAL E DE SUAS COTAS REPRESENTATIVAS

CLÁUSULA SÉTIMA

O **Capital Social** é de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), dividido em **5.000** (cinco mil) cotas, no valor nominal de **R\$ 1,00** (um real) cada uma, cabendo a cada sócio os seguintes números e valores:

I) a Alexandre Marques Andrade Lemos, 4.950 (quatro mil novecentos e cinquenta) cotas, no valor total de **R\$ 4.950,00** (quatro mil novecentos e cinquenta reais);

II) a Euzilda Marques da Silva, 50 (cinquenta) cotas, no valor total de **R\$ 50,00** (cinquenta reais).

CLÁUSULA OITAVA

As cotas representativas do Capital Social só poderão ser transferidas para outro quotista, ou terceiro, seja a que título for, notadamente por venda,

Handwritten signatures: Alexandre Marques Andrade Lemos and Euzilda Marques da Silva.

TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN
TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP

troca ou cessão, depois do titular da mesma conceder aos demais cotistas prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência à aquisição das cotas que pretenda transferir.

PARÁGRAFO ÚNICO – O cumprimento da condição prevista no "*caput*" desta cláusula dar-se-á mediante o endereçamento a cada cotista de um **instrumento de opção**, por escrito e em caráter irrevogável, onde conste o número de cotas a serem transferidas, o preço, as condições de pagamento, a identificação e domicílio de quem pretenda adquiri-las e tudo o mais que for pertinente ao negócio jurídico respectivo.

CLÁUSULA NONA

O disposto na **Cláusula Oitava** aplica-se também, sem restrição, às novas quotas que futuramente sejam acrescidas ao Capital Social, inclusive em virtude de elevação deste com aproveitamento de reservas e/ou lucros sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA

Estão imunes às normas contempladas na **Cláusula Oitava** e seus parágrafos, portanto inaplicáveis às hipóteses aqui elencadas, as transferências da titularidade das referidas cotas quando a alteração deste contrato for o instrumento utilizado para tanto e conte com a assinatura de todos os sócios, bem assim por decorrência dos seguintes fatos jurídicos:

- I) na modalidade de adiantamento de legítima a sucessores do quotista;
- II) nas transferências por "causa mortis" do sócio.

CAPÍTULO — IVDA ADMINISTRAÇÃO, SUAS PRERROGATIVAS E DEVERESCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade será administrada isoladamente por **Alexandre Marques Andrade Lemos**, ficando autorizada sua representação para todos os casos, inclusive para representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, podendo praticar todo e qualquer ato, sempre no interesse da sociedade e observadas as prescrições restritivas deste contrato e da lei sobre a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O uso do nome social caberá aos administradores, vedada sua utilização em atos ou negócios estranhos aos fins ou interesses sociais, notadamente a prestação de aval, endosso, fiança ou outras garantias em favor de terceiros.



JUCEB
21
Fl. Proc

TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA OPEN
TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. EPP

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os administradores somente farão jus a uma retirada a título de "*pro labore*", com periodicidade mensal e em valor a ser determinado entre si, em caso de aprovação pela assembléia geral ou através de resolução conjunta, e que será contabilizada como despesa operacional da sociedade.

CAPÍTULO — V

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DOS LUCROS E DOS PREJUÍZOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O **exercício social** da pessoa jurídica neste ato criada coincidirá com o ano civil, pelo que no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano será realizado Balanço Geral do seu ativo e passivo, com todas as demonstrações financeiras previstas na legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Ajustam as partes que os lucros líquidos da sociedade serão distribuídos entre os sócios na forma e na proporção em que, por decisão unânime, estabelecerem os sócios. Caso não haja consenso entre os sócios, a totalidade dos lucros líquidos apurados será distribuída entre os mesmos na proporção de suas respectivas participações no capital social da sociedade.

§ 1º. — A partilha do sobredito lucro dar-se-á ordinariamente no encerramento do exercício social, ficando a data do seu efetivo pagamento condicionada a existência de disponibilidade financeira imediata da sociedade para tanto. Entretanto, poderá a mesma ser antecipada no decorrer do retro referido período, na medida da ocorrência do lucro, hipótese em que os valores antecipados serão objeto de compensação no encerramento do exercício social.

§ 2º. — Referida partilha, no todo ou em parte, pode ser sobrestada com a manutenção do lucro em conta específica do Patrimônio Líquido, sob a rubrica de "*Lucros Acumulados*", ou equivalente, até posterior deliberação da assembléia dos sócios sobre o destino do mesmo, que poderá consistir inclusive na sua utilização para aumento do Capital Social e/ou compensação de prejuízo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Também nos prejuízos porventura verificados os sócios participam na proporção da participação de cada um no Capital Social.

CAPÍTULO — VI

DA DURAÇÃO, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

5



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A sociedade iniciou suas atividades em 05 de Setembro de 2007 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

A dissolução da sociedade dar-se-á por consenso unânime dos sócios, por determinação judicial e em razão dos demais fatos pertinentes previstos em lei.

§ 1º. – Não será determinante para a dissolução da sociedade o óbito de qualquer dos seus sócios na constância do prazo de duração da mesma.

§ 2º. – Se a sociedade tiver o seu quadro societário composto de mais de dois sócios na data do evento mencionado no parágrafo anterior, a sociedade sobrevirá incólume com herdeiros do “*de cujus*” ou com outros sócios que já façam parte do quadro societário.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Operando-se a dissolução da sociedade, a liquidação do seu acervo patrimonial será feita atendo às prescrições legais sobre a espécie, com base em Balanço Patrimonial especialmente levantado no dia da ocorrência, em harmonia com os princípios e normas contábeis vigentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Não querendo ou não podendo os herdeiros do sócio pré-morto exercerem o direito de ingresso na sociedade, ou sendo sua presença incompatível com a harmonia societária, serão apurados os haveres do “*de cujus*” com base em balanço patrimonial especialmente levantado no dia de sua morte, cujo pagamento far-se-á ao espólio em seis prestações mensais e consecutivas.

CAPÍTULO — VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Os sócios reunir-se-ão em assembléia geral a qualquer instante em que os interesses sociais reclamem, onde será assegurado o direito de voto a todos indistintamente, cabendo a cada um o número de sufrágios equivalente a quantidade de cotas representativas do Capital Social de que é titular, ficando acordado que prevalecerão as deliberações tomadas por maioria absoluta de votos.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Poderá a sociedade continuar usando nome social com os nomes dos sócios que a integram quando da morte de qualquer deles.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Os sócios declaram, para efeito do disposto do parágrafo 1.º, do art. 1011, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA


Os casos omissos serão resolvidos por assembléia dos sócios ou, facultativamente, por reunião dos mesmos, podendo ainda qualquer deliberação ser dispensada quando reduzida a termo e assinada pelos sócios.

Com efeito, justas e contratadas, as partes contraentes lavraram este instrumento particular de Contrato Social em sete folhas grafadas somente no anverso e em três vias de igual forma e teor, assinando-as juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas, presente ao ato, para que este produza todos os efeitos legais.

Salvador-Ba, 15 de janeiro de 2015.



Alexandre Marques Andrade Lemos
Sócio



Euzilda Marques da Silva
Sócia

Testemunhas:



Deborah Franco de Moura Marques
RG: [REDACTED]



Rosana Márcia Menezes Portugal
RG: [REDACTED]



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando se tratar de procedimento de inexigibilidade de licitação, encaminhamos o presente expediente para análise e manifestação da Assessoria Jurídica, após elaboração da correspondente minuta de contrato por esta Coordenação (documento 0191016).

Ressaltamos, oportunamente, que a análise de conformidade processual realizada pela CEACC se restringiu exclusivamente aos documentos necessários à elaboração do contrato, e não aos aspectos de instrução procedimental, em respeito ao fluxo definido para processos de inexigibilidade de licitação.

Por fim, destacamos a necessidade de análise acerca da necessidade de submissão do pleito ao Comitê de Repactuação Orçamentária.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Nascimento Sotero Campos** em 09/09/2021, às 19:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0191006** e o código CRC **2CB06425**.



Contrato nº XXX/2021-SGA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/2021 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP**, CNPJ nº 09.094.300/0001-51, estabelecida à Rua Edístio Pondé, nº 353, Cj 909/910, Stiep, Salvador/BA, representada por seu representante legal, **Alexandre Marques Andrade Lemos**, CPF/MF nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2021-DADM, protocolado sob o nº 19.09.02353.0011630/2021-29, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema web denominado “Gestão Tributária”, versão diamante, com acesso via Internet, para até 12 (doze) usuários do Ministério Público do Estado da Bahia, mediante autenticação por login/senha.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O regime de execução a ser adotado deverá ser o de empreitada por preço global;

2.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;



Contrato nº XXX/2021-SGA

2.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.3 O prazo para execução dos serviços é de 03 (três) dias, contados da data da entrega à **CONTRATADA**, da Nota de empenho, acompanhada, se for o caso, da autorização de serviços, e do instrumento contratual;

2.3.1 O prazo de execução poderá ser prorrogado por mais 03 (três) dias, desde que seja formalmente solicitado pela **CONTRATADA** antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pela Instituição.

2.4 O recebimento dos serviços prestados ficará sob a responsabilidade de um representante da Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**, em conjunto com o fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, caso este não seja integrante daquela Diretoria;

2.4.1 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

2.4.2 O recebimento provisório se dará no prazo de 03 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização do sistema ao Ministério Público do Estado da Bahia. E ficará a cargo de servidor vinculado à Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**;

2.4.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato se dará no prazo de 03 (três) dias úteis, e será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

2.5 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;



Contrato nº XXX/2021-SGA

2.5.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a adequar ou refazer o serviço, às suas expensas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação expedida pelo **CONTRATANTE**;

2.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.7 A contratação se destina à assinatura anual para utilização dos serviços do sistema “Gestão Tributária” da **CONTRATADA**, com acesso via Internet pelo site www.gestaotributaria.com.br, para até 12 (doze) usuários do **CONTRATANTE**, mediante autenticação por login/senha;

2.7.1 Os perfis de acessos (login/senha individualizados) à plataforma deverão ser disponibilizados no prazo máximo de até 01 (um) dia útil, a contar da data de solicitação;

2.7.2 O prazo de duração da assinatura de será de 01 (um) ano, contado a partir da liberação da primeira senha de acesso solicitada, independentemente do prazo de vigência contratual;

2.7.3 Admite-se a substituição de usuários do **CONTRATANTE** ao sistema no curso da vigência contratual, mediante solicitação expressa, respeitado sempre o número máximo de perfis contratado;

2.8 O sistema Gestão Tributária deverá permitir acesso e utilização contínuos de todas as ferramentas, funcionalidades e conteúdos disponíveis aos usuários, englobando minimamente:

2.8.1 Ferramenta e funcionalidades:

2.8.1.1 GT-Fácil: ferramenta de consulta sobre as retenções e encargos tributários relativos ao INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS aplicáveis conforme cada tipo de serviço. A ferramenta deverá operar com as seguintes funcionalidades mínimas:

a) oferecer informações relevantes, de maneira objetiva;

b) a partir da indicação, pelo usuário, do tipo de serviço, indicar quais os tributos que incidem sobre a operação, além do fundamento legal, base de cálculo, alíquota, vencimento, tratamento do optante do Simples Nacional, dentre outros detalhes. Para tanto, deverá disponibilizar, pelo menos, as seguintes formas de pesquisa:



b.1) pesquisa livre;

b.2) pesquisa por CNAE (baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas);

b.3) pesquisa pela lista da Lei Complementar nº 116/2003 (que trata do ISS)

c) gerar informações e respostas específicas sobre o Imposto sobre Serviços – ISS aplicável por Município, a partir da indicação, pelo usuário, acerca do local de incidência do tributo;

d) disponibilizar simulador de cálculos das retenções tributárias (INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS);

e) possibilitar a geração de relatório(s) em formato PDF, com opções de salvamento e impressão;

f) permitir a realização de consultas ilimitadas por todos os usuários cadastrados;

2.8.2 Conteúdos de capacitação e orientação, através da disponibilização de:

2.8.2.1 Disponibilização de compêndio de legislação filtrada, voltada às retenções e encargos que incidem sobre os contratos, direcionados às temáticas sobre INSS, IRRF, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/PASEP e COFINS) e ISS incidentes na fonte nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas;

2.8.2.2 vídeos explicativos acerca de questões polêmicas, proporcionando orientações técnicas especializadas sobre como proceder diante de dúvidas comuns relacionadas à gestão tributária;

2.8.2.3 séries exclusivas produzidas pelo corpo de especialistas da **CONTRATADA**, voltadas à orientação acerca das principais polêmicas relacionadas às retenções e encargos tributários incidentes na fonte;

2.8.2.4 Acesso às seguintes publicações periódicas, produzidas pela empresa **CONTRATADA**:

a) Descomplicando +: Vídeos instrutores sobre a aplicação prática daquilo que se mostra complexo quando da leitura da legislação;



Contrato nº XXX/2021-SGA

- b) GT Resolve: Orientações sobre a utilização da ferramenta GT-Fácil para a solução de dúvidas bastante comuns no dia a dia da Administração;
- c) Dica Rápida: Orientações objetivas sobre como proceder diante de dúvidas comuns acerca da apuração e recolhimento dos principais tributos incidentes na fonte;
- d) Alerta GT: Compilação das principais novidades da legislação tributária ou da jurisprudência, que exijam revisão de procedimentos adotados pela Administração;
- e) Caça-Obrigações: Comentários e vídeos sobre obrigações acessórias, tais como eSocial, EFD-Reinf, DCTFWeb, DIRF, GFIP e outras, sobre as quais as entidades públicas devem apresentar;
- f) ISS in Loco: Explicações acerca de aspectos específicos da legislação do ISS dos principais municípios do Brasil;

2.8.3 Serviço de informação fiscal (IF), o qual viabiliza o envio de questionamentos específicos acerca da incidência de INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS sobre os pagamentos a seus contratados, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas;

2.8.3.1 Deverá a **CONTRATADA** apresentar resposta(s) aos questionamentos sempre por escrito, com indicação da fundamentação necessária, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis;

2.9 O objeto contratual engloba a realização de treinamentos e/ou suporte técnico a todos os servidores do **CONTRATANTE** que utilizarão o sistema contratado, sempre que lhe for solicitado;

2.9.1 Os treinamentos/suportes técnicos deverão ocorrer nas seguintes modalidades:

2.9.1.1 Telefônica, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;

2.9.1.2 Eletrônica, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por videoconferência, comunicadores VoIP (tais como o programa Skype), e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do sistema Gestão Tributária;



Contrato nº XXX/2021-SGA

2.9.1.3 Presencial, na sede do **CONTRATANTE** na cidade de Salvador - BA, mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao **CONTRATANTE**;

2.9.2 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação destas, conforme a seguir discriminado:

2.9.2.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema, devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

2.9.2.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos, devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas;

2.9.2.3 Solicitações do tipo padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 24 (vinte e quatro) horas, ou mediante prazo ajustado entre as partes;

2.10 A execução dos serviços deverá garantir a atualização do sistema sempre que houver melhorias ou implementação de novas versões, decorrentes de alterações legais, tecnológicas e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela **CONTRATADA**;

2.11 A **CONTRATADA** informará, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, o lançamento de novas versões do Sistema que eventualmente exijam evolução no ambiente tecnológico do **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

2.12 O sistema deverá ter a devida garantia até o término contratual, ficando a **CONTRATADA** obrigada a realizar manutenções corretivas e preventivas necessárias ao seu pleno funcionamento, de modo a impedir ocorrência de solução de continuidade;

2.13 Os serviços correlatos deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

2.14 A execução dos serviços deverá ocorrer integralmente na sede da **CONTRATADA**. Deste modo, não haverá empregado desta à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Contrato nº XXX/2021-SGA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

| Código Unidade Orçamentária/Gestora | Ação (P/A/OE) | Região | Destinação de Recursos (Fonte) | Natureza da Despesa |
|--|---------------|--------|-----------------------------------|------------------------|
| 40.101/0003 | 2000 | 9900 | 100 | 33.90.39 |

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 Dá-se ao presente Contrato o valor global de **R\$ 10.788,00 (dez mil, setecentos e oitenta e oito reais)**, equivalente a 12 (doze) meses de execução contratual;

4.1.1 O valor estipulado refere-se a 01 (uma) assinatura versão “diamante”, para acesso e utilização integral do sistema Gestão Tributária em todas as suas funcionalidades, para até 12 (doze) usuários;

4.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, sistemas, manutenções, insumos e materiais empregados, inclusive ferramentas, mídias e fardamentos, depreciação, aluguéis, seguros, franquias, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes;

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato deverão ser efetuados em parcela única mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de nota fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões cabíveis, documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**;



Contrato nº XXX/2021-SGA

6.1.1 A documentação relativa ao pagamento (nota fiscal e certidões) deverá ser apresentada ao **CONTRATANTE**, após a devida liberação de acessos/senhas e comprovação do funcionamento da plataforma;

6.1.2 A nota fiscal deverá ser direcionada à Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**, e protocolizada na Sede CAB deste, localizada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador/BA;

6.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação integral e regular da documentação, e desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item 6.2.1;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inciso XXV do art. 8º c/c artigo 144 e seguintes da Lei Estadual – BA nº 9.433/2005, fica condicionada à apresentação de



Contrato nº XXX/2021-SGA

requerimento formal pela **CONTRATADA**, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

7.1.1 Adotar-se-á o **INPC/IBGE** como índice oficial para o cálculo da variação de preços, tendo como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede o a data de aniversário, a saber:

7.1.1.1 Mês 1: junho/2021;

7.1.1.2 Mês 12: maio/2022;

7.1.2 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a parcelas de serviços empenhadas após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, observando-se ainda que:

7.1.2.1 Reajustamentos subsequentes deverão observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de aplicabilidade da concessão do último reajuste;

7.1.2.2 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.2.3 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inciso XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso III do artigo 140 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.



CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA**, e daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas, prazos e exigências constantes no procedimento de Inexigibilidade de Licitação e no presente contrato, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.3 Prestar diretamente os serviços de atualização e suporte técnico do sistema objeto da contratação, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.4 Manter o sistema sempre atualizado e em plena operação, garantindo a execução integral das suas funcionalidades;

9.5 Informar ao **CONTRATANTE** sempre que houver alguma alteração no sistema que influencie a operacionalização do mesmo;

9.6 Disponibilizar, durante toda a vigência do contrato, treinamentos ao **CONTRATANTE** sobre o sistema objeto da presente contratação, sempre que por este solicitado, nos termos e condições consignados na **Cláusula Segunda**;

9.7 Realizar suas atividades utilizando profissionais capacitados e especializados, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

9.8 Abster-se, em quaisquer que sejam as hipóteses, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste instrumento, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;

9.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



9.10 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.11.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.12 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação vigente e com este instrumento, contendo os seguintes dados: descrição dos serviços, número deste contrato, competência do faturamento (mês/ano), dados bancários para pagamento (conta, agência e Banco) e valores;

9.13 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

9.14 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.15 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguida, sem o consentimento prévio e por escrito do **CONTRATANTE**;

9.16 Atender às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo que o originou, providenciando sua reparação, substituição e/ou realização no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação pelo **CONTRATANTE**, sem ônus adicional para este;

9.17 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.18 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato;



Contrato nº XXX/2021-SGA

9.19 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

9.20 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato e no termo de referência constante no procedimento de Inexigibilidade de licitação que o originou, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**;

10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.5 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.



Contrato nº XXX/2021-SGA

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender a execução contratual, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

11.2.3 Promover a verificação dos serviços efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar a desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do procedimento licitatório que o originou, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito, reparado ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

12.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

12.2.1 Multa;

12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 12.2.2 a 12.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

12.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **principal**:

12.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

12.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:



Contrato nº XXX/2021-SGA

12.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do contrato;

12.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor do contrato;

12.4.2.3 - Para **cada** obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

12.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE**



Contrato nº XXX/2021-SGA

poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo de Inexigibilidade de licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido procedimento, naquilo em que não diverjam deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador/BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor



Contrato nº **XXX/2021-SGA**

adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador, ____ de _____ de 2021.

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente

EMPRESA OPEN TREINAMENTOS
EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP
Alexandre Marques Andrade Lemos
Representante Legal



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano 2021, nesta Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa, **juntei a estes autos as certidões de regularidade fiscal vencidas até a presente data, em nome da empresa OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP**. E, para constar, lavrei o presente.

Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira

*Assistente de Gestão II
Apoio Processual ATJ/SGA
Matrícula 352.748*



Documento assinado eletronicamente por **Gláucio Matos Santos Cerqueira** em 16/09/2021, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0195784** e o código CRC **F6C13F9C**.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.094.300/0001-51

Razão Social: OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS LTDA

Endereço: R EDISTIO PONDE 353 EMP T NEVES SL 909 / STIEP / SALVADOR / BA / 41770-395

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/09/2021 a 06/10/2021

Certificação Número: 2021090701340518177909

Informação obtida em 10/09/2021 09:51:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão N°: **20213366459**

| | |
|--|---------------------------|
| RAZÃO SOCIAL | |
| OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA | |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL | CNPJ |
| 010.764.886 | 09.094.300/0001-51 |

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 19/08/2021, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETÓRIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA
CNPJ: 09.094.300/0001-51

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:20:49 do dia 13/08/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/02/2022.

Código de controle da certidão: **DB0E.5A8F.8616.3704**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



10/09/2021

005136398

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 005136398**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/sco/abrirConferencia.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 10/09/2021, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA EPP, portador do CNPJ: 09.094.300/0001-51, estabelecida na R. EDISTIO PONDÉ, 353 CONJ 909/910, EDF EMPRESARIAL TANCREDO NEVES, CEP: 41770-395, Salvador - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, sexta-feira, 10 de setembro de 2021.

PEDIDO Nº: **005136398**





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PARECER

PROCEDIMENTO SEI Nº. 19.09.02353.0011630/2021-29

INTERESSADA: DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EMENTA: CONTRATAÇÃO DIRETA. SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CAPACITAÇÃO, ATRAVÉS DA ASSINATURA DO SISTEMA *WEB* DENOMINADO “*GESTÃO TRIBUTÁRIA*”. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. EXCLUSIVIDADE DO FORNECEDOR. ARTIGO 60, INCISO I E § 1º, DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/2005. PELO DEFERIMENTO E APROVAÇÃO DA MINUTA. ATO NORMATIVO Nº. 007/2020, ALTERADO PELOS ATOS NORMATIVOS Nº 048/2020 E Nº 035/2021. NECESSÁRIA MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DO COMITÊ DE RECAPTUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

PARECER Nº. 489/2021

Trata-se de solicitação de autorização para Inexigibilidade de Licitação, em favor da empresa **Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. - EPP**, visando à prestação de serviços técnicos especializados de capacitação, através da assinatura anual do sistema *web* denominado “*Gestão Tributária*”, versão *diamante*, com acesso de até 12 (doze) usuários, no valor total de **R\$ 10.788,00 (dez mil e setecentos e oitenta e oito reais)**.

As despesas correrão por conta da Atividade 2000, Elemento 33.90.39, cujo saldo orçamentário disponível é de **R\$ 485.249,69 (quatrocentos e oitenta e cinco mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e nove centavos)**.

Instruem o feito: termo de referência, justificativa da contratação e do preço, proposta comercial, contrato social, certidões de regularidade fiscal, minuta de contrato a ser firmado para o objeto e Certidão de Exclusividade de fornecimento do objeto, emitida pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação **ASSESPRO BAHIA**, além de outros documentos relativos à avença.

Manifesta-se a unidade responsável, *in verbis*:

“(…) É inegável que a legislação tributária é complexa e pulverizada, variando conforme o objeto contratado e o local de incidência, não havendo, portanto, sistematização nem compilação das bases normativas aplicáveis à Administração Pública. Ademais, é cediço que o País passa por conjuntura econômica desfavorável, com consequente escassez dos recursos públicos, tornando imperiosa a atuação eficaz dos gestores e operadores do orçamento público.

Por tal razão, faz-se necessária a capacitação continuada dos agentes públicos envolvidos nos processos de execução e liquidação orçamentária, bem como o acesso fácil e contínuo a bancos de dados e de informações, que possibilitem a observância às regras legais e ao entendimento da melhor doutrina acerca de pontos de discussão e omissão legislativa.

Além de manter-se em constante capacitação, é salutar que os agentes possam contar com um suporte especializado, que auxilie rapidamente no deslinde de impasses e na solução de dúvidas do dia-a-dia, passíveis de gerar insegurança, aplicação de multas e, até mesmo, inscrição no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN.

(...)

A solução proposta visa alcançar os objetivos acima mencionados, e é de natureza estritamente técnica e necessária para o alcance das diretrizes propostas, visto que se trata de ferramenta de grande valia para agregar entendimento, dados e informações necessárias à segurança dos processos internos de pagamento e substituição tributária, possibilitando, assim, o cumprimento das diretrizes legais, além de otimizar as atividades diárias e possibilitar a rápida obtenção de informações e saneamento de dúvidas, o que viabiliza maior segurança à obrigatória gestão tributária.

Ademais, ao promover o acesso a conteúdos produzidos pela doutrina especializada, bem como a acervo de vídeos e aulas elaborados pela empresa detentora do sistema que se pretende contratar, a contratação almejada viabiliza a atualização e a capacitação de servidores públicos a baixo custo e sem necessidade de deslocamento.”

O art. 60, I, da Lei Estadual nº 9.433/2005 dispõe:

Art. 60 – É inexigível a licitação quando caracterizada a inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

(...)

§ 1º - Considera-se produtor, empresa, representante comercial ou revendedor exclusivo aquele que seja o único a explorar a atividade no âmbito nacional, para os limites de concorrência e tomada de preços, e no do Estado, para o limite de convite, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, quando seja o caso, ou pelas entidades de classe equivalente.

Com efeito, constam dos autos o atestado fornecido pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação ASSESPRO BAHIA, informando que a empresa OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA. - EPP é autora e única fornecedora do produto a ser contratado. Embora se trate de serviço e não de material, equipamento ou gênero, o Tribunal de Contas da União já referendou sua possibilidade¹, mesmo porque as hipóteses de inexigibilidade são exemplificativas.

Ademais, em obediência à orientação normativa AGU nº. 17/2009, a unidade responsável colaciona aos autos documentação que demonstra que o valor da pretensa contratação está condizente com o praticado no mercado.

Na minuta contratual constam as cláusulas referentes ao objeto, regime e forma de execução, recebimento, dotação orçamentária, preço, acréscimos e supressões, condições de pagamento e retenção de tributos, reajustamento e revisão de preços, vigência, obrigações dos contratantes, fiscalização, penalidades, rescisão, vinculação ao procedimento de inexigibilidade de licitação, publicidade, foro e disposições gerais, estando em conformidade com as disposições da legislação de regência.

Vale destacar, porém, que a Procuradoria-Geral de Justiça, ao editar o Ato Normativo nº 007/2020, alterado pelos Atos Normativos nº 048/2020 e nº 035/2021, que dispõe sobre medidas de redução, contenção e controle de gastos com custeio e investimento, no âmbito deste Parquet, estabeleceu nos arts. 3º, XIII, e 5º, *in verbis*:

Art. 3º Ficam suspensas as despesas decorrentes das seguintes atividades no âmbito de todo o Ministério Público do Estado da Bahia:

(...)

XIII – Contratos não essenciais;

(...)

Art. 5º A execução de despesa contrária às disposições contidas neste Ato condicionar-se-á à existência de disponibilidade orçamentária, à urgência, ao risco imediato de suspensão dos serviços, e à manifestação prévia do Comitê de Repactuação Orçamentária.

Nada obstante, diante da lacuna referente ao conceito de “contratos essenciais”, socorremo-nos às disposições contidas na legislação pátria, em especial a Lei nº 7.783/1989, cujo art. 10² define a expressão debatida. Tal definição é replicada no Decreto Federal nº. 10.282/2020, que regulamenta a Lei nº. 13.979/2020.

Com efeito, uma vez que o pretenso objeto não encontra guarida no mencionado rol de serviços essenciais, as despesas correlatas restam, a princípio, suspensas, carecendo de manifestação prévia do Comitê de Repactuação Orçamentária.

Verificando que a hipótese se adequa às disposições legais específicas que regem a matéria, **esta Assessoria Técnico-Jurídica é favorável à Inexigibilidade de Licitação ora solicitada, resguardada a conveniência e oportunidade, aprovando a minuta de contrato apresentada, sem prejuízo da necessidade de submissão do expediente ao Comitê de Repactuação Orçamentária, nos termos do art. 5º, do Ato Normativo nº. 007/2020, com as alterações dos Atos Normativos nº 048/2020 e nº 035/2021.**

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 16 de setembro de 2021.

Belª. Maria Paula Simões Silva
Assessora/SGA
Matrícula 351.869

Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira
Assistente de Gestão II
Apoio Processual ATJ/SGA
Matrícula 352.748

¹ Acórdão n.º 1.549/2009

² Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais: I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; II - assistência médica e hospitalar; III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos; IV - funerários; V - transporte coletivo; VI - captação e tratamento de esgoto e lixo; VII - telecomunicações; VIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares; IX - processamento de dados ligados a serviços essenciais; X - controle de tráfego aéreo e navegação aérea; (Redação dada pela Lei nº 13.903, de 2019) XI - compensação bancária. XII - atividades médico-periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e a assistência social; (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019) XIII - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); e (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019) XIV - outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019) XV - atividades portuárias. (Incluído pela Medida Provisória nº 945, de 2020).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 16/09/2021, às 18:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Glaucio Matos Santos Cerqueira** em 16/09/2021, às 18:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0195812** e o código CRC **B2F51B84**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 489/2021 da Assessoria Técnico-Jurídica, relativo a solicitação de autorização para Inexigibilidade de Licitação, em favor da empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. - EPP, visando à prestação de serviços técnicos especializados de capacitação, através da assinatura anual do sistema *web* denominado “*Gestão Tributária*”, *versão diamante*, com acesso de até 12 (doze) usuários, no valor total de R\$ 10.788,00.

Considerando os arts. 3º e 5º do Ato Normativo nº 007/2020, alterado pelos Atos Normativos nº 048/2020 e 035/2021, com efeitos extensivos até 30/09/2021, encaminhe-se o presente expediente ao Comitê de Repactuação Orçamentária para análise do pleito.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 20/09/2021, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0196129** e o código CRC **FA459964**.

ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE REPACTUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do corrente ano, às dez horas e trinta minutos, se reuniram por meio de videoconferência, **o Chefe de Gabinete, Dr. Pedro Maia, a Corregedora Geral, Dra. Cleonice de Souza Lima, o Secretário Geral Adjunto, Dr. Ricardo de Assis Andrade, a representante do Colégio de Procuradores de Justiça, Dra. Elza Maria de Souza, o Coordenador da Gestão Estratégica, Dr. Lourival Miranda de Almeida Júnior e o Superintendente de Gestão Administrativa, Frederico Wellington Silveira Soares**, membros do Comitê de Repactuação Orçamentária.

O Superintendente cumprimentou a todos os presentes, bem como informou que iniciará a avaliação dos itens contidos na pauta, relativos aos Processos de Dispensa de Licitação, cujo primeiro item, Processo Eletrônico SEI Nº 19.09.02349.0014414/2021-26, oriundo da Coordenação de Serviços Gerais, se refere a prestação de serviços de conserto de 02 lava-jatos e 01 aspirador de pó, no valor de R\$ 2.151,00. Explicou o Superintendente que o processo está devidamente instruído, que os lava-jatos são equipamentos profissionais e que a aquisição de um novo, de acordo com a pesquisa realizada pela Coordenação de Serviços Gerais, custa entre R\$ 1.700,00 e R\$ 2.000,00.

O segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01137.0013587/2021-32, oriundo da Promotoria de Justiça Regional de Simões Filho, se refere a prestação de serviços de recuperação do gradil, colunas e portões metálicos, que guarnecem a Promotoria de Justiça Regional de Simões Filho que está deteriorados, no valor de R\$ 16.980,45.

Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação em bloco do primeiro e segundo item da pauta. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Elza.

O terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02687.0014276/2021-08, oriundo da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, se refere a prestação de serviços de reforma de lanchonete localizada no pavimento térreo da Sede CAB, no valor de R\$ 32.298,35. Contextualizou o Superintendente que está sendo efetuado um projeto grande de instalação de um restaurante no térreo da Sede CAB, compreendendo a instalação de um restaurante e uma lanchonete onde ficavam duas ilhas. Contextualizou o Superintendente que a licitação para instalação do restaurante tem uma abrangência maior e que ainda será realizada, de modo que, se optou pela divisão desse projeto e realizar a reforma da estrutura que abarcará a lanchonete. Acrescentou o Superintendente que será realizada uma licitação para exploração do espaço, objetivando que a mesma empresa explore o restaurante e a lanchonete. Acrescentou ainda o Superintendente que a licitação para instalação do restaurante, envolve também a reforma do 3º andar e que a presente solicitação visa acelera a reforma da lanchonete com entrega prevista no ano em curso. Dr. Pedro fez a sua contextualização, bem como informou que a sugestão de adiantar a reforma da lanchonete foi proposta pelo Gabinete em conjunto com a Superintendência e Diretoria de Engenharia e Arquitetura. Dr. Pedro acrescentou mais esclarecimentos, contribuindo para avaliação do pleito em questão. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Encerrada a avaliação dos processos de Dispensa de Licitação, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes a Inexigibilidade de Licitação.

O quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02353.0011630/2021-29, oriundo da Diretoria de Finanças e Contabilidade, se refere a prestação de

serviços técnicos especializados de capacitação, através da assinatura anual do Sistema Web denominado “Gestão Tributária”, versão Diamante, no valor de R\$ 10.788,00. Contextualizou o Superintendente que a presente solicitação se refere a prestação de serviços de capacitação e consultoria, através da assinatura anual do Sistema “Gestão Tributária” e que no último ano foi pago pela assinatura em questão, o valor de R\$ 7.188,00 por conta da pandemia. Contextualizou ainda o Superintendente que a Legislação Tributária é muito complexa e que o mencionado sistema é utilizado pela Diretoria de Finanças de forma muito intensa, exemplificando a questão do ISS que tem uma variação nos 417 municípios, em razão de legislação própria. Acrescentou o Superintendente que o valor apresentado de R\$ 10.788,00 foi negociado, inclusive com a possibilidade de ampliação da assinatura, abrangendo os usuários da Diretoria de Contratos e Coordenação de Licitação.

O quinto processo da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02330.0011724/2021-91, oriundo da DCCL/Coordenação de Licitações, se refere a prestação de serviços de publicação de atos oficiais e matérias de interesse da Instituição, no valor de R\$ 26.432,00. Esclareceu o Superintendente que o processo em questão se trata de uma renovação para prestação dos serviços de publicação, que o valor apresentando é estimado e refere-se ao valor global do contrato, que permaneceu o mesmo valor e que só será pago o que for consumido. Esclareceu ainda o Superintendente que o valor pago por cada publicação é de R\$ 33,00, além de exemplificar as publicações que são realizadas no Diário da União.

O Superintendente abriu para discussão, além de sugerir a avaliação em bloco do quarto e quinto item da pauta, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação em bloco do quarto e quinto item da pauta. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Encerrada a avaliação dos processos de Inexigibilidade de Licitação, o Superintendente sugeriu inverter a ordem de avaliação dos itens da pauta, passando a tratar dos processos referentes a Sessão Outros.

Seguindo com a reunião, o Superintendente pontuou que o vigésimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00856.0015544/2021-39, oriundo da Diretoria Administrativa, se refere a contratação de posto de servente para Promotoria de Justiça de Mundo Novo, no valor de R\$ 39.873,24/ano. Esclareceu o Superintendente que foi realizada a mudança da Promotoria de Justiça de Mundo Novo para uma nova sede e que a solicitação em questão se trata da contratação de um posto de servente para prestação de serviços de limpeza na mencionada promotoria. Acrescentou o Superintendente que o Promotor de Justiça Dr. Márcio Bellazzi de Oliveira pontuou que não visualiza necessidade de posto de vigilância armada, em razão do imóvel que abriga a promotoria está localizada em área segura da cidade, ao lado do Fórum e sede da Polícia Militar. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O vigésimo primeiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02156.0015395/2021-53, oriundo da CSI, se refere a autorização para realização da despesa com Treinamento de Ergonomia para servidores e colaboradores da CSI, no valor de R\$ 2.800,00. Esclareceu o Superintendente que Dr. Gilberto registrou no ofício direcionado a Dra. Norma que com o advento da pandemia, impulsionando a realização do trabalho remoto, tornou-se premente a necessidade de orientação profissional aos agentes públicos sobre questões de ergonomia, afim de auxiliar os colaboradores da CSI na adaptação do espaço de trabalho em ambiente residencial, prevenir possíveis lesões causadas por condições laborais inadequadas e, conseqüentemente, evitar impactos na saúde e produtividade das pessoas. Esclareceu o Superintendente que Dr. Gilberto solicita autorização para contratação do mencionado treinamento e que será efetuada com recursos da CSI. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação. O Superintendente opinou pela autorização do pleito da CSI, contudo, como imagina que será por dispensa de licitação e este tema ser de interesse institucional, e considerando ainda a necessidade de abrangência de um número maior de pessoas dentro da Instituição, sugere que seja pensado um treinamento para um contingente maior na instituição por meio da Unidade de Qualidade de

Vida no Trabalho, incluindo a CSI. Após a sugestão do Superintendente, Dra. Cleonice ratificou o seu voto pela aprovação do pleito do CSI, bem como a sugestão do Superintendente. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O vigésimo segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02346.0010246/2021-03, oriundo da Diretoria Administrativa/Coordenação de Bens Permanentes, se refere a autorização para realização dos serviços de entrega e coleta de bens permanentes nas Unidades do Interior, no valor de R\$ 24.744,60. Explicou o Superintendente que a Instituição possui um contrato vigente para prestação de serviços de entrega e coleta de bens permanentes nas Unidades do Interior e que a Coordenação de Bens Permanentes confeccionou vários roteiros para realização dessa atividade. Explicou o Superintendente que, de acordo com a programação da Coordenação de Bens Permanentes, 18 Unidades do Interior serão contempladas com a entrega dos bens e 06 Unidades do Interior realizarão a devolução de bens. O Superintendente compartilhou a sua tela, apresentando aos membros, a relação das Unidades do Interior e exemplificando os bens que serão entregues nessas unidades. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O vigésimo terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00857.0015795/2021-97, se refere a solicitação de posto de vigilância armada para a Promotoria de Justiça de Cruz das Almas, no valor de R\$ 47.016,60/ano. Esclareceu o Superintendente que a Promotoria de Justiça de Cruz das Almas, apesar de possuir câmeras de segurança, relata que não há nenhum controle de pessoas no acesso ao interior da referida promotoria. Esclareceu ainda o Superintendente que os promotores destacam que ocorreram episódios em que pessoas com transtornos mentais ingressaram na promotoria portando objetos como pedra, martelo, além de demonstrar agressividade e proferir ameaças contra os servidores. Acrescentou o Superintendente que a solicitação da vigilância será realizada apenas durante o dia. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua

explicação, votando pela aprovação. Dra. Elza e Dr. Lourival também acompanharam o voto de Dra. Cleonice. Dr. Pedro informou que é absolutamente sensível a temática, porém pontuou que o serviço de vigilância armada é muito oneroso e sugeriu como medida preliminar o diálogo da Assistência Militar com o Comando do Batalhão de Cruz das Almas para solicitação de apoio as atividades da Instituição na mencionada Promotoria e caso não seja possível é favorável ao pleito em questão. Após a sugestão fornecida por Dr. Pedro, Dra. Cleonice informou que a deliberação poderá ser no sentido de, havendo a solução de apoio da Polícia Militar, o presente feito será arquivado, caso não seja possível a solicitação de posto de vigilância fica previamente autorizada sem a necessidade de retorno ao Comitê. Todos os membros concordaram com a deliberação proferida por Dra. Cleonice.

O vigésimo quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0015814/2021-39, oriundo do CAOCA, se refere a solicitação encaminhada pela Coordenadora do CAOCA, Dra. Márcia Rabelo Sandes, para autorização da realização de despesas com a finalidade de promoção de campanha institucional de interesse comum aos Centros de Apoio do CAOCA, CEDUC e CESAU, voltada para a conscientização da sociedade acerca dos riscos decorrentes do uso excessivo de redes sociais e da exposição da privacidade de crianças e adolescentes no ambiente digital, no valor de R\$ 40.000,00. Esclareceu o Superintendente que a solicitação encaminhada pela Coordenadora do CAOCA Dra. Márcia Rabelo, envolve também o CESAU e o CEDUC e que além de constar a assinatura de Dra. Márcia, constam também as assinaturas dos Promotores de Justiça/Coordenadores do CEDUC, Dr. Adalvo Nunes e CESAU, Dra. Patrícia Kathy Mendes. Esclareceu ainda o Superintendente que o CAOCA, CESAU, CEDUC e NUCCIBER, juntamente com o CEAF, promoverão a IV Conferência Tecnologia e Infância sem qualquer ônus para o Ministério Público do Estado da Bahia, contando com a colaboração de palestrantes externos, profissionais de excelência que se dispuseram a participar gratuitamente do evento em reconhecimento à relevância social da temática e que será realizada integralmente de forma remota no dia 08 de outubro de 2021. Acrescentou o Superintendente que a proposta elaborada em conjunto pelos Centros de Apoio foi apresentada a equipe de Publicidade da CECOM, chegando-se à estimativa de

R\$40.000,00 para a realização da campanha, que pretende ter como público-alvo crianças/adolescentes e seus pais, envolvendo a criação de peças publicitárias e a provável participação de digital influencers, com impulsionamento em redes sociais. Acrescentou ainda o Superintendente que os centros de apoio envolvidos na promoção da campanha possuem disponibilidade orçamentária para execução da mencionada campanha. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação da despesa, com a ressalva que a Instituição deverá ter muito cuidado com o que será veiculado e com o artista(digital influencer) que será contratado. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O vigésimo quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02074.0015673/2021-85, Processo SIGA 19486/2021, se refere a solicitação de auxílio para 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Macaúbas - Dr. Thomas Bryann Freitas do Nascimento.

O vigésimo sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02074.0015708/2021-39, Processo SIGA 16395/2021, se refere a Solicitação de auxílio para 1ª Promotoria de Justiça de Jacobina – Dra. Tarsila Honorata Macedo da Silva.

O Superintendente esclareceu que o vigésimo quinto e o vigésimo sexto item da pauta referem-se à solicitação de auxílio encaminhados pela Secretaria-Geral. O Superintendente solicitou o apoio de Dr. Ricardo para contribuir com a avaliação. Dr. Ricardo fez a sua explanação, bem como informou que os dois processos passaram pela Corregedoria com parecer favorável. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação em bloco do vigésimo quinto e vigésimo sexto item da pauta. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Encerrada a avaliação dos processos da Sessão Outros, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes a Diárias.

Prosseguindo com a reunião, o Superintendente sugeriu a avaliação individual de alguns itens que necessitam de pontos de atenção, bem como avaliação em bloco dos itens que estão em conformidade com o Ato Normativo de Diárias.

Todos os processos referentes a diárias serão avaliados na sequência e aqueles que não tiverem ressalvas, sua aprovação estará em bloco no final da pauta.

O sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0015597/2021-72, se refere a solicitação encaminhada pela servidora Millena Fonseca da Promotoria Regional Especializada em Meio Ambiente com Sede em Valença, de ordem do Promotor de Justiça Dr. Gustavo Fonseca Vieira para autorização de concessão de 01 diária e meia ao motorista Osvaldo Pereira dos Santos e o Policial Militar Leandro Souza dos Anjos, lotados na mencionada Promotoria Regional, em razão da necessidade de deslocamento nos dias 28 e 29 de setembro de 2021 para Boipeba, município de Cairu/BA, bem como a concessão de meia diária ao referido motorista e policial, no dia 05 de outubro de 2021, para o município de Itamari/BA, com a finalidade de cumprimento de mandados de diligência expedidos por Dr. Gustavo Fonseca Vieira, em instrução de procedimentos extrajudiciais nos dois deslocamentos.

O sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0015627/2021-88, se refere a solicitação encaminhada pelo Promotor de Justiça Dr. Márcio Henrique Pereira de Oliveira, Titular da 7ª Promotoria de Justiça de Juazeiro, para pagamento de meia diária, em razão do seu deslocamento para Promotoria de Justiça de Curaçá, no dia 23 de setembro de 2021, ante a existência de processos/procedimentos extrajudiciais físicos que demandam a sua presença na referida promotoria de substituição.

O oitavo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0015631/2021-19, se refere a solicitação encaminhada pela servidora Crystiane Regina Silva dos Santos, lotada na Promotoria de Justiça de Mutuípe, de ordem de Dr. Thiago Cerqueira Fonseca, Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus, para autorização de meia diária para o dia 22 de

setembro de 2021, em razão do seu deslocamento para realização de substituição na Promotoria de Justiça de Mutuípe.

O nono item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0015659/2021-21, se refere a solicitação encaminhada pelo Promotor de Justiça Dr. Marcel Bittencourt Silva, Titular da 2ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos, para autorização de pagamento de 04 diárias integrais, por mês, em razão do seu deslocamento para 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador. Dr. Marcel informa que foi designado como Promotor de Justiça Substituto da mencionada promotoria, de 11 de setembro a 29 de setembro de 2022 e que comparecerá presencialmente todas as sextas-feiras para despachar procedimentos extrajudiciais físicos, realizar eventuais atendimento ao público, entre outras atividades funcionais que exigem a atuação direta e presencial do membro do Ministério Público. Esclareceu o Superintendente que Dr. Marcel, possivelmente, de acordo com as informações contidas no processo, solicita autorização prévia para pagamento de 04 diárias integrais durante 01 ano. Dr. Ricardo forneceu alguns esclarecimentos para avaliação do presente item. Esclareceu ainda o Superintendente que foram avaliados processos semelhantes e que o padrão de deliberação do Comitê tem sido pela autorização de pagamento de 04 diárias pelo menos por 60 dias (04 diárias para o mês de setembro e 04 diárias para o mês de outubro). Dr. Ricardo informou que Dr. Marcel já substitui e que em tese não receberá pela diferença de entrância. Dr. Pedro informou que o pleito de Dr. Marcel é justo e que não tem nenhum óbice, apenas chamou a atenção para o quantitativo de diárias para que não haja precedentes. Dr. Ricardo acrescentou ainda mais informações, quanto ao pedido de diária integral, bem como reforçou que Dr. Marcel deverá ser orientado quanto ao pleito em questão, pois alguns colegas preferem receber a diferença de entrância e nesse caso a solicitação de diária não poderá ser efetuada em detrimento do recebimento da diferença de entrância. Dra. Cleonice sugeriu o sobrestamento do processo para que seja coletada as informações de Dr. Marcel, quanto a forma de remuneração mais adequada (diferença de entrância ou pagamento de diárias). Dra. Cleonice acrescentou mais algumas informações, bem como ratificou que só votará a matéria, após a realização da consulta ao promotor quanto a sua opção de remuneração (pagamento da diferença de

entrância ou pagamento de diárias). O Superintendente acrescentou que a consulta a Dr. Marcel será realizada pela Superintendência. Depois da sugestão de Dra. Cleonice, todos os membros deliberaram pelo sobrestamento do processo para que seja realizada a consulta a Dr. Marcel, relativa à sua opção de remuneração (pagamento da diferença de entrância ou diárias) e caso a opção seja pelo pagamento de diárias, a deliberação será pelo pagamento de 04 diárias no mês de setembro e 04 diárias no mês de outubro.

O décimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0015633/2021-33, se refere a solicitação encaminhada pela Sgt PM Francelina Silva, de ordem do Assistente Militar Ten Cel Gilberto Morbeck para autorização de pagamento de meia diária aos Policiais Militares Rebeca Fagundes Vieira Alencar de Gino (SIMP 003.0.1751/2021), Adilson Vieira dos Santos (SIIMP 003.0.1747/2021), Giancarlo Camacho Garcia (SIMP 003.0.1748/2021) e Girlene Ernestina de Jesus (SIMP 003.0.1750/2021), em razão de deslocamento no dia 17 de agosto de 2021 para acompanhamento e segurança pessoal da Procuradora-Geral de Justiça Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, com a finalidade de missão Institucional na Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana.

O décimo primeiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0015724/2021-88, se refere a solicitação encaminhada pelo Promotor de Justiça Dr. Audo da Silva Rodrigues, Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana, para pagamento de diária ao Assessor Técnico-Jurídico Antônio Cardoso Corrêa, lotado na 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana, em razão da necessidade de seu deslocamento no dia 08 de outubro de 2021, saindo às 05h e retorno no mesmo dia, para auxiliá-lo na Comarca de Morro do Chapéu, 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Substituição, devido à correição que será realizada, no tocante ao extrajudicial existente. Esclareceu o Superintendente que a solicitação de Dr. Audo se refere ao pagamento de meia diária para o seu assessor. Esclareceu ainda o Superintendente que a Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu possui 02 promotorias e 01 servidor Assistente Técnico Administrativo e que o padrão de deliberação do Comitê tem sido pelo não pagamento de diárias ao Assessor para as localidades que possuem servidor. Acrescentou o Superintendente que o servidor da localidade poderá

fornecer apoio ao promotor, bem como o seu Assessor poderá auxiliá-lo remotamente. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pelo indeferimento para que não haja precedente e ainda reforçou que o servidor da promotoria poderá fornecer apoio a Dr. Audo Rodrigues, bem como o seu assessor poderá auxiliá-lo a distância. Dr. Pedro pediu licença a Dra. Elza e Dr. Lourival para proferir a sua manifestação. Dr. Pedro fez a sua explanação, acompanhando o voto de Dra. Cleonice. Após a manifestação de Dra. Cleonice e para que não haja quebra da regra estabelecida pelo Comitê, Dra. Elza acompanhou o voto de Dra. Cleonice. Dr. Lourival, Dr. Ricardo e o Superintendente também acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O décimo segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0015650/2021-92, se refere a solicitação encaminhada pela Diretoria Administrativa/Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para apreciação pelo Comitê de Repactuação Orçamentária das diárias de membros e servidores. Esclareceu o Superintendente que a Coordenação de Execução Orçamentária registrou o processo em questão para avaliação de meia diária, referente a Solicitação e-Dia 708.7.83/2021, para o Assessor Técnico-Jurídico de Promotoria Ageilton Pereira, lotado na Promotora de Justiça Regional de Teixeira de Freitas, face a necessidade de acompanhamento do Promotor de Justiça Dr. Fábio Fernandes Correa, Titular da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Teixeira de Freitas, no dia 15 de setembro de 2021, na Promotoria de Substituição de Itanhém e que a Promotoria de Justiça de Itanhém não possui servidor, apenas possui um Assessor Jurídico de Promotoria da Promotora que está na mencionada promotoria. Dr. Ricardo informou ao Superintendente que Dra. Patrícia, que estava em Itanhém, foi para Casa Nova e que o seu Assessor possivelmente a acompanhou para Casa Nova. Ratificou Dr. Ricardo que Dr. Fábio se tornou o Promotor Substituto de Itanhém e que imagina que Dra. Patrícia tenha levado o seu Assessor para Casa Nova. Acrescentou o Superintendente que verificará se a Promotoria de Itanhém possui Assessor. Dra. Cleonice acrescentou mais algumas informações, bem como sinalizou que, possivelmente, a Promotora de Justiça que substituíra em Itanhém levou o seu Assessor para Casa Nova, de modo que, se a Promotoria de Justiça de Itanhém

não tem servidor e Assessor, justifica o pagamento da meia diária de Teixeira de Freitas para Itanhém.

Seguindo com a avaliação do décimo segundo item, o Superintendente informou que 03 diárias, referente a Solicitação e-Dia 007.7.92/2021, foram registradas para Dr. Ailson de Almeida Marques, Titular da Promotora de Justiça de Amargosa, face a realização de substituição de 27 a 30 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Carinhanha; 03 diárias, referente a Solicitação e-Dia 007.7.93/2021, para Dr. Ailson de Almeida Marques, Titular da Promotora de Justiça de Amargosa, face a realização de substituição de 18 a 21 de outubro de 2021 na Promotoria de Justiça de Carinhanha; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 692.7.56/2021, para o motorista André Andrade Vieira, lotado na Promotora de Justiça Regional de Guanambi, face a necessidade de condução do servidor Michael Freire, no dia 15 de setembro de 2021, para Promotoria de Justiça de Carinhanha; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 708.7.88/2021, para Dr. Fábio Fernandes Correa, Titular da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Teixeira de Freitas, face a realização de substituição no dia 15 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Itanhém; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 708.7.102/2021, para Dr. Fábio Fernandes Correa, Titular da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Teixeira de Freitas, face a realização de substituição no dia 29 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Itanhém; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 600.7.104/2021, para Dr. Felipe Otaviano Ranauro, Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus, face a realização de substituição no dia 30 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Valença; 01 diária e meia, referente a Solicitação e-Dia 003.7.77/2021, para o motorista Flávio Nunes Vieira Neto, lotado na Coordenação de Transportes, face a necessidade de condução do servidor Leonardo Pimentel, lotado no CEAT, para realização de inspeção nas Promotorias de Justiça de Valença e Camamu, de 14 a 15 de setembro de 2021; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 592.7.70/2021, para Dr. Igor Clovis Silva Miranda, Titular da 4ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim, face a realização de substituição no dia 22 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Itiúba.

Todos os membros aprovaram as solicitações de diárias contidas no mencionado processo, com a ressalva apenas para solicitação de meia diária, referente a Solicitação e-Dia 708.7.83/2021, para o Assessor Técnico-Jurídico de Promotoria Ageilton Pereira de Dr. Fábio Fernandes Correa com a condição de verificação se o Assessor Jurídico que atuava na Promotoria de Justiça de Itanhém acompanhou a Promotora que assumiu a Promotoria de Justiça de Casa Nova e que exercia a substituição na Promotoria de Justiça de Itanhém, justificando o pagamento de meia diária ao Assessor de Dr. Fábio por não haver servidor/assessor na Promotoria de Justiça de Itanhém.

O décimo terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0015707/2021-06, se refere a solicitação encaminhada pela Diretoria Administrativa/Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para apreciação pelo Comitê de Repactuação Orçamentária das diárias de membros e servidores. Esclareceu o Superintendente que a Coordenação de Execução Orçamentária registrou o processo em questão para avaliação de meia diária, referente a Solicitação e-Dia 003.7.87/2021, para o motorista Pedro Álvaro Soussa Nuno Pereira, lotado na Coordenação de Transportes, face a necessidade de condução do servidor Wagner Aquino dos Anjos, lotado no CEAT, para realização de inspeção na Promotoria de Justiça de Itanagra, no dia 14 de setembro de 2021; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 003.7.119/2021, para o motorista Pedro Álvaro Soussa Nuno Pereira, lotado na Coordenação de Transportes, face a necessidade de condução da servidora Ana Carina Pereira, lotada no CEAT, para realização de inspeção na Promotoria de Justiça de Cachoeira, no dia 16 de setembro de 2021; 01 diária e meia, referente a Solicitação e-Dia 597.7.80/2021, para Dr. Tarcisio Robslei França, Titular da 3ª Promotora de Justiça de Valença, face a realização de substituição de 27 a 28 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Camamu; 01 diária, referente a Solicitação e-Dia 598.7.59/2021, para o Assistente Técnico Administrativo Vinicius Castro da Costa, lotado na Promotora de Justiça Regional de Juazeiro, face a necessidade de acompanhamento do Promotor de Justiça Dr. Raimundo Nonato Santana Moinhos, Titular da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro, de 14 a 15 de setembro de 2021, na Promotoria de Substituição de Sento Sé; 01 diária, referente a Solicitação e-Dia 598.7.63/2021, para o Assistente Técnico

Administrativo Vinicius Castro da Costa, lotado na Promotora de Justiça Regional de Juazeiro, face a necessidade de acompanhamento do Promotor de Justiça Dr. Raimundo Nonato Santana Moinhos, Titular da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro, de 22 a 23 de setembro de 2021, na Promotoria de Substituição de Sento Sé; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 003.7.97/2021, para o motorista Valdeinei de Jesus Macedo, lotado na Coordenação de Transportes, face a necessidade de condução da servidora Lindiane Freire de Santana Lima, lotada no CEAT, para realização de inspeção na Promotoria de Justiça de Cruz das Almas, no dia 15 de setembro de 2021; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 677.7.110/2021, para Dr. Fernando Rodrigues de Assis, Titular da 4ª Promotora de Justiça de Brumado, face a realização de substituição no dia 16 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Ituaçu; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 712.7.99/2021, para Dra. Leticia Campos Baird, Titular da 3ª Promotora de Justiça de Serrinha, face a realização de substituição no dia 28 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Santaluz; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 712.7.109/2021, para a Assessora Técnico Jurídica Jessyca Matos Silva, lotada na Promotora de Justiça Regional de Serrinha, face a necessidade de acompanhamento da Promotora de Justiça Dra. Letícia Campos Baird, Titular da 3ª Promotoria de Justiça de Serrinha no dia 28 de setembro de 2021 na Promotoria de Substituição de Santaluz; 04 diárias, referente a Solicitação e-Dia 591.7.105/2021, para Dr. Luciano Valadares Garcia, Titular da 6ª Promotora de Justiça de Lauro de Freitas, face a realização de substituição de 26 a 30 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 712.7.98/2021, para Dra. Nubia Rolim dos Santos, Titular da 1ª Promotora de Justiça de Serrinha, face a realização de substituição no dia 15 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Queimadas. Esclareceu o Superintendente que apenas a solicitação de meia diária, referente a Solicitação e-Dia 712.7.109/2021, para a Assessora de Dra. Letícia Baird está fora do padrão, em razão da Promotoria de Justiça de Santaluz possuir servidor.

Todos os membros aprovaram as solicitações de diárias contidas no processo em questão, com exceção da solicitação de meia diária, referente a Solicitação e-Dia

712.7.109/2021, para a Assessora Jessyca Matos Silva de Dra. Letícia Campos Baird, em razão da Promotoria de Justiça de Santaluz possuir servidor.

O décimo quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0015706/2021-96, se refere a solicitação encaminhada pela Diretoria Administrativa/Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para apreciação pelo Comitê de Repactuação Orçamentária das diárias de membros e servidores. Esclareceu o Superintendente que a Coordenação de Execução Orçamentária registrou o processo em questão para avaliação de meia diária, referente a Solicitação e-Dia 692.7.53/2021, para o Assistente Técnico Administrativo Michael John Dias Freire, lotado na Promotora de Justiça Regional de Guanambi, face a necessidade de deslocamento no dia 15 de setembro de 2021 para Promotoria de Justiça de Carinhanha, a pedido de Dr. Ailson de Almeida Marques, Promotor de Justiça Substituto de Carinhanha, com a finalidade de cumprimentos dos despachos, organização dos expedientes, digitalização e organização dos arquivos; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 598.7.55/2021, para o motorista Milton Romualdo de Sousa, lotado na Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro, face a necessidade de condução de Dr. Raimundo Moinhos, Titular da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro, no dia 14 de setembro de 2021, para Promotoria de Justiça de Sento Sé; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 600.7.103/2021, para Dr. Felipe Otaviano Ranauro, Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus, face a realização de substituição no dia 20 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Valença; 01 diária, referente a Solicitação e-Dia 598.7.60/2021, para Dr. Raimundo Nonato Santana Moinhos, Titular da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro, face a realização de substituição de 14 a 15 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Sento Sé; 01 diária, referente a Solicitação e-Dia 598.7.61/2021, para Dr. Raimundo Nonato Santana Moinhos, Titular da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro, face a realização de substituição de 22 a 23 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Sento Sé; 01 diária, referente a Solicitação e-Dia 598.7.62/2021, para Dr. Raimundo Nonato Santana Moinhos, Titular da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro, face a realização de substituição de 29 a 30 de setembro de 2021 na Promotoria de Justiça de Sento Sé; 03 diárias e meia, referente a Solicitação e-Dia 598.7.81/2021, para o servidor Roberto Paulo da Cruz Pereira, lotado na

Coordenação de Transportes, face a necessidade de deslocamento para Promotoria de Justiça Regional de Teixeira de Freitas, de 14 a 17 de setembro de 2021, para recolhimento dos processos destinados a digitalização; Meia diária, referente a Solicitação e-Dia 598.7.74/2021, para Dr. Sebastião Coelho Correia, Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Juazeiro, face a realização de substituição na Promotoria de Justiça de Sento Sé, no dia 02 de setembro de 2021; 01 diária e meia, referente a Solicitação e-Dia 598.7.75/2021, para Dr. Sebastião Coelho Correia, Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Juazeiro, face a realização de substituição na Promotoria de Justiça de Sento Sé, de 15 a 16 de setembro de 2021; 01 diária e meia, referente a Solicitação e-Dia 598.7.76/2021, para Dr. Sebastião Coelho Correia, Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Juazeiro, face a realização de substituição na Promotoria de Justiça de Sento Sé, de 22 a 23 de setembro de 2021.

O décimo quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0015788/2021-51, se refere a solicitação encaminhada pelo Promotor de Justiça Dr. Davi Gallo Barouh, Titular da 2ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri - 2º Promotor de Justiça, para autorização de deslocamento de 27 de setembro a 01 de outubro de 2021, face a realização de substituição na Promotoria de Justiça de Serrinha. Esclareceu o Superintendente que a solicitação de Dr. Davi Gallo se refere ao pedido de 04 diárias. Esclareceu ainda o Superintendente que o Comitê aprovou em outras reuniões o pagamento de 02 diárias para os deslocamentos com distâncias próximas e citou o exemplo da solicitação de Camaçari para Rio Real. Dr. Pedro fez a sua explanação, acrescentando mais informações para avaliação da solicitação de Dr. Davi. Dr. Lourival também fez a sua explanação, acrescentando mais informações. Dr. Pedro sugeriu o deferimento das 04 diárias para Dr. Davi e pontou que talvez seja necessário criar uma regra para que seja comprovada a realização da atividade presencial nas próximas avaliações. Dr. Ricardo também fez a sua explanação, acrescentando mais informações. Ratificou o Superintendente o voto de Dr. Pedro e Dr. Ricardo pelo deferimento das 04 diárias para Dr. Davi Gallo. Dra. Cleonice votou pela aprovação das 04 diárias com a condição de comprovação da atividade presencial ou realização de júri. Dra. Elza, Dr. Lourival e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O décimo sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0015789/2021-58, se refere a solicitação encaminhada pela Assessora Técnico-Jurídica Rohana Rocha Pires Dantas, lotada na 1ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - 1º Promotor de Justiça, de ordem de Dra. Sara Gama Sampaio, Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - 1º Promotor de Justiça, para autorização de passagens aéreas e diárias com a finalidade de participação de audiência pública com o Tema “A implementação da Lei nº 14.149/2021 e a articulação com a rede de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher”, no dia 27 de setembro de 2021, às 14h30, no Plenário 11 do anexo II da Câmara dos Deputados, em Brasília/DF.

O décimo sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.45340.0015360/2021-22, se refere a solicitação registrada pelo CEAF para autorização de emissão de passagens aéreas e 04 diárias e meia para o Promotor de Justiça Dr. Millen Castro Medeiros de Moura, Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Itapetinga, em razão da sua participação como Instrutor do Curso de Adaptação Funcional dos Novos Promotores de Justiça, de 24 a 28 de outubro de 2021, em Salvador. Salientou o Superintendente que o CEAF solicita 04 diárias e meia para Dr. Millen e que o limite estabelecido são 04 diárias. Esclareceu o Superintendente que Dr. Millen se deslocará no dia 23 de outubro de 2021, em razão da escassez de voo de Vitória da Conquista para Salvador, que a solicitação de diária será a partir do dia 24 de outubro de 2021 e que no dia 28 de outubro de 2021, o deslocamento de Dr. Millen de Vitória da Conquista para Itapetinga será realizado por via terrestre. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação e se absteve da votação. Dra. Elza fez a sua explanação e indeferiu o pagamento de 04 diárias e meia. Dr. Pedro fez a sua explanação, sugerindo ao Comitê, se for o caso para que Dr. Tiago justifique o pleito em questão, mas votou pelo deferimento das 04 diárias e meia. Dr. Lourival fez a sua explanação, pediu licença para divergir de Dra. Cleonice e Dra. Elza, acompanhando o voto de Dr. Pedro. Dra. Cleonice acrescentou mais algumas informações, mantendo a sua abstinência na votação. Dr. Ricardo acompanhou o voto de Dr. Pedro e Dr. Lourival. O Superintendente acompanhou o voto de Dr. Pedro e Dr. Lourival, com

a ressalva para o limite de 04 diárias, bem como acrescentou que o curso começa na segunda-feira e que pela programação dos voos, Dr. Millen chegará a Salvador no sábado, em razão da disponibilidade de voo, sugerindo o registro do início da diária no dia 24 de outubro de 2021 a noite para que coincida com o retorno no dia 28 de outubro de 2021 também a noite, representando o pagamento de 04 diárias. Dr. Pedro, Dr. Lourival e Dr. Ricardo acompanharam a sugestão fornecida pelo Superintendente.

O décimo oitavo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0015628/2021-95, se refere a solicitação encaminhada por Dr. Julimar Barreto Ferreira, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Santo Antônio de Jesus, através de e-mail, para pagamento de 03 meias diárias ao Policial Militar Nelson José Boa Hora Lobo, 02 meias diárias ao Motorista Wilson de Jesus de Souza e meia diária ao Motorista Guilherme Sales Barbosa Neto. Esclareceu o Superintendente que o Policial Militar Nelson José Boa Hora Lobo solicitou meia diária, referente ao dia 19 de agosto de 2021 (SIMP 003.0.1831/2021), em razão do seu deslocamento de Santo Antônio de Jesus para Amargosa e Laje, com a finalidade de averiguar denúncia de supressão de vegetação em área de Mata Atlântica conforme denúncia constatada em notícia de fato IDEA nº. 600.9.236070/2021; Meia diária, referente ao dia 23 de agosto de 2021 (SIMP 003.0.1874/2021), em razão do seu deslocamento de Santo Antônio de Jesus para Mutuípe, com a finalidade de apoio aos prepostos da Promotoria Ambiental e da Secretaria de Meio Ambiente do município de Mutuípe em verificação de denúncias de desmatamento e Meia diária, referente ao dia 31 de agosto de 2021 (SIMP 003.0.1986/2021), em razão do seu deslocamento de Santo Antônio de Jesus para Amargosa, por determinação de Dr. Julimar Barreto Ferreira, para realizar entrega de notificações e verificação de denúncias de crimes ambientais na referida cidade. Esclareceu ainda o Superintendente que o motorista Wilson de Jesus de Souza solicitou meia diária, referente ao dia 19 de agosto de 2021 (SIMP 600.0.1832/2021), em razão do seu deslocamento de Santo Antônio de Jesus para Amargosa e Laje na condução do Policial Nelson José Boa Hora Lobo para averiguar denúncia de supressão de vegetação em área de Mata Atlântica conforme denúncia constatada em notícia de fato IDEA nº. 600.9.236070/2021 e meia diária, referente ao dia 31 de agosto de 2021 (SIMP

600.0.1987/2021), em razão do seu deslocamento de Santo Antônio de Jesus para Amargosa, por determinação de Dr. Julimar Barreto Ferreira, na condução do Policial Nelson José Boa Hora Lobo para realizar entrega de notificações e verificação de denúncias de crimes ambientais na referida cidade. Informou o Superintendente que o motorista Guilherme Sales Barbosa Neto solicitou apenas meia diária, referente ao dia 23 de agosto de 2021 (SIMP 600.0.1873/2021), em razão do seu deslocamento de Santo Antônio de Jesus para Mutuípe na condução dos prepostos da Promotoria Ambiental e Secretaria de Meio Ambiente do município de Mutuípe em verificação de denúncias de desmatamento.

O décimo nono item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00856.0014665/2021-94, se refere a solicitação registrada pela Diretoria Administrativa para apreciação pelo Comitê de Repactuação das diárias excedentes de dois servidores. Explicou o Superintendente que 01 diária, referente ao Processo SIMP 003.0.1888/2021, para o servidor Valmir Lopes de Santana, lotado na Coordenação de Manutenção Predial, em razão de sua permanência para concluir os serviços de reforma na Promotoria de Justiça Regional de Ibotirama, excedeu em uma diária a solicitação anteriormente aprovada pelo Comitê de Repactuação Orçamentária, no dia 21 de julho de 2021, conforme processo SEI 19.09.00994.0009260/2021-76 e meia diária, referente ao Processo SIMP 706.0.1416/2021, para o motorista Edson Ferreira da Silva, lotado na Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro, em razão da distância de Porto Seguro para Salvador, com a finalidade de transportar os processos da 6ª Promotoria de Justiça e Promotoria Ambiental de Porto Seguro, o motorista excedeu em meia diária a solicitação anteriormente aprovada pelo Comitê de Repactuação Orçamentária, no dia 14 de julho de 2021, conforme Processo SEI 19.09.01087.0010128/2021-47.

O Superintendente antecipou o seu voto, votando pela aprovação em bloco do sexto, sétimo, oitavo, décimo, décimo quarto, décimo sexto, décimo oitavo e décimo nono da pauta, por estarem em conformidade. Todos os membros acompanharam o voto do Superintendente.

Nada mais tendo a discutir, deu-se por encerrada a reunião.

Salvador, 22 de setembro de 2021.

Dr. Pedro Maia
Chefe de Gabinete

Dr. Ricardo Assis
Secretário-Geral Adjunto

Dra. Cleonice Souza de Lima
Corregedora Geral

Dra. Elza Maria de Souza
Procuradora de Justiça

Dr. Lourival Miranda de Almeida Júnior
Coordenador da Gestão Estratégica

Frederico Welington Silveira Soares
**Superintendente de Gestão
Administrativa**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Chefia de Gabinete informando que, em reunião do Comitê de Repactuação Orçamentária realizada no dia 22/09/2021, foram tratados dentre outros temas, a solicitação formulada pela Diretoria de Finanças e Contabilidade, referente a prestação de serviços técnicos especializados de capacitação, através da assinatura anual do Sistema Web denominado “Gestão Tributária”, versão Diamante, no valor de R\$ 10.788,00.

Após explanações, todos os presentes se manifestaram pelo **deferimento** do pleito.

Ante ao exposto, encaminhamos o procedimento juntamente com cópia da ata da referida reunião para deliberação final da Procuradoria Geral de Justiça conforme prevê o Ato Normativo 07/2020, alterado pelos Atos Normativos nº 048/2020 e nº 035 de 28 de junho de 2021, com efeitos extensivos até 30 de setembro de 2021.

Em tempo, nos colocamos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Cordialmente,

FREDERICO WELINGTON SILVEIRA SOARES
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 27/09/2021, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0201969** e o código CRC **6AB94435**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

- Autorizado pela Procuradoria Geral de Justiça, nos termos da manifestação do Comitê de Repactuação Orçamentária.
- Encaminhe-se o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para conhecimento e adoção das providências pertinentes, inclusive quanto às comunicações necessárias.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti** em 28/09/2021, às 12:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0202098** e o código CRC **7DCA4733**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando que o pleito formulado pela Diretoria de Contabilidade e Finanças foi devidamente autorizado pela Procuradoria Geral de Justiça, nos termos da manifestação do Comitê de Repactuação Orçamentária, relativo à inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa **Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda – EPP.**, no valor de R\$ 10.788,00 (dez mil e setecentos e oitenta e oito reais), para prestação de serviços técnicos especializados de capacitação, através da assinatura anual do sistema *web* denominado “*Gestão Tributária*”, *versão diamante*, com acesso de até 12 (doze) usuário, encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para providências necessárias.

Anexa, minuta da Portaria 274/2021, relativa à indicação de fiscal e suplente.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 28/09/2021, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0202745** e o código CRC **6C462558**.

PORTARIA Nº 274/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Jessé Lopes de Santana matrícula nº 353.677 e Victor Lordelo San Martin, matrícula nº 353.676, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº -----/-SGA, para prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema Web denominado Gestão Tributária, Plano Diamante.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 28 de setembro de 2021.

Frederico Welington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o procedimento à unidade demandante acompanhado do extrato da publicação do resumo da Autorização de Inexigibilidade de Licitação no Diário da Justiça Eletrônico nº 2.952, do dia 30/09/2021, bem como do instrumento contratual devidamente numerado, **para que sejam adotadas as diligências relativas à coleta de assinatura da empresa contratada.**

No ensejo, esclarecemos que a assinatura do Contrato deverá ser feita, prioritariamente, via SEI, ou, alternativamente, mediante assinatura digital. Neste último caso, deverá ser anexado ao procedimento, além do pdf contendo o documento assinado, a certificação de validade da assinatura digital.

Por fim, salientamos que procedemos à consulta da situação da empresa contratada, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a administração pública (docs anexos), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos ainda, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público estadual, que, após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à empresa.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 30/09/2021, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0203325** e o código CRC **0DB9A384**.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 29/09/2021 13:39:35

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA**
CNPJ: **09.094.300/0001-51**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Consultar Restrição Contratar Administração Pública

Detalhar

CNPJ

Razão Social

09.094.300/0001-51

OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA

Nome Fantasia

OPEN CONSULTORIA, TREINAMENTOS, EDITORA E SISTEMAS

Situação

Situação Cadastral

Idoneo

Credenciado

VOLTAR

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

FILTROS APLICADOS:

Nome: OPEN

CPF / CNPJ: 09094300000151

LIMPAR

Data da consulta: 29/09/2021 13:35:58

Data da última atualização: 28/09/2021 18:00:09

| DETALHAR | CNPJ/CPF DO SANCIONADO | NOME DO SANCIONADO | UF DO SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | TIPO DA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO | QUANTIDADE |
|----------------------------|------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|----------------|------------------------------|------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | | |



ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Administração



CERTIFICADO DE REGISTRO SIMPLIFICADO - CRS
Nº 0023515-6

Data Inscrição: 15/07/2014

Data Renovação: 16/10/2020

Vencimento : 11/10/2021

DADOS DO FORNECEDOR

CNPJ: 09.094.300/0001-51
Razão Social: OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP
Nome Fantasia: OPEN TREINAMENTOS
Situação Cadastral: Ativos
Endereço: RUA EDISTIO PONDE SL 909, 353 ED EMP TANCREDO NEVES STIEP
Município: SALVADOR
Estado: BA CEP: 41.770-395

SÓCIO (S)

| NOME: | CGC/CPF: | PARTICIPAÇÃO: | SÓCIO SERVIDOR: |
|---------------------------------------|------------|---------------|--------------------|
| EUZILDA MARQUES DA SILCA | [REDACTED] | 5% | NÃO |
| ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS | [REDACTED] | 95% | NÃO |

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Válido para a Modalidade de Convite ou Pregão até o valor de Convite, conforme legislação vigente, observadas as exigências adicionais estabelecidas nos instrumentos convocatórios.

DOCUMENTOS

| Habilitação Jurídica | Nº Documento | Vencimento | Vencido | Situação da Certidão |
|--|------------------------|-------------------|----------------|---------------------------------|
| CNPJ/CPF | 09.094.300/0001-51 | | | |
| CONTRATO SOCIAL | 22/02/2016 | | | |
| Regularidade Fiscal e Trabalhista | Nº Documento | Vencimento | Vencido | Situação da Certidão |
| CADASTRO DE CONTRIBUINTE ESTADUAL | 010.764.886 | | | |
| CADASTRO DE CONTRIBUINTE MUNICIPAL | 290.076/001-40 | | | |
| REGULARIDADE FAZENDA FEDERAL E A DIVIDA ATIVA E INSS | S/N | 07/08/2021 | X | 2 |
| REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL | 20213917925 | 22/11/2021 | | NEGATIVA |
| REGULARIDADE COM A FAZENDA MUNICIPAL | 1100796 | 25/03/2022 | | Negativo |
| REGULARIDADE COM O FGTS - CEF | 2021090701340518177909 | 06/10/2021 | | |
| CERTIDAO DE DEBITOS TRABALHISTAS | 15148799/2021 | 05/11/2021 | | |

Qualificação Técnica

Nº Documento

Vencimento

Qualificação Econômico-Financeira

Nº Documento

Vencimento

CÓDIGOS DAS FAMÍLIAS DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS PARA OS QUAIS A EMPRESA ESTÁ APTA A FORNECER

01.88 ASSINATURA DE USO DE BANCO DE DADOS

02.34 CAPACITACAO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação da validade na internet no endereço www.comprasnet.ba.gov.br - Imprimir Certificado ou através do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços - SIMPAS - Extrato do Fornecedor.

Emitido em, 29/09/2021 às 13:40



Estado da Bahia

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica

CPF/CNPJ: 09094300000151

Tipo de Suspensao: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

Voltar



Governo do Estado da Bahia



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **EUZILDA MARQUES DA SILVA**

CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:16:42 do dia 29/09/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: INFN290921141642

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: XXXXXXXXXX

LIMPAR

Data da consulta: 29/09/2021 14:02:11
Data da última atualização: 28/09/2021 18:00:09

| DETALHAR | CNPJ/CPF DO SANCIONADO | NOME DO SANCIONADO | UF DO SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | TIPO DA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO | QUANTIDADE |
|----------------------------|------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|----------------|------------------------------|------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | | |

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

[Voltar](#)



Governo do Estado da Bahia

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: XXXXXXXXXX

LIMPAR

Data da consulta: 29/09/2021 14:02:11
Data da última atualização: 28/09/2021 18:00:09

| DETALHAR | CNPJ/CPF DO SANCIONADO | NOME DO SANCIONADO | UF DO SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | TIPO DA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO | QUANTIDADE |
|----------------------------|------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|----------------|------------------------------|------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | | |

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Tipo de Suspensão: Todas

| Razão Social | CNPJ/CPF | Portaria | Prazo | Expiração |
|--------------|----------|----------|-------|-----------|
|--------------|----------|----------|-------|-----------|

[Voltar](#)



Governo do Estado da Bahia



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:31:22 do dia 29/09/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 6FP7290921143122

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Contrato nº 097/2021-SGA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº 097/2021 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP**, CNPJ nº 09.094.300/0001-51, estabelecida à Rua Edístio Pondé, nº 353, Cj 909/910, Stiep, Salvador/BA, representada por seu representante legal, **Alexandre Marques Andrade Lemos**, CPF/MF nº [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2021-DADM, protocolado sob o nº 19.09.02353.0011630/2021-29, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema web denominado “Gestão Tributária”, versão diamante, com acesso via Internet, para até 12 (doze) usuários do Ministério Público do Estado da Bahia, mediante autenticação por login/senha.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O regime de execução a ser adotado deverá ser o de empreitada por preço global;

2.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).



Contrato nº 097/2021-SGA

2.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.3 O prazo para execução dos serviços é de 03 (três) dias, contados da data da entrega à **CONTRATADA**, da Nota de empenho, acompanhada, se for o caso, da autorização de serviços, e do instrumento contratual;

2.3.1 O prazo de execução poderá ser prorrogado por mais 03 (três) dias, desde que seja formalmente solicitado pela **CONTRATADA** antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pela Instituição.

2.4 O recebimento dos serviços prestados ficará sob a responsabilidade de um representante da Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**, em conjunto com o fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, caso este não seja integrante daquela Diretoria;

2.4.1 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

2.4.2 O recebimento provisório se dará no prazo de 03 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização do sistema ao Ministério Público do Estado da Bahia. E ficará a cargo de servidor vinculado à Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**;

2.4.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato se dará no prazo de 03 (três) dias úteis, e será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

2.5 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.5.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a adequar ou refazer o serviço, às suas expensas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação expedida pelo **CONTRATANTE**;

2.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.7 A contratação se destina à assinatura anual para utilização dos serviços do sistema “Gestão Tributária” da **CONTRATADA**, com acesso via Internet pelo site www.gestaotributaria.com.br, para até 12 (doze) usuários do **CONTRATANTE**, mediante autenticação por login/senha;



Contrato nº 097/2021-SGA

2.7.1 Os perfis de acessos (login/senha individualizados) à plataforma deverão ser disponibilizados no prazo máximo de até 01 (um) dia útil, a contar da data de solicitação;

2.7.2 O prazo de duração da assinatura de será de 01 (um) ano, contado a partir da liberação da primeira senha de acesso solicitada, independentemente do prazo de vigência contratual;

2.7.3 Admite-se a substituição de usuários do **CONTRATANTE** ao sistema no curso da vigência contratual, mediante solicitação expressa, respeitado sempre o número máximo de perfis contratado;

2.8 O sistema Gestão Tributária deverá permitir acesso e utilização contínuos de todas as ferramentas, funcionalidades e conteúdos disponíveis aos usuários, englobando minimamente:

2.8.1 Ferramenta e funcionalidades:

2.8.1.1 GT-Fácil: ferramenta de consulta sobre as retenções e encargos tributários relativos ao INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS aplicáveis conforme cada tipo de serviço. A ferramenta deverá operar com as seguintes funcionalidades mínimas:

a) oferecer informações relevantes, de maneira objetiva;

b) a partir da indicação, pelo usuário, do tipo de serviço, indicar quais os tributos que incidem sobre a operação, além do fundamento legal, base de cálculo, alíquota, vencimento, tratamento do optante do Simples Nacional, dentre outros detalhes. Para tanto, deverá disponibilizar, pelo menos, as seguintes formas de pesquisa:

b.1) pesquisa livre;

b.2) pesquisa por CNAE (baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas);

b.3) pesquisa pela lista da Lei Complementar nº 116/2003 (que trata do ISS)

c) gerar informações e respostas específicas sobre o Imposto sobre Serviços – ISS aplicável por Município, a partir da indicação, pelo usuário, acerca do local de incidência do tributo;

d) disponibilizar simulador de cálculos das retenções tributárias (INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS);

e) possibilitar a geração de relatório(s) em formato PDF, com opções de salvamento e impressão;



Contrato nº 097/2021-SGA

f) permitir a realização de consultas ilimitadas por todos os usuários cadastrados;

2.8.2 Conteúdos de capacitação e orientação, através da disponibilização de:

2.8.2.1 Disponibilização de compêndio de legislação filtrada, voltada às retenções e encargos que incidem sobre os contratos, direcionados às temáticas sobre INSS, IRRF, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/PASEP e COFINS) e ISS incidentes na fonte nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas;

2.8.2.2 vídeos explicativos acerca de questões polêmicas, proporcionando orientações técnicas especializadas sobre como proceder diante de dúvidas comuns relacionadas à gestão tributária;

2.8.2.3 séries exclusivas produzidas pelo corpo de especialistas da **CONTRATADA**, voltadas à orientação acerca das principais polêmicas relacionadas às retenções e encargos tributários incidentes na fonte;

2.8.2.4 Acesso às seguintes publicações periódicas, produzidas pela empresa **CONTRATADA**:

a) Descomplicando +: Vídeos instrutores sobre a aplicação prática daquilo que se mostra complexo quando da leitura da legislação;

b) GT Resolve: Orientações sobre a utilização da ferramenta GT-Fácil para a solução de dúvidas bastante comuns no dia a dia da Administração;

c) Dica Rápida: Orientações objetivas sobre como proceder diante de dúvidas comuns acerca da apuração e recolhimento dos principais tributos incidentes na fonte;

d) Alerta GT: Compilação das principais novidades da legislação tributária ou da jurisprudência, que exijam revisão de procedimentos adotados pela Administração;

e) Caça-Obrigações: Comentários e vídeos sobre obrigações acessórias, tais como eSocial, EFD-Reinf, DCTFWeb, DIRF, GFIP e outras, sobre as quais as entidades públicas devem apresentar;

f) ISS in Loco: Explicações acerca de aspectos específicos da legislação do ISS dos principais municípios do Brasil;

2.8.3 Serviço de informação fiscal (IF), o qual viabiliza o envio de questionamentos específicos acerca da incidência de INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS sobre os pagamentos a seus contratados, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas;



Contrato nº 097/2021-SGA

2.8.3.1 Deverá a **CONTRATADA** apresentar resposta(s) aos questionamentos sempre por escrito, com indicação da fundamentação necessária, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis;

2.9 O objeto contratual engloba a realização de treinamentos e/ou suporte técnico a todos os servidores do **CONTRATANTE** que utilizarão o sistema contratado, sempre que lhe for solicitado;

2.9.1 Os treinamentos/suportes técnicos deverão ocorrer nas seguintes modalidades:

2.9.1.1 Telefônica, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;

2.9.1.2 Eletrônica, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por videoconferência, comunicadores VoIP (tais como o programa Skype), e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do sistema Gestão Tributária;

2.9.1.3 Presencial, na sede do **CONTRATANTE** na cidade de Salvador - BA, mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao **CONTRATANTE**;

2.9.2 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação destas, conforme a seguir discriminado:

2.9.2.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema, devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

2.9.2.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos, devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas;

2.9.2.3 Solicitações do tipo padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 24 (vinte e quatro) horas, ou mediante prazo ajustado entre as partes;

2.10 A execução dos serviços deverá garantir a atualização do sistema sempre que houver melhorias ou implementação de novas versões, decorrentes de alterações legais, tecnológicas e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela **CONTRATADA**;

2.11 A **CONTRATADA** informará, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, o lançamento de novas versões do Sistema que eventualmente exijam evolução no ambiente tecnológico do **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

2.12 O sistema deverá ter a devida garantia até o término contratual, ficando a **CONTRATADA** obrigada a realizar manutenções corretivas e preventivas necessárias ao seu pleno funcionamento, de modo a impedir ocorrência de solução de continuidade;



Contrato nº 097/2021-SGA

2.13 Os serviços correlatos deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

2.14 A execução dos serviços deverá ocorrer integralmente na sede da **CONTRATADA**. Deste modo, não haverá empregado desta à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

| Código Unidade Orçamentária/Gestora | Ação (P/A/OE) | Região | Destinação de Recursos (Fonte) | Natureza da Despesa |
|-------------------------------------|---------------|--------|--------------------------------|---------------------|
| 40.101/0003 | 2000 | 9900 | 100 | 33.90.39 |

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 Dá-se ao presente Contrato o valor global de **R\$ 10.788,00 (dez mil, setecentos e oitenta e oito reais)**, equivalente a 12 (doze) meses de execução contratual;

4.1.1 O valor estipulado refere-se a 01 (uma) assinatura versão “diamante”, para acesso e utilização integral do sistema Gestão Tributária em todas as suas funcionalidades, para até 12 (doze) usuários;

4.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, sistemas, manutenções, insumos e materiais empregados, inclusive ferramentas, mídias e fardamentos, depreciação, aluguéis, seguros, franquias, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes;



CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato deverão ser efetuados em parcela única mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de nota fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões cabíveis, documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**;

6.1.1 A documentação relativa ao pagamento (nota fiscal e certidões) deverá ser apresentada ao **CONTRATANTE**, após a devida liberação de acessos/senhas e comprovação do funcionamento da plataforma;

6.1.2 A nota fiscal deverá ser direcionada à Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**, e protocolizada na Sede CAB deste, localizada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador/BA;

6.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação integral e regular da documentação, e desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no **item 6.2.1**;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inciso XXV do art. 8º c/c artigo 144 e seguintes da Lei Estadual – BA nº 9.433/2005, fica condicionada à apresentação de



Contrato nº 097/2021-SGA

requerimento formal pela **CONTRATADA**, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

7.1.1 Adotar-se-á o **INPC/IBGE** como índice oficial para o cálculo da variação de preços, tendo como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede o a data de aniversário, a saber:

7.1.1.1 Mês 1: junho/2021;

7.1.1.2 Mês 12: maio/2022;

7.1.2 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a parcelas de serviços empenhadas após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, observando-se ainda que:

7.1.2.1 Reajustamentos subsequentes deverão observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de aplicabilidade da concessão do último reajuste;

7.1.2.2 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.2.3 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inciso XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso III do artigo 140 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA**, e daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:



Contrato nº 097/2021-SGA

9.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas, prazos e exigências constantes no procedimento de Inexigibilidade de Licitação e no presente contrato, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.3 Prestar diretamente os serviços de atualização e suporte técnico do sistema objeto da contratação, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.4 Manter o sistema sempre atualizado e em plena operação, garantindo a execução integral das suas funcionalidades;

9.5 Informar ao **CONTRATANTE** sempre que houver alguma alteração no sistema que influencie a operacionalização do mesmo;

9.6 Disponibilizar, durante toda a vigência do contrato, treinamentos ao **CONTRATANTE** sobre o sistema objeto da presente contratação, sempre que por este solicitado, nos termos e condições consignados na **Cláusula Segunda**;

9.7 Realizar suas atividades utilizando profissionais capacitados e especializados, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

9.8 Abster-se, em quaisquer que sejam as hipóteses, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste instrumento, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;

9.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.10 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.11.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;



Contrato nº 097/2021-SGA

9.12 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação vigente e com este instrumento, contendo os seguintes dados: descrição dos serviços, número deste contrato, competência do faturamento (mês/ano), dados bancários para pagamento (conta, agência e Banco) e valores;

9.13 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

9.14 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.15 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguida, sem o consentimento prévio e por escrito do **CONTRATANTE**;

9.16 Atender às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo que o originou, providenciando sua reparação, substituição e/ou realização no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação pelo **CONTRATANTE**, sem ônus adicional para este;

9.17 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.18 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato;

9.19 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

9.20 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato e no termo de referência constante no procedimento de Inexigibilidade de licitação que o originou, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;



Contrato nº 097/2021-SGA

10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**;

10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.5 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender a execução contratual, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

11.2.3 Promover a verificação dos serviços efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;



Contrato nº 097/2021-SGA

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar a desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do procedimento licitatório que o originou, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito, reparado ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

12.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

12.2.1 Multa;

12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 12.2.2 a 12.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:



Contrato nº 097/2021-SGA

12.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **principal**:

12.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

12.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

12.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do contrato;

12.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor do contrato;

12.4.2.3 - Para **cada** obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

12.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO



Contrato nº 097/2021-SGA

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo de Inexigibilidade de licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido procedimento, naquilo em que não diverjam deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador/BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;



Contrato nº 097/2021-SGA

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador, _____ de _____ de 2021.

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente

EMPRESA OPEN TREINAMENTOS
EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP
Alexandre Marques Andrade Lemos
Representante Legal

AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2021-DADM. Processo SEI: 19.09.02353.0011630/2021-29. Parecer Jurídico: 489/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia, e Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda - Epp, CNPJ nº 09.094.300/0001-51. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema web denominado Gestão Tributária, Plano Diamante. Valor: R\$ 10.788,00 (dez mil, setecentos e oitenta e oito reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora: 40.101.0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Fundamento legal: Art. 60, I, da Lei Estadual nº 9.433/2005.

RESUMO DE TERMO DE LICENÇA DE USO DE VOZ E/OU IMAGEM. Processo SEI: 19.09.02007.0015827/2021-51. Licenciado: Ministério Público do Estado da Bahia. Licenciante: Iaçanã Lima de Jesus Carneiro. Objeto: Licença de uso de voz e/ou imagem do Licenciante, a título gratuito e voluntário, em material produzido pelo Licenciado, vinculado à Campanha Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Vigência: Por prazo indeterminado, resguardado ao Licenciante o direito de revogar a sua autorização.

PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

INQUÉRITO (S) CIVIL (S) / PROCEDIMENTO (S):

ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMAS DE MONTE ALTO

EDITAL DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIAS DE FATO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, pelo Promotor de Justiça signatário, em substituição na Promotoria de Justiça de Palmas de Monte Alto, no uso das suas atribuições, comunica aos interessados que foi promovido o ARQUIVAMENTO das Notícias de Fato abaixo referidas, cabendo recurso em face da decisão no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolado na secretaria desta Promotoria de Justiça, nos termos do art. 4º, I, e § 1º, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.

| Nº IDEA | ASSUNTO | NOTICIANTE |
|-------------------|----------------------------|---------------------------------|
| 205.9.73040/2017 | Crédito Rural | Maria Regina dos Santos Gomes. |
| 205.0.174788/2016 | Verbas Rescisórias | Pablo Neves Santos. |
| 205.0.203973/2011 | Improbidade Administrativa | Miguel Arcanjo Montalvão Pires. |

Palmas de Monte Alto, 28 de setembro de 2021.

Francisco de Freitas Júnior
Promotor de Justiça em substituição

RECOMENDAÇÃO 02/2019

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Promotoria de Justiça de Âmbito Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença/BA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 11/1996 e pela resolução nº 008/2013 do OECJP-MPBA:

Considerando quer função institucional do Ministério público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CF, art. 129, II);

Considerando que o art. 225 da Carta Magna estabelece que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

Considerando que o artigo 46, parágrafo único, da Lei De Crimes Ambientais (Lei Federal n. 9605/98), configura como crime o transporte e armazenamento de produtos florestais sem licença válida;

Considerando a portaria MMA n. 253, de 18 de agosto de 2006, que cria o Documento De Origem Floresta – DOF;

Considerando a Instrução Normativa n. 112, de 21 de agosto de 2006, do IBAMA, que em seu artigo 11 determina que o sistema DOF somente será autorizado aquelas pessoas físicas ou jurídicas em situação regular perante o IBAMA;

Considerando a portaria IAP n. 120, de 9 de julho de 2007, que disciplina o transporte e o armazenamento de produtos e ou subprodutos de origem florestal nativa e carvão vegetal, no âmbito do Estado do Paraná;

Considerando a necessidade de que a madeira que se comprove ser proveniente de desmatamento clandestino seja utilizada para a recuperação de pelo menos uma parcela do dano ambiental causado;



Contrato nº 097/2021-SGA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº 097/2021 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP**, CNPJ nº 09.094.300/0001-51, estabelecida à Rua Edístio Pondé, nº 353, Cj 909/910, Stiep, Salvador/BA, representada por seu representante legal, **Alexandre Marques Andrade Lemos**, CPF/MF nº [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2021-DADM, protocolado sob o nº 19.09.02353.0011630/2021-29, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema web denominado “Gestão Tributária”, versão diamante, com acesso via Internet, para até 12 (doze) usuários do Ministério Público do Estado da Bahia, mediante autenticação por login/senha.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O regime de execução a ser adotado deverá ser o de empreitada por preço global;

2.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).



Contrato nº 097/2021-SGA

2.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.3 O prazo para execução dos serviços é de 03 (três) dias, contados da data da entrega à **CONTRATADA**, da Nota de empenho, acompanhada, se for o caso, da autorização de serviços, e do instrumento contratual;

2.3.1 O prazo de execução poderá ser prorrogado por mais 03 (três) dias, desde que seja formalmente solicitado pela **CONTRATADA** antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pela Instituição.

2.4 O recebimento dos serviços prestados ficará sob a responsabilidade de um representante da Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**, em conjunto com o fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, caso este não seja integrante daquela Diretoria;

2.4.1 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

2.4.2 O recebimento provisório se dará no prazo de 03 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização do sistema ao Ministério Público do Estado da Bahia. E ficará a cargo de servidor vinculado à Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**;

2.4.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato se dará no prazo de 03 (três) dias úteis, e será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

2.5 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.5.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a adequar ou refazer o serviço, às suas expensas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação expedida pelo **CONTRATANTE**;

2.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.7 A contratação se destina à assinatura anual para utilização dos serviços do sistema “Gestão Tributária” da **CONTRATADA**, com acesso via Internet pelo site www.gestaotributaria.com.br, para até 12 (doze) usuários do **CONTRATANTE**, mediante autenticação por login/senha;



Contrato nº 097/2021-SGA

2.7.1 Os perfis de acessos (login/senha individualizados) à plataforma deverão ser disponibilizados no prazo máximo de até 01 (um) dia útil, a contar da data de solicitação;

2.7.2 O prazo de duração da assinatura de será de 01 (um) ano, contado a partir da liberação da primeira senha de acesso solicitada, independentemente do prazo de vigência contratual;

2.7.3 Admite-se a substituição de usuários do **CONTRATANTE** ao sistema no curso da vigência contratual, mediante solicitação expressa, respeitado sempre o número máximo de perfis contratado;

2.8 O sistema Gestão Tributária deverá permitir acesso e utilização contínuos de todas as ferramentas, funcionalidades e conteúdos disponíveis aos usuários, englobando minimamente:

2.8.1 Ferramenta e funcionalidades:

2.8.1.1 GT-Fácil: ferramenta de consulta sobre as retenções e encargos tributários relativos ao INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS aplicáveis conforme cada tipo de serviço. A ferramenta deverá operar com as seguintes funcionalidades mínimas:

a) oferecer informações relevantes, de maneira objetiva;

b) a partir da indicação, pelo usuário, do tipo de serviço, indicar quais os tributos que incidem sobre a operação, além do fundamento legal, base de cálculo, alíquota, vencimento, tratamento do optante do Simples Nacional, dentre outros detalhes. Para tanto, deverá disponibilizar, pelo menos, as seguintes formas de pesquisa:

b.1) pesquisa livre;

b.2) pesquisa por CNAE (baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas);

b.3) pesquisa pela lista da Lei Complementar nº 116/2003 (que trata do ISS)

c) gerar informações e respostas específicas sobre o Imposto sobre Serviços – ISS aplicável por Município, a partir da indicação, pelo usuário, acerca do local de incidência do tributo;

d) disponibilizar simulador de cálculos das retenções tributárias (INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS);

e) possibilitar a geração de relatório(s) em formato PDF, com opções de salvamento e impressão;



Contrato nº 097/2021-SGA

f) permitir a realização de consultas ilimitadas por todos os usuários cadastrados;

2.8.2 Conteúdos de capacitação e orientação, através da disponibilização de:

2.8.2.1 Disponibilização de compêndio de legislação filtrada, voltada às retenções e encargos que incidem sobre os contratos, direcionados às temáticas sobre INSS, IRRF, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/PASEP e COFINS) e ISS incidentes na fonte nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas;

2.8.2.2 vídeos explicativos acerca de questões polêmicas, proporcionando orientações técnicas especializadas sobre como proceder diante de dúvidas comuns relacionadas à gestão tributária;

2.8.2.3 séries exclusivas produzidas pelo corpo de especialistas da **CONTRATADA**, voltadas à orientação acerca das principais polêmicas relacionadas às retenções e encargos tributários incidentes na fonte;

2.8.2.4 Acesso às seguintes publicações periódicas, produzidas pela empresa **CONTRATADA**:

a) Descomplicando +: Vídeos instrutores sobre a aplicação prática daquilo que se mostra complexo quando da leitura da legislação;

b) GT Resolve: Orientações sobre a utilização da ferramenta GT-Fácil para a solução de dúvidas bastante comuns no dia a dia da Administração;

c) Dica Rápida: Orientações objetivas sobre como proceder diante de dúvidas comuns acerca da apuração e recolhimento dos principais tributos incidentes na fonte;

d) Alerta GT: Compilação das principais novidades da legislação tributária ou da jurisprudência, que exijam revisão de procedimentos adotados pela Administração;

e) Caça-Obrigações: Comentários e vídeos sobre obrigações acessórias, tais como eSocial, EFD-Reinf, DCTFWeb, DIRF, GFIP e outras, sobre as quais as entidades públicas devem apresentar;

f) ISS in Loco: Explicações acerca de aspectos específicos da legislação do ISS dos principais municípios do Brasil;

2.8.3 Serviço de informação fiscal (IF), o qual viabiliza o envio de questionamentos específicos acerca da incidência de INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS sobre os pagamentos a seus contratados, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas;



Contrato nº 097/2021-SGA

2.8.3.1 Deverá a **CONTRATADA** apresentar resposta(s) aos questionamentos sempre por escrito, com indicação da fundamentação necessária, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis;

2.9 O objeto contratual engloba a realização de treinamentos e/ou suporte técnico a todos os servidores do **CONTRATANTE** que utilizarão o sistema contratado, sempre que lhe for solicitado;

2.9.1 Os treinamentos/suportes técnicos deverão ocorrer nas seguintes modalidades:

2.9.1.1 Telefônica, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;

2.9.1.2 Eletrônica, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por videoconferência, comunicadores VoIP (tais como o programa Skype), e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do sistema Gestão Tributária;

2.9.1.3 Presencial, na sede do **CONTRATANTE** na cidade de Salvador - BA, mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao **CONTRATANTE**;

2.9.2 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação destas, conforme a seguir discriminado:

2.9.2.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema, devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

2.9.2.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos, devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas;

2.9.2.3 Solicitações do tipo padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 24 (vinte e quatro) horas, ou mediante prazo ajustado entre as partes;

2.10 A execução dos serviços deverá garantir a atualização do sistema sempre que houver melhorias ou implementação de novas versões, decorrentes de alterações legais, tecnológicas e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela **CONTRATADA**;

2.11 A **CONTRATADA** informará, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, o lançamento de novas versões do Sistema que eventualmente exijam evolução no ambiente tecnológico do **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

2.12 O sistema deverá ter a devida garantia até o término contratual, ficando a **CONTRATADA** obrigada a realizar manutenções corretivas e preventivas necessárias ao seu pleno funcionamento, de modo a impedir ocorrência de solução de continuidade;



Contrato nº 097/2021-SGA

2.13 Os serviços correlatos deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

2.14 A execução dos serviços deverá ocorrer integralmente na sede da **CONTRATADA**. Deste modo, não haverá empregado desta à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

| Código Unidade Orçamentária/Gestora | Ação (P/A/OE) | Região | Destinação de Recursos (Fonte) | Natureza da Despesa |
|-------------------------------------|---------------|--------|--------------------------------|---------------------|
| 40.101/0003 | 2000 | 9900 | 100 | 33.90.39 |

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 Dá-se ao presente Contrato o valor global de **R\$ 10.788,00 (dez mil, setecentos e oitenta e oito reais)**, equivalente a 12 (doze) meses de execução contratual;

4.1.1 O valor estipulado refere-se a 01 (uma) assinatura versão “diamante”, para acesso e utilização integral do sistema Gestão Tributária em todas as suas funcionalidades, para até 12 (doze) usuários;

4.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, sistemas, manutenções, insumos e materiais empregados, inclusive ferramentas, mídias e fardamentos, depreciação, aluguéis, seguros, franquias, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes;



CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato deverão ser efetuados em parcela única mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de nota fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões cabíveis, documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**;

6.1.1 A documentação relativa ao pagamento (nota fiscal e certidões) deverá ser apresentada ao **CONTRATANTE**, após a devida liberação de acessos/senhas e comprovação do funcionamento da plataforma;

6.1.2 A nota fiscal deverá ser direcionada à Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**, e protocolizada na Sede CAB deste, localizada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador/BA;

6.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação integral e regular da documentação, e desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item 6.2.1;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inciso XXV do art. 8º c/c artigo 144 e seguintes da Lei Estadual – BA nº 9.433/2005, fica condicionada à apresentação de



Contrato nº 097/2021-SGA

requerimento formal pela **CONTRATADA**, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

7.1.1 Adotar-se-á o **INPC/IBGE** como índice oficial para o cálculo da variação de preços, tendo como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede o a data de aniversário, a saber:

7.1.1.1 Mês 1: junho/2021;

7.1.1.2 Mês 12: maio/2022;

7.1.2 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a parcelas de serviços empenhadas após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, observando-se ainda que:

7.1.2.1 Reajustamentos subsequentes deverão observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de aplicabilidade da concessão do último reajuste;

7.1.2.2 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.2.3 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inciso XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso III do artigo 140 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA**, e daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:



Contrato nº 097/2021-SGA

9.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas, prazos e exigências constantes no procedimento de Inexigibilidade de Licitação e no presente contrato, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.3 Prestar diretamente os serviços de atualização e suporte técnico do sistema objeto da contratação, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.4 Manter o sistema sempre atualizado e em plena operação, garantindo a execução integral das suas funcionalidades;

9.5 Informar ao **CONTRATANTE** sempre que houver alguma alteração no sistema que influencie a operacionalização do mesmo;

9.6 Disponibilizar, durante toda a vigência do contrato, treinamentos ao **CONTRATANTE** sobre o sistema objeto da presente contratação, sempre que por este solicitado, nos termos e condições consignados na **Cláusula Segunda**;

9.7 Realizar suas atividades utilizando profissionais capacitados e especializados, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

9.8 Abster-se, em quaisquer que sejam as hipóteses, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste instrumento, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;

9.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.10 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.11.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;



Contrato nº 097/2021-SGA

9.12 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação vigente e com este instrumento, contendo os seguintes dados: descrição dos serviços, número deste contrato, competência do faturamento (mês/ano), dados bancários para pagamento (conta, agência e Banco) e valores;

9.13 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

9.14 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.15 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguida, sem o consentimento prévio e por escrito do **CONTRATANTE**;

9.16 Atender às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo que o originou, providenciando sua reparação, substituição e/ou realização no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação pelo **CONTRATANTE**, sem ônus adicional para este;

9.17 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.18 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato;

9.19 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

9.20 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato e no termo de referência constante no procedimento de Inexigibilidade de licitação que o originou, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;



Contrato nº 097/2021-SGA

10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**;

10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.5 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender a execução contratual, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

11.2.3 Promover a verificação dos serviços efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;



Contrato nº 097/2021-SGA

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar a desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do procedimento licitatório que o originou, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito, reparado ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

12.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

12.2.1 Multa;

12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 12.2.2 a 12.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:



Contrato nº 097/2021-SGA

12.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **principal**:

12.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

12.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

12.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do contrato;

12.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor do contrato;

12.4.2.3 - Para **cada** obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

12.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO



Contrato nº 097/2021-SGA

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo de Inexigibilidade de licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido procedimento, naquilo em que não diverjam deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador/BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

17.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;



Contrato nº 097/2021-SGA

17.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

17.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

17.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

17.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador, _____ de _____ de 2021.

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente

EMPRESA OPEN TREINAMENTOS
EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP
Alexandre Marques Andrade Lemos
Representante Legal



CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº 097/2021 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP**, CNPJ nº 09.094.300/0001-51, estabelecida à Rua Edístio Pondé, nº 353, Cj 909/910, Stiep, Salvador/BA, representada por seu representante legal, **Alexandre Marques Andrade Lemos**, CPF/MF nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2021-DADM, protocolado sob o nº 19.09.02353.0011630/2021-29, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema web denominado "Gestão Tributária", versão diamante, com acesso via Internet, para até 12 (doze) usuários do Ministério Público do Estado da Bahia, mediante autenticação por login/senha.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O regime de execução a ser adotado deverá ser o de empreitada por preço global;

2.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual BA nº 9433/2005.

2.3 O prazo para execução dos serviços é de 03 (três) dias, contados da data da entrega à **CONTRATADA**, da Nota de empenho, acompanhada, se for o caso, da autorização de serviços, e do instrumento contratual;

2.3.1 O prazo de execução poderá ser prorrogado por mais 03 (três) dias, desde que seja formalmente solicitado pela **CONTRATADA** antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pela Instituição.

2.4 O recebimento dos serviços prestados ficará sob a responsabilidade de um representante da Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**, em conjunto com o fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, caso este não seja integrante daquela Diretoria;

2.4.1 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

2.4.2 O recebimento provisório se dará no prazo de 03 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização do sistema ao Ministério Público do Estado da Bahia. E ficará a cargo de servidor vinculado à Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**;

2.4.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato se dará no prazo de 03 (três) dias úteis, e será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

2.5 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.5.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a adequar ou refazer o serviço, às suas expensas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação expedida pelo **CONTRATANTE**;

2.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor.

2.7 A contratação se destina à assinatura anual para utilização dos serviços do sistema “Gestão Tributária” da **CONTRATADA**, com acesso via Internet pelo site www.gestaotributaria.com.br, para até 12 (doze) usuários do **CONTRATANTE**, mediante autenticação por login/senha;

2.7.1 Os perfis de acessos (login/senha individualizados) à plataforma deverão ser disponibilizados no prazo máximo de até 01 (um) dia útil, a contar da data de solicitação;

2.7.2 O prazo de duração da assinatura de será de 01 (um) ano, contado a partir da liberação da primeira senha de acesso solicitada, independentemente do prazo de vigência contratual;

2.7.3 Admite-se a substituição de usuários do **CONTRATANTE** ao sistema no curso da vigência contratual, mediante solicitação expressa, respeitado sempre o número máximo de perfis contratado;

2.8 O sistema Gestão Tributária deverá permitir acesso e utilização contínuos de todas as ferramentas, funcionalidades e conteúdos disponíveis aos usuários, englobando minimamente:

2.8.1 Ferramenta e funcionalidades:

2.8.1.1 GT-Fácil: ferramenta de consulta sobre as retenções e encargos tributários relativos ao INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS aplicáveis conforme cada tipo de serviço. A ferramenta deverá operar com as seguintes funcionalidades mínimas:

a) oferecer informações relevantes, de maneira objetiva;

b) a partir da indicação, pelo usuário, do tipo de serviço, indicar quais os tributos que incidem sobre a operação, além do fundamento legal, base de cálculo, alíquota, vencimento, tratamento do optante do Simples Nacional, dentre outros detalhes. Para tanto, deverá disponibilizar, pelo menos, as seguintes formas de pesquisa:

b.1) pesquisa livre;

b.2) pesquisa por CNAE (baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas);

b.3) pesquisa pela lista da Lei Complementar nº 116/2003 (que trata do ISS)

c) gerar informações e respostas específicas sobre o Imposto sobre Serviços ISS aplicável por Município, a partir da indicação, pelo usuário, acerca do local de incidência do tributo;

d) disponibilizar simulador de cálculos das retenções tributárias (INSS, IRRF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e ISS);

e) possibilitar a geração de relatório(s) em formato PDF, com opções de salvamento e impressão;

f) permitir a realização de consultas ilimitadas por todos os usuários cadastrados;

2.8.2 Conteúdos de capacitação e orientação, através da disponibilização de:

2.8.2.1 Disponibilização de compêndio de legislação filtrada, voltada às retenções e encargos que incidem sobre os contratos, direcionados às temáticas sobre INSS, IRRF, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/PASEP e COFINS) e ISS incidentes na fonte nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas;

2.8.2.2 vídeos explicativos acerca de questões polêmicas, proporcionando orientações técnicas especializadas sobre como proceder diante de dúvidas comuns relacionadas à gestão tributária;

2.8.2.3 séries exclusivas produzidas pelo corpo de especialistas da **CONTRATADA**, voltadas à orientação acerca das principais polêmicas relacionadas às retenções e encargos tributários incidentes na fonte;

2.8.2.4 Acesso às seguintes publicações periódicas, produzidas pela empresa **CONTRATADA**:

a) Descomplicando +: Vídeos instrutores sobre a aplicação prática daquilo que se mostra complexo quando da leitura da legislação;

b) GT Resolve: Orientações sobre a utilização da ferramenta GT-Fácil para a solução de dúvidas bastante comuns no dia a dia da Administração;

c) Dica Rápida: Orientações objetivas sobre como proceder diante de dúvidas comuns acerca da apuração e recolhimento dos principais tributos incidentes na fonte;

d) Alerta GT: Compilação das principais novidades da legislação tributária ou da jurisprudência, que exijam revisão de procedimentos adotados pela Administração;

e) Caça-Obrigações: Comentários e vídeos sobre obrigações acessórias, tais como eSocial, EFD-Reinf, DCTFWeb, DIRF, GFIP e outras, sobre as quais as entidades públicas devem apresentar;

f) ISS in Loco: Explicações acerca de aspectos específicos da legislação do ISS dos principais municípios do Brasil;

2.8.3 Serviço de informação fiscal (IF), o qual viabiliza o envio de questionamentos específicos acerca da incidência de INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS sobre os pagamentos a seus contratados, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas;

2.8.3.1 Deverá a **CONTRATADA** apresentar resposta(s) aos questionamentos sempre por escrito, com indicação da fundamentação necessária, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis;

2.9 O objeto contratual engloba a realização de treinamentos e/ou suporte técnico a todos os servidores do **CONTRATANTE** que utilizarão o sistema contratado, sempre que lhe for solicitado;

2.9.1 Os treinamentos/suportes técnicos deverão ocorrer nas seguintes modalidades:

2.9.1.1 Telefônica, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;

2.9.1.2 Eletrônica, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por videoconferência, comunicadores VoIP (tais como o programa Skype), e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do sistema Gestão Tributária;

2.9.1.3 Presencial, na sede do **CONTRATANTE** na cidade de Salvador - BA, mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao **CONTRATANTE**;

2.9.2 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação destas, conforme a seguir discriminado:

2.9.2.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema, devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

2.9.2.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos, devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas;

2.9.2.3 Solicitações do tipo padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 24 (vinte e quatro) horas, ou mediante prazo ajustado entre as partes;

2.10 A execução dos serviços deverá garantir a atualização do sistema sempre que houver melhorias ou implementação de novas versões, decorrentes de alterações legais, tecnológicas e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela **CONTRATADA**;

2.11 A **CONTRATADA** informará, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, o lançamento de novas versões do Sistema que eventualmente exijam evolução no ambiente tecnológico do **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

2.12 O sistema deverá ter a devida garantia até o término contratual, ficando a **CONTRATADA** obrigada a realizar manutenções corretivas e preventivas necessárias ao seu pleno funcionamento, de modo a impedir ocorrência de solução de continuidade;

2.13 Os serviços correlatos deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

2.14 A execução dos serviços deverá ocorrer integralmente na sede da **CONTRATADA**. Deste modo, não haverá empregado desta à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

| Código Unidade Orçamentária/Gestora | Ação (P/A/OE) | Região | Destinação de Recursos (Fonte) | Natureza da Despesa |
|-------------------------------------|---------------|--------|--------------------------------|---------------------|
| 40.101/0003 | 2000 | 9900 | 100 | 33.90.39 |

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 Dá-se ao presente Contrato o valor global de **R\$ 10.788,00 (dez mil, setecentos e oitenta e oito reais)**, equivalente a 12 (doze) meses de execução contratual;

4.1.1 O valor estipulado refere-se a 01 (uma) assinatura versão “diamante”, para acesso e utilização integral do sistema Gestão Tributária em todas as suas funcionalidades, para até 12 (doze) usuários;

4.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, sistemas, manutenções, insumos e materiais empregados, inclusive ferramentas, mídias e fardamentos, depreciação, aluguéis, seguros, franquias, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes;

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato deverão ser efetuados em parcela única mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de nota fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões cabíveis, documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**;

6.1.1 A documentação relativa ao pagamento (nota fiscal e certidões) deverá ser apresentada ao **CONTRATANTE**, após a devida liberação de acessos/senhas e comprovação do funcionamento da plataforma;

6.1.2 A nota fiscal deverá ser direcionada à Diretoria de Contabilidade e Finanças do **CONTRATANTE**, e protocolizada na Sede CAB deste, localizada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador/BA;

6.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação integral e regular da documentação, e desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no **item 6.2.1**;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inciso XXV do art. 8º c/c artigo 144 e seguintes da Lei Estadual BA nº 9.433/2005, fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela **CONTRATADA**, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

7.1.1 Adotar-se-á o INPC/IBGE como índice oficial para o cálculo da variação de preços, tendo como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede o a data de aniversário, a saber:

7.1.1.1 Mês 1: junho/2021;

7.1.1.2 Mês 12: maio/2022;

7.1.2 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a parcelas de serviços empenhadas após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, observando-se ainda que:

7.1.2.1 Reajustamentos subsequentes deverão observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de aplicabilidade da concessão do último reajuste;

7.1.2.2 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.2.3 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inciso XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso III do artigo 140 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA**, e daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas, prazos e exigências constantes no procedimento de Inexigibilidade de Licitação e no presente contrato, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.3 Prestar diretamente os serviços de atualização e suporte técnico do sistema objeto da contratação, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.4 Manter o sistema sempre atualizado e em plena operação, garantindo a execução integral das suas funcionalidades;

9.5 Informar ao **CONTRATANTE** sempre que houver alguma alteração no sistema que influencie a operacionalização do mesmo;

9.6 Disponibilizar, durante toda a vigência do contrato, treinamentos ao **CONTRATANTE** sobre o sistema objeto da presente contratação, sempre que por este solicitado, nos termos e condições consignados na **Cláusula Segunda**;

9.7 Realizar suas atividades utilizando profissionais capacitados e especializados, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

9.8 Abster-se, em quaisquer que sejam as hipóteses, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste instrumento, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;

9.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.10 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.11.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.12 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação vigente e com este instrumento, contendo os seguintes dados: descrição dos serviços, número deste contrato, competência do faturamento (mês/ano), dados bancários para pagamento (conta, agência e Banco) e valores;

9.13 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

9.14 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.15 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguida, sem o consentimento prévio e por escrito do **CONTRATANTE**;

9.16 Atender às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo que o originou, providenciando sua reparação, substituição e/ou realização no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação pelo **CONTRATANTE**, sem ônus adicional para este;

9.17 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.18 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato;

9.19 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

9.20 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato e no termo de referência constante no procedimento de Inexigibilidade de licitação que o originou, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**;

10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.5 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender a execução contratual, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

11.2.3 Promover a verificação dos serviços efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar a desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do procedimento licitatório que o originou, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito, reparado ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

12.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

12.2.1 Multa;

12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 12.2.2 a 12.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

12.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **principal**:

12.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

12.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

12.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do contrato;

12.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor do contrato;

12.4.2.3 - Para **cada** obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

12.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo de Inexigibilidade de licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido procedimento, naquilo em que não diverjam deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador/BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

17.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

17.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

17.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

17.5 Não caracterizam novação eventuais variações de valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

17.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador, 01 de outubro de 2021.

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente

EMPRESA OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E
EDITORA LTDA-EPP
Alexandre Marques Andrade Lemos
Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS** em 01/10/2021, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 03/10/2021, às 18:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0205246** e o código CRC **C2D46742**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Encaminhe-se à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações para publicação do resumo do Contrato 97/2021-SGA, firmado entre o Ministério Público e a empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora LTDA-EPP.

Jessé Lopes de Santana
Analista Técnico



Documento assinado eletronicamente por **Jesse Lopes De Santana** em 04/10/2021, às 11:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0207039** e o código CRC **0FA3EC76**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 274/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Jessé Lopes de Santana matrícula nº 353.677 e Victor Lordelo San Martin, matrícula nº 353.676, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 097/2021-SGA, para prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema Web denominado Gestão Tributária, Plano Diamante.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 04/10/2021, às 15:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0207154** e o código CRC **FC3C56E6**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à Coordenação de Execução Orçamentária, acompanhado do extrato da publicação do resumo do Contrato nº 097/2021-SGA no Diário da Justiça Eletrônico nº 2.956, do dia 06/10/2021.

Oportunamente, encaminhamos também, a publicação da Portaria nº 274, designatória do fiscal e suplente do mencionado ajuste.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 06/10/2021, às 11:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0209625** e o código CRC **C2667DF0**.

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 096/2021 - SGA. Processo: 19.09.02330.0011724/2021-91. Inexigibilidade nº 007/2021 – DADM. Parecer jurídico nº 492/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Imprensa Nacional, CNPJ nº 04.196.645/0001-00. Objeto: Prestação de serviços de publicação no Diário Oficial da União de atos oficiais e demais matérias de interesse do Ministério Público do Estado da Bahia. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Forma de Pagamento: Mediante boleto emitido pela contratada. Prazo de vigência: O contrato vigorará por prazo indeterminado, a partir de 01/10/2021.

PORTARIA Nº 283/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais RESOLVE designar as servidoras FERNANDA DA COSTA PERES VALENTIM, matrícula 352.831, e MONICA FABIANE DA SILVA SOBRINHO, matrícula 351.906, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do Contrato nº 096/2021, relativo aos serviços de publicação no Diário Oficial da União.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 01/10/2021.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 090/2021 - SGA. Processo SEI: 19.09.02156.0013147/2021-31 - Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021-CSI. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Techbiz Forense Digital LTDA, CNPJ nº 05.757.597/0002-18. Objeto: Prestação de serviços de atualização da Solução Cellebrite por 24 meses e garantia estendida de hardware componente da referida Solução (cabos e dongles) Regime de execução: Empreitada por preço global. Valor global do contrato: R\$ 106.831,26 (cento e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0038 - Ação (P/A/OE) 5211 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 44.90.40. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente da Contratada. Prazo de vigência: 26 (vinte e seis) meses, a contar da data da publicação do seu resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

PORTARIA Nº 284/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Ludmilla Palmeira Andrade, matrícula nº 353.186, e Luciano Santos Correia, matrícula nº 269.886, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do Contrato nº 090/2021 - SGA, relativo à prestação de serviços de atualização da Solução Cellebrite por 24 meses e garantia estendida de hardware componente da referida Solução (cabos e dongles) para o Ministério Público do Estado da Bahia.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 04 de outubro de 2021.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 097/2021 - SGA. Processo SEI: 19.09.02353.0011630/2021-29 - Inexigibilidade de Licitação nº 06/2021-DADM. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda-EPP, CNPJ nº 09.094.300/0001-51. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema web denominado "Gestão Tributária", versão diamante. Regime de execução: Empreitada por preço global. Valor global do contrato: R\$ 10.788,00 (dez mil, setecentos e oitenta e oito reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente da Contratada. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

PORTARIA Nº 274/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Jessé Lopes de Santana matrícula nº 353.677 e Victor Lordelo San Martin, matrícula nº 353.676, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do Contrato nº 097/2021 - SGA, relativo à prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à assinatura do sistema web denominado "Gestão Tributária", versão diamante, para o Ministério Público do Estado da Bahia.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 04 de outubro de 2021.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



| | | |
|---|--|--|
| SRD | Solicitação de Reserva de Dotação | 40101.0003.21.0000124-7 |
| Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa | | |
| Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa | | |
| Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados | Modalidade Licitação: Inexigibilidade - art. 60 | Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DE NATUREZA CONTINUADA, RELATIVOS À ASSINATURA DO SISTEMA WEB DENOMINADO GESTÃO TRIBUTÁRIA, PLANO DIAMANTE. DADM-06/2021. SEI Nº 19.09.02353.0011630/2021-29. |
| Data do Cadastro: 06/10/2021 | Situação: Incluída | Integração Simpas: Não |
| Responsável da Unidade: MARIA AMALIA BORGES FRANCO | E-mail Responsável pela Unidade: AMALIA@MPBA.MP.BR | Telefone do Responsável pela Unidade: 7131030122 |
| Valor da SRD (R\$) *** 10.788,00 | DEZ MIL E SETECENTOS E OITENTA E OITO REAIS *** ** *** ** | |
| Justificativa: | Usuário de Alteração: | Data/Hora de Alteração: |

DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO

| Exercício: | Dotação: | Valor Anual (R\$): |
|------------|---|--------------------|
| 2021 | 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1 | 10.788,00 |

DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO

| Exercício: | Dotação: | Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$): | SRD - Exercício Corrente (R\$): | Saldo para Reserva após a SRD (R\$): |
|------------|---|--|---------------------------------|--------------------------------------|
| 2021 | 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1 | -4.727.555,52 | 10.788,00 | -4.738.343,52 |



| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| INT | | Instrumento Contratual | | 40101.0003.21.0000116-1 | |
| Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa | | | | | |
| Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa | | | | | |
| Tipo de Despesa: Compras e Serviços | | | | | |
| Tipo Instrumento: Contrato | | Número da LID: 40101.0003.21.0000106-4 | | Modalidade Licitação: Inexigibilidade - art. 60 | |
| Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DE NATUREZA CONTINUADA, RELATIVOS À ASSINATURA DO SISTEMA WEB DENOMINADO GESTÃO TRIBUTÁRIA, PLANO DIAMANTE. DADM-06/2021. SEI Nº 19.09.02353.0011630/2021-29. | | | | | |
| Data Celebração: 03/10/2021 | | Data Publicação no DOE: 06/10/2021 | | Nº do Instrumento no SIGAP: Número do Contrato/Convênio: 97/2021 | |
| Data Início: 06/10/2021 | | Data Término: 05/10/2022 | | Nº SRD: 40101.0003.21.0000124-7 Situação: Ativo | |
| Nome da Unidade Administrativa (UA): DADM | | | | | |
| Responsável pela UA: MARIA AMÁLIA BORGES FRANCO | | | | | |
| Email do Responsável pela UA: AMALIA@MPBA.MP.BR | | | | Telefone do Responsável pela UA: 7131030122 | |
| Valor total do Instrumento (R\$) *** 10.788,00 | | | | DEZ MIL E SETECENTOS E OITENTA E OITO REAIS *** ** *** ** | |

| LOTES | | | | | | |
|-----------------|----------------|------------------|-----------------------------|----------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Número do Lote: | Valor do Lote: | Lei Anticalote?: | Retenção da Lei Anticalote: | Tipo de Documento AFM/APS: | Número do Documento AFM/APS: | Valor do Documento AFM/APS: |
| 1 | 10.788,00 | Não | | | | 0,00 |

| | | | |
|-------------------------------|---|----------------------------|-----------------------|
| DADOS CREDOR | | | |
| Código: | 2013011827 | | |
| Nome: | OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA | | |
| CPF/ CNPJ: | 09.094.300/0001-51 | Insc. Estadual: | 10764886 |
| Responsável no Credor: | OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA | E-mail Responsável: | AMALEMOS@YAHOO.COM.BR |

| DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | |
|--|---|----------------|--------------|
| Exercício: | Dotação Orçamentária: | Tipo de Gasto: | Valor (R\$): |
| 2021 | 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1 | GERAL | 10.788,00 |

| | | |
|--|-------------------------|---------------------|
| CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO | | |
| Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1 | | |
| Parcela: | Data Vencimento: | Valor (R\$): |



| | | |
|---|------------|----------|
| 1 | 06/10/2021 | 3.596,00 |
| 2 | 06/11/2021 | 3.596,00 |
| 3 | 06/12/2021 | 3.596,00 |



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se à DICOFIN o Processo de Inexigibilidade de Licitação relacionado ao processo de pagamento SEI nº 19.09.02350.0017173/2021-83.



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Siqueira Souza** em 13/10/2021, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0212857** e o código CRC **71F02FCD**.